



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Letras - IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL/ Mestrado

BRASÍLIA EM TERMOS
– UM ESTUDO LEXICAL DO PLANO PILOTO –

Flávia de Oliveira Maia Pires

Brasília

2009

FLÁVIA DE OLIVEIRA MAIA PIRES

BRASÍLIA EM TERMOS
– UM ESTUDO LEXICAL DO PLANO PILOTO –

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do grau de MESTRE EM LINGUÍSTICA, pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Enilde Faulstich

Brasília

2009

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Enilde Faulstich LIP/UnB
(Presidente)

Professora Doutora Heloísa Maria Moreira Lima Salles LIP/UnB
(Membro efetivo)

Professor Doutor René Gottlieb Strehler LET/UnB
(Membro efetivo)

Professora Doutora Patrícia Vieira Nunes Gomes INEP/MEC
(Suplente)

“A língua tem poder sobre a vida e sobre a morte;
os que gostam de usá-la
comerão do seu fruto.”
(Provérbios 18,21)

A Deus, Alfa e Ômega de todas as coisas.
Ao meu amado Silvio, pelo apoio e incentivo inigualáveis.
Ao Vinícius e ao Pedro, heranças do Senhor.
Aos meus pais, pelo carinho dedicado a mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me renovar a cada manhã.

Ao Silvio, pelo seu amor, seu carinho, sua compreensão e por ter acreditado e investido na concretização desta etapa.

Aos meus filhos, pelo carinho.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Enilde Faulstich, pela dedicação e paciência no desenvolvimento desta dissertação e, acima de tudo, por me proporcionar a oportunidade de conviver e aprender com alguém detentora de grande sabedoria e conhecimento, mais uma vez.

À minha mãe e ao meu pai, pelo auxílio e pela força.

Às minhas amigas Alessandra, Bruna, Cristiane, Giselle, Marcela e Michelle, pela amizade, pelo companheirismo, pela troca de informação, pelo estímulo e pelas confraternizações, nestes últimos anos.

Ao senhor Maurício Pinheiro, Chefe de Divisão Técnica da 15^a Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que colaborou gentilmente para o desempenho deste trabalho.

A todos os professores e os funcionários do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas que contribuem para o desenvolvimento do saber.

E, finalmente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro para o desenvolvimento deste trabalho.

Resumo	9
Abstract	10
INTRODUÇÃO	11
DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	14
CAPÍTULO 1 - UMA LEITURA HISTÓRICA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA	
1.1. A elaboração e a construção da Cidade Monumental.....	17
1.2. As quatro escalas	19
1.3. Plano Piloto de Brasília: conceitos e termos	21
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA	
2.1. O conceito em Terminologia	23
2.2. Relações entre Lexicologia e Terminologia	24
2.3. Aspectos da língua comum diante da linguagem de especialidade	27
2.4. Lexicografia e Terminografia: qual a diferença?	29
CAPÍTULO 3 - DISCUSSÃO TEÓRICA	
3.1. O objeto de estudo da Terminologia	33
3.2. Formação de termos no âmbito dos vocabulários especializados	37
3.2.1. <i>O recurso funcional</i>	37
3.2.2. <i>O recurso semântico</i>	37
3.2.3. <i>O recurso formal</i>	39
3.2.3.1. <i>O processo por derivação</i>	39
3.2.3.2. <i>O processo por composição</i>	39
3.2.3.3. <i>O processo por redução</i>	40
3.3. Unidades terminológicas simples (UTS) e unidades terminológicas complexas (UTCs)	45
3.4. Variação em terminologia aplicada à Terminografia	47

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

4.1. Procedimento de pesquisa e referencial metodológico	50
4.2. Recolha e fonte dos dados	51
4.3. <i>Corpus</i> de análise	53
4.4. Critérios para recolha e organização dos dados	55
4.5. Organização dos dados em fichas terminológicas	55
4.6. Modelo adotado para o verbete	57
4.7. Análise e interpretação dos dados	58

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS

5.1. Fundamentos para análise dos dados	59
5.2. Procedimentos para análise e classificação dos dados	59
5.3. Análise das unidades terminológicas simples (UTS)	60
5.4. Análise das unidades terminológicas complexas (UTCs)	66
5.5. Os termos em uso: casos de variação	71

CAPÍTULO 6 - GLOSSÁRIO DE TERMOS DA ESTRUTURA URBANA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

6.1. Apresentação do glossário	75
6.2. Informações técnicas	76
6.3. Glossário de termos urbanísticos do Plano Piloto de Brasília	78

CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
---	-----

Anexo 1 – <i>Corpus</i> extraído das fontes pesquisadas	121
--	-----

Anexo 2 – Unidades terminológicas simples (UTS) extraídas do <i>corpus</i>	136
---	-----

Anexo 3 – Unidades terminológicas complexas (UTCs) extraídas do <i>corpus</i>	137
--	-----

Este é um estudo linguístico sobre as unidades terminológicas que compõem a estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília (também referido como PP-B ao longo da pesquisa) desenvolvido no âmbito do Léxico, da Terminologia e da Terminografia. As razões para a escolha da terminologia utilizada na estrutura urbana do PP-B, que se insere no âmbito da especialidade de urbanismo, foram: a) a importância urbanística e arquitetônica do Plano Piloto de Brasília; b) o fato de ser uma terminologia em uso há quase meio século e ainda não-sistematizada; c) e a carência de pesquisas e publicações científicas nesta área. Assim, esta dissertação visa a i) identificar quais são os termos que denominam a estrutura urbana do PP-B; ii) verificar as relações entre os conceitos e as definições, segundo a organização do PP-B; iii) estruturar a variação entre os termos, com a meta de reconhecer as siglas como tais e iv) elaborar um glossário de termos do PP-B. O *corpus* foi formado por textos especializados, textos de divulgação e *sites* governamentais sobre o PP-B, a saber: *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, *Revista Brasília da Humanidade*, *Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Brasília*, *Decretos nº 10.829 de 14 de outubro de 1987*, *Portaria nº 314 de 8 de outubro de 1992*, *Normas de Gabarito de Brasília*, *Revista Brasiliatur: Empresa Brasiliense de Turismo*, *site do Jornal Correio Braziliense* e de alguns *sites do Governo do Distrito Federal*. Com a análise, por meio dos processos de formação de unidades terminológicas, identificamos 216 termos, dos quais constatamos a predominância de unidades terminológicas complexas e de unidades terminológicas formadas pelo processo de redução, siglas e acrônimos. Desse modo, este estudo, ao se propor identificar e compreender os conceitos da estrutura do PP-B, representados pelas denominações, concluiu ser necessária a sistematização do conhecimento adquirido, por meio de um trabalho terminográfico, organizado como uma tentativa de contribuir com a aplicação de métodos na elaboração de dicionários, léxicos e glossários temáticos. Utilizamos como base a *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários* de Faulstich (2001), com o intuito de apresentar informações quanto à forma, à semântica e à pragmática das denominações que compõem a estrutura urbana de Brasília.

This is a linguistic study about the terminological units that compose the urban structure of Brasília's Plano Piloto developed within the theoretical framework of the Lexical Studies, Terminology and Terminography. The reasons for choosing this specialized field are: a) the urbanistic and architectonic importance of Plano Piloto; b) the acknowledgement that this terminology has been used for almost half a century without any formal systematization; and c) the need for research and scientific publications in this area. Therefore, this dissertation aims i) to identify which terms denote the urban structure of Plano Piloto; ii) to verify the relations between concepts and definitions, according to Plano Piloto's organization; iii) to structure the terminological variation observed, in order to recognize the signs and abbreviations; and iv) to develop a glossary of Plano Piloto's terms. The *corpus* of this research is composed of specialized and advertisement texts and governmental websites on Plano Piloto, such as: *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, *Revista Brasília da Humanidade*, *Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Brasília*, *Decretos nº 10.829 de 14 de outubro de 1987*, *Portaria nº 314 de 8 de outubro de 1992*, *Normas de Gabarito de Brasília*, *Revista Brasiliatur: Empresa Brasileira de Turismo*, *Jornal Correio Braziliense's website* and *Governo do Distrito Federal's websites*. With the proposed analysis and the observation of the processes of complex terminological units' formation, we identified 216 terms and we observed the predominance of complex terminological units and terminological units formed by reduction processes, signs and abbreviations, and acronym. Therefore, this study, that intends to identify and to understand the concepts on Plano Piloto's structure, represented by its denominations, concluded that it is vital to organize this knowledge through terminography as a mean of contribution to the application of methods in the development of dictionaries and thematic glossaries. We based our study on Faulstich's (2001) *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários* to present information about the form, semantics and pragmatics of the denominations that compose the urban structure of Brasília.

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa a terminologia da área de urbanismo do Plano Piloto de Brasília, também referido como PP-B ao longo da pesquisa, com vistas a relacionar termos e conceitos e, ao final, elaborar um glossário temático. Este trabalho é de natureza qualitativa, o qual se insere no âmbito dos estudos da Terminologia e da Terminografia, compreendidas do ponto de vista da abordagem funcionalista da linguagem.

Ao observarmos os itens lexicais que designam as regiões urbanas de Brasília, aguçou-nos a curiosidade em conhecer e em compreender esses itens, pois a capital, imaginária de Lucio Costa, foi metricamente dividida e distribuída conforme as funções que uma cidade deve desempenhar, representante do caráter simbólico do Estado brasileiro, cumprindo a sua função cívico-administrativa, sem abandonar o bucolismo. O resultado da cidade teórica foi a divisão de regiões funcionais, que possuem nomes com formas extensas, os quais, na maioria dos casos, são reduzidos a siglas e a acrônimos no seu uso de fato. Ao buscarmos uma pesquisa sistemática, de caráter linguístico, que abarcasse esse conteúdo, encontramos uma lacuna nos estudos lexicais dos termos de Brasília, a qual gerou esta dissertação.

Para a realização desta pesquisa, dividimos este trabalho em etapas, as quais estão estruturadas do seguinte modo: em um primeiro momento, são apresentados o tema, as motivações e as justificativas desta pesquisa. Depois o estudo segue sua sequência em capítulos.

No capítulo 1, fizemos um percurso sobre o processo de criação e transferência da ‘Nova Capital do Brasil’, e registramos os fatos mais significativos para compor esta dissertação, uma retrospectiva histórica que visa à investigação de alguns fatos que influenciaram no surgimento de uma cidade tecnicamente planejada e à verificação das interferências nos termos decorrentes desses fatos.

No capítulo 2, apresentamos a revisão de literatura sobre a interpretação de conceito em Terminologia, as relações entre Lexicologia e Terminologia, os aspectos da língua comum

diante da linguagem de especialidade e a diferença entre a Lexicografia e a Terminografia. Nosso propósito, neste capítulo, é demonstrar, fundamentalmente, as diferenciações entre as áreas que se ocupam do estudo do léxico. Para cumprirmos esse objetivo, baseamo-nos em Cabré (1993), Sager (1993), Faulstich (1990, 1994, 1997), Ramos (1996), Pavel & Nolet (2002) e Barros (2004).

No capítulo 3, expomos os pressupostos teóricos com a finalidade de (i) estudar e explicar a tipologia de termos existentes em linguagem de especialidade, (ii) verificar quais são os recursos disponíveis para formação de termos, e quais são os processos de formação pertinentes a cada termo e (iii) averiguar a existência da variação terminológica. Esses pressupostos fundamentam-se em Cabré (1993), Pavel & Nolet (2002), Correia (1998), Correia e Lemos (2005), Faulstich (1996, 2001, 2003), Cunha & Cintra (2001) e Houaiss (1967) e Cardero (2006).

No capítulo 4, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados para a recolha, a seleção e a organização de dados que constituíram o *corpus* de análise. Nesta seção, adotamos a metodologia de Faulstich (1990) em seu trabalho: *Metodologia para projeto terminográfico*.

No capítulo 5, discorremos sobre a análise dos dados e a apresentação dos resultados, com base nos pressupostos apresentados no capítulo 3. Este capítulo é dividido em cinco partes, a saber: (i) fundamentos para análise dos dados, (ii) procedimentos para análise e classificação dos dados, (iii) análise das unidades terminológicas simples (UTS), (iv) análise das unidades terminológicas complexas (UTCs) e (v) os termos em uso: casos de variação.

No último capítulo, apresentamos o glossário dos termos estudados que compõem a estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília, cujo modelo foi adaptado da *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários* de Faulstich (2001).

Nas considerações finais, apresentamos as reflexões resultantes da análise de dados e de todo o estudo realizado nesta pesquisa. Em seguida, encontram-se as referências bibliográficas, as quais fundamentaram o conteúdo desta dissertação e os anexos, em que estão descritos os contextos que contêm as unidades terminológicas, uma tabela com as unidades terminológicas simples e outra com as unidades terminológicas complexas.

Para finalizar, esclarecemos que optamos por apresentar as citações em língua estrangeira traduzidas para o português, de nossa responsabilidade. Os autores citados nesta dissertação são referenciados ao longo do texto e constam nas Referências Bibliográficas, bem como todos os *sites* da internet consultados.

O primeiro contato com uma cidade marca o ser humano de diversos modos e pode causar sensações boas ou ruins: espanto, maravilha, perplexidade ou simplesmente estranheza. Em 2005, fomos motivadas a participar do projeto de iniciação científica, que resultou na elaboração de um inventário lexical referente ao meio, pois “ao ministrar aulas de Português do Brasil como Segunda Língua foi verificado, em um primeiro momento, que o meio ambiente é um dos elementos de maior impacto nas pessoas quando chegam a outro lugar”, conforme Pires (2006:8). Brasília, como parte de um sistema pertencente ao meio urbano, é um lugar que causa impacto nas pessoas de diferentes modos porque, como uma cidade que foi concebida e planejada, possui uma organização de estrutura urbana peculiar. Brasília exigiu, assim, itens lexicais que denominassem o seu conceito próprio. Lucio Costa (1957), responsável pelo projeto urbanístico vencedor para a construção da nova capital do Brasil, fez questão de tornar Brasília em algo singular, como em poucas linhas podemos verificar:

[...], à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região [...]. Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como **urbs**, mas como **civitas**, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável **caráter monumental**. Grifo nosso.

Por isso, não causa espanto que haja termos em sua estrutura que são, de certa forma, incompreensíveis para quem não reside em Brasília. Desse modo, enunciados como:

“ - *Como faço para chegar ao centro?*

- *No Plano? Você pega o Eixão Sul e vai até o final.*”

“ - *Faz a tesourinha e sobe para 112 sul.*”

“- *Meu escritório fica no SCS, quadra 6, bloco A, Edifício Bandeirante.*”

ficam com o significado pouco transparente por falta de compreensão do que seja PLANO, EIXÃO, TESOURINHA e SCS. Além desses, há itens lexicais complexos como, SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS E GEMINADAS NORTE, que também podem causar certo desconforto para aqueles que não estão familiarizados com estes termos.

Assim, o presente estudo nasceu da constatação, por meio de observação da cidade e da prática docente do Português do Brasil como Segunda Língua, de haver uma terminologia voltada para a organização estrutural de Brasília, no que se refere ao plano-piloto que deu origem ao Plano Piloto da Capital do Brasil e a sua concretização na atual estrutura. Verificamos que os conceitos que levaram à organização do projeto estavam presentes na estrutura da cidade, porém são ignorados por muitos de seus habitantes, como registra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN: “*A Brasília simples, e pouco entendida até mesmo por seus moradores*” (2007:13). Esses conceitos são mais compreendidos pelos profissionais de áreas específicas como arquitetura e urbanismo, os quais mantêm um vínculo com o conhecimento da estrutura urbana da capital.

Identificadas algumas terminologias¹, consultamos estas unidades em alguns dicionários de língua comum e em dicionários especializados e não obtivemos resultados satisfatórios porque os termos, ou não fazem parte do conjunto de verbetes dos dicionários ou, se há algum registro, a definição não corresponde ao significado usado na terminologia de Brasília. Essa consulta revelou que a lacuna desse campo do conhecimento é sentida por profissionais, como turismólogos, técnicos em turismo e profissionais de hotelaria que precisam usar esses termos em sua atuação profissional. Por sua vez, os visitantes da capital, ao se depararem com uma terminologia peculiar, principalmente as siglas, tentam fazer associações para compreendê-las, mas, muitas vezes, chegam a conclusões equivocadas, cuja consequência é uma desorientação em relação ao meio em que se encontram.

Essa observação prática motivou este estudo, com base na Lexicologia, na Terminologia e na Terminografia, com vistas a i) identificar quais são os termos que denominam a estrutura urbana do PP-B; ii) verificar as relações entre os conceitos, as definições, segundo a organização do PP-B; iii) estruturar a variação entre os termos, com a meta de reconhecer as siglas como tais e iv) elaborar um glossário de termos do PP-B.

¹ Terminologia, grafada com T maiúsculo, refere-se à disciplina, e terminologia, grafada com t minúsculo, refere-se ao conjunto de termos de uma determinada área do conhecimento.

Este último objetivo específico é uma tentativa de contribuir com a aplicação de métodos na elaboração de dicionários, léxicos e glossários temáticos. Os termos que refletem os conceitos, característicos da estrutura urbana de Brasília, foram reunidos e descritos, de modo a que os conceitos do projeto de Lucio Costa, implícitos em cada item lexical, possam tornar-se mais transparentes, resultando na melhor compreensão dessas unidades terminológicas.

Para os fins de entendimento deste trabalho, o termo Brasília será usado somente com referência ao Plano Piloto de Brasília, configurado no projeto do urbanista Lucio Costa e delimitado de acordo com a portaria nº 314 de 8 de outubro de 1992, a qual traz as definições e os critérios para a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, relativos à área tombada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO.

No capítulo seguinte, situaremos o PP-B no contexto da história de cidade Monumental e veremos que os termos são decorrências dos conceitos imaginados por quem pensou na criação da capital.

CAPÍTULO 1 – UMA LEITURA HISTÓRICA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

1.1. A elaboração e a construção da Cidade Monumental

Desde os tempos da colônia, cogitava-se a ideia da transferência da capital do Brasil para o interior. José Bonifácio, ministro de D. Pedro I e tutor de D. Pedro II, foi indicado oficialmente como o precursor da mudança. A primeira interferência de José Bonifácio, em favor da mudança da Capital para o interior, ocorreu ainda no Brasil Colônia em 1821, conforme Vasconcelos (1978:29). Essa mudança foi motivada pela proteção da corte, que ficava muito vulnerável no litoral, pela ocupação demográfica do interior despovoado e por um melhor ordenamento administrativo. A demarcação da região onde seria instalada a nova capital já era mencionada naquela época e, como sugestão do local, Bonifácio indicava que seria mais ou menos na latitude de 15 graus.

Na Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, logo após a Independência do Brasil, José Bonifácio mais uma vez mencionou a necessidade da interiorização da Capital do Brasil. Nessa ocasião, ocorreu a sugestão do nome da Capital: **Petrópolis** ou **Brasília**.

Para endossar a idéia de José Bonifácio, o misticismo atuou como um forte aliado. Em 1883, na cidade de Turim, na Itália, um sacerdote católico chamado São João Melchior Bosco, em [italiano](#) Giovanni Melchior Bosco, conhecido como Dom Bosco, teve um sonho profético, no qual “um jovem de seus dezesseis anos, amável e de beleza sobre-humana, todo radiante de viva luz, mais clara que sol” aproximou-se do sacerdote e o conduziu à seguinte revelação de Dom Bosco (1935 vol. XVI *apud* Vasconcelos 1978: 75):

Entre os paralelos de 15° e 20° havia uma enseada bastante extensa que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: ...quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza inconcebível [...].

No sonho de Dom Bosco, essas coordenadas se referiam a uma área central da América do Sul e essa visão foi interpretada como sendo Brasília. Porém, só em 1935, este sonho veio a público, mesmo assim, numa única edição em *Memorie Biografiche*, de Dom

Bosco, e cujos exemplares não chegaram a ser postos à venda, ficando no meio ambiente salesiano, consoante Vasconcelos (1998:72).

No Brasil, o projeto caminhava lentamente. Depois de vários debates e emendas constitucionais, registra-se a inclusão de uma área no Planalto Central como parte da União para a futura Capital Federal na Constituição Federal de 1891:

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

Em 1892, foi iniciada uma missão com a finalidade de estudar e de demarcar a região da futura capital, e, como resultado, foi fixada a área de 14.400 quilômetros quadrados com a forma de um quadrilátero. Essa missão, conhecida como Missão Cruls, realizou-se ao longo de dezoito meses. E, no ano de 1894, houve a segunda expedição, também presidida por Cruls, com a finalidade escolher, na área demarcada, o melhor ponto para a edificação da nova Capital.

Quase três décadas depois da primeira expedição exploradora do Planalto Central, foi lançada a pedra fundamental da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, no Morro do Centenário, em Planaltina, no dia da comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922. Esse momento aparece na obra de Vasconcelos (1978: 236) da seguinte forma:

No momento em que o sol atravessava o meridiano, ao meio-dia de 7 de setembro de 1922, o engenheiro Ernesto Balduino Almeida, responsável pela missão e representante do Governo Federal, começa a içar a Bandeira Nacional ao som do hino pátrio executado pela Bandinha de Planaltina, acompanhada de marcha batida pelos clarins do Sexto Batalhão de Caçadores aquartelado em Ipameri, perante autoridades e representantes e uma centena de outras pessoas da região que foram ao local, em cavalhada.

O fato de setembro de 1922 não significou o início imediato da edificação da cidade. Esse episódio foi seguido de longos debates entre parlamentares e políticos durante 33 anos até um acontecimento ocorrido no primeiro comício do então candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek, na cidade de Jataí, em Goiás. Ali, Juscelino Kubitschek foi abordado por um popular que lhe indagou “se eleito, mudaria a Capital do Brasil para o interior?”, o então candidato respondeu que, “sendo a mudança um preceito constitucional, o seu Governo daria os primeiros passos” (Vasconcelos, 1978: 350). No ano seguinte, 1956,

Juscelino Kubitschek, já presidente do Brasil, iniciou uma série de providências para a edificação da nova capital, entre as quais a convocação de interessados em participar do **Concurso nacional do plano-piloto da nova capital do Brasil**, por meio de edital publicado, no dia 30 de setembro.

O vencedor do concurso, como se sabe, foi o urbanista Lucio Costa, conforme o resultado divulgado em março de 1957. O engenheiro Israel Pinheiro foi nomeado para ser o presidente da Novacap, Companhia Urbanizadora da Nova Capital, criada no governo de Kubitschek, em abril de 1956, e Oscar Niemeyer foi contratado para planejar os edifícios da nova capital. No ano de 1957, foi realizada a primeira missa no ponto mais alto de Brasília, a 1.172 de altitude, local este denominado Praça do Cruzeiro.

A inauguração de Brasília ocorreu no dia 21 de abril de 1960. E em 7 de dezembro de 1987, Brasília foi inscrita na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, mais precisamente, o Plano Piloto, cujos limites estão assim delimitados: a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal, de acordo com a portaria nº 314 de 8 de outubro de 1992, e com base nos seguintes critérios, conforme registrado em material divulgado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2007):

- i. Representar uma obra artística única, uma obra-prima de gênio criativo humano; e
- ii. Ser um exemplar marcante de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico, que ilustre um estágio significativo da história da humanidade.

O título referido foi conseguido em virtude das características peculiares de Brasília, expressadas nos traçados do plano-piloto de Lucio Costa, cujos conceitos tiveram origem na Carta de Atenas, como será demonstrado a seguir.

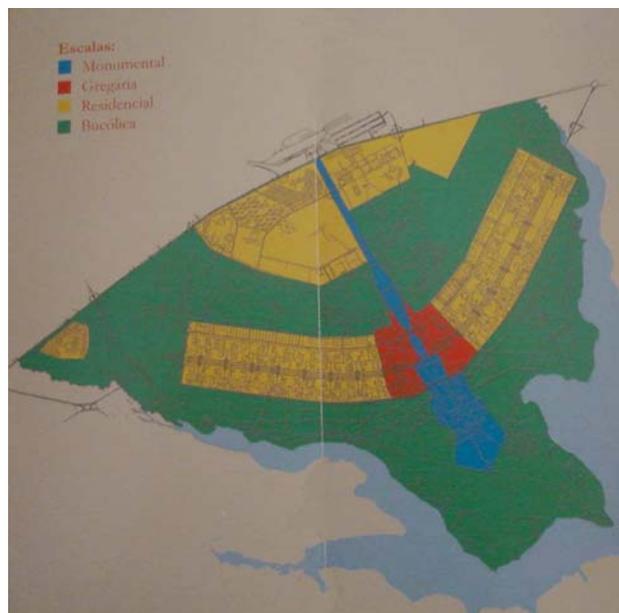
1.2. As quatro escalas

O projeto de Lucio Costa foi inspirado nos ensinamentos de Le Corbusier que, em 1933, cria a Carta de Atenas como resultado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. A obra de Corbusier contém uma série de princípios para a construção de uma cidade moderna, com o intuito de eliminar os problemas em cidades de padrões tradicionais existentes. Nesse trabalho, o arquiteto francês faz críticas a respeito do modo como as cidades

foram construídas e aponta os danos causados ao homem pela arquitetura e urbanismo tradicionais daquela época. Como solução, ele propôs a implantação do zoneamento seletivo e divisão de regiões, segundo quatro funções: habitar, lazer, trabalhar e circular. Os princípios baseados em funções tinham como prioridade o bem-estar do homem, por isso a cidade deveria ser construída de modo que as atividades de trabalho, de deslocamento, de comércio, entre outras, não fossem penosas para os seus habitantes. Esses princípios, portanto, nortearam a concepção de Brasília.

O plano-piloto de Lucio Costa foi conceitualmente elaborado segundo os ideais de uma arquitetura moderna, visando a atender as funções propostas por Le Corbusier. Assim, ele cria as quatro Escalas Urbanas de Brasília: a Escala Monumental, a Escala Residencial, a Escala Gregária e a Escala Bucólica, representadas conforme o mapa seguinte:

Figura 1



Fonte: Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Preservação de Brasília (2007: 32).

A Escala Monumental, autêntica de Lucio Costa, constitui um marco de Brasília. Nesta escala, está representado o caráter cívico da cidade, por meio do valor simbólico dos seus edifícios, no sentido de representação do Estado, por isso, ali se encontram as representações máximas do poder da República Federativa do Brasil, conforme registrado pelo urbanista Lucio Costa (1985/1987) em *Brasília Revisitada*:

A presença da escala monumental – não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa - conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva Capital do País.

A Escala Residencial, de acordo com os preceitos da Carta de Atenas, foi criada para atender às necessidades de moradia dos seus habitantes e está descrita por Lucio Costa (1985/1987) assim:

A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras.

A Escala Gregária se configura no cruzamento entre os dois eixos, Rodoviário-Residencial e Monumental, e foi concebida para agregar grande quantidade de pessoas no trabalhar e no lazer, segundo Lucio Costa (1985/1987):

A escala gregária, prevista para o centro da cidade – até hoje ainda em grande parte desocupado – teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro.

A Escala Bucólica, com a função de manter o contato das pessoas com a natureza que é de fundamental importância para o psicológico e o biológico do homem, porque é o espaço onde ele pode desenvolver atividades de lazer e recreação. De acordo com Lucio Costa (1985/1987):

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica.

Essas são as ordens de grandeza com as quais o urbanista trabalhou na criação do projeto cujos conceitos são fundamentais para a compreensão do sistema de setorização do plano-piloto, que deu origem ao Plano Piloto de Brasília, bem como dos seus termos.

1.3. Plano Piloto de Brasília: conceitos e termos

Em arquitetura e urbanismo, plano-piloto é qualquer plano preliminar para um empreendimento que pode sofrer alteração no decorrer do seu planejamento, de acordo com

Ferrari (2004:281). Com o passar do tempo, passou a ser um termo para denominar a área projetada por Lucio Costa: Plano Piloto de Brasília.

O projeto do urbanista partiu de dois eixos, um público e um privado, adaptando-se à topografia local. Em função do Eixo Monumental, no qual se encontram as áreas a sul e a norte, em função do Eixo Rodoviário-Residencial, no qual se encontram as áreas a leste e a oeste, assim a cidade foi dividida por Lucio Costa. Então, da união entre as escalas e as coordenadas surge a cidade funcional, que dizer, em função de um conceito, foi designada uma região cujos termos denominativos refletiriam um conceito específico.

A citação seguinte de Lucio Costa (1957, tópico 9) exemplifica a concretização de conceitos abstratos que deram origem aos termos que denominam Brasília.

Destacam-se no conjunto **os edifícios destinados aos poderes fundamentais** que, sendo **em número de três** e autônomos, encontraram no **triângulo equilátero**, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los [...] Em cada ângulo dessa praça – **Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se** – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na Base e a do Congresso no vértice. Grifos nossos.

Desse modo, o Plano Piloto foi estabelecendo-se com seus setores e elementos de circulação, como: eixos, vias, balões viários, etc.

Em síntese, neste capítulo procuramos apresentar um panorama histórico que influenciou a criação da Nova Capital do Brasil, cujo processo longo foi pensado e repensado. Por ser uma cidade conceitualmente elaborada por especialistas, Brasília engloba uma quantidade significativa de termos que denominam os lugares que a compõem, e é uma cidade tecnicamente concebida, cuja terminologia é o motivo e a motivação desta pesquisa.

2.1. O conceito em Terminologia

A percepção é uma habilidade do homem que o permite adquirir conhecimento e entendimento do mundo. E, por meio da linguagem, ele substancializa o conhecimento e o entendimento, ao designar entidades do mundo real ou de um mundo possível, agrupando-as de acordo com um sistema de categorização, com base em conceitos mentais. “Um conceito é uma entidade do pensamento, um constructo mental, que representa um objeto individual, dotado de características comuns a uma classe de objetos”, conforme Cabré (1993:97). Ideia semelhante à explicitada por Cabré, quanto ao conceito, nos estudos terminológicos, encontramos em Barros (2004), ao transcrever a definição de conceito, registrada pelo *Office de la Langue Française*, como uma “unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode se exprimir por um termo ou por um símbolo” (Boutin-Quesnel, 1985:18 *apud* Barros, 2004:106).

Os estudos terminológicos requerem uma compreensão dessas entidades ou unidades do pensamento, a fim de estabelecer a relação entre a imagem concisa e coerente do termo e o conceito por essa designada. A categorização dos elementos ocorre com base em conceitos referentes a um domínio. Nos atuais estudos de Terminologia, os termos não são considerados pertencentes, de fato, a um domínio, e sim, são usados com um valor específico em um determinado domínio. A Terminologia, como disciplina, “se ocupa dos conceitos, suas definições e suas denominações”, segundo Sager (1993:21), utilizados em uma área de especialidade².

Ao relacionar-se com conceitos de diversas áreas do conhecimento, a Terminologia constituiu-se como uma matéria de interseção e é considerada uma disciplina científica interdisciplinar. Eugen Wüster, engenheiro austríaco, reconhecido como o precursor da Terminologia como disciplina científica e moderna, denominou-a como um campo de estudos multidisciplinares que relaciona a linguística, a lógica, a ontologia e as ciências da

² Entendemos por “área de especialidade um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.)”, de acordo com Correia (1998: 59).

informação, com as várias áreas temáticas. A relação entre a Terminologia e essas disciplinas, ocorre em virtude de possuírem um elemento comum: “o elemento comum a todas estas disciplinas é que todas se ocupam, em grande parte, com a organização formal da complexa relação entre os conceitos e os termos”, segundo Sager (1993:21). A Terminologia, “a partir de conceitos e elementos de outras disciplinas, define seu campo de trabalho e elabora um objeto e um campo de estudo próprio” o que a caracteriza como uma matéria interdisciplinar, conforme Cabré (1993:71). Ramos (1996:175) destaca, entre as matérias com as quais a Terminologia mantém vínculo, a tradução, a informática e a documentação.

O termo, então, contém em si a expressão e a forma do conteúdo de entidades de um domínio específico, e é usado na comunicação entre os especialistas desse domínio, para a transmissão dos conceitos de uma área. A norma ISO 1087 (1990, p.5) define termo como “designação, por meio de uma unidade lingüística, de um conceito definido em uma língua de especialidade”.

Observamos, ainda, que existem outros conceitos abrangidos pela palavra **terminologia**, os quais a faz um termo polissêmico. Entretanto, Sager (1993: 21) distingue traços que auxiliam descrever três conceitos da palavra **terminologia**, a saber:

1. O conjunto de práticas e métodos utilizados na recolha, na descrição e na apresentação dos termos;
2. uma teoria, quer dizer, o conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessárias para a explicação das relações entre os conceitos e os termos que são fundamentais para uma atividade coerente da metodologia em l; e
3. um vocabulário de um campo temático especializado.

O primeiro significado se refere à metodologia, o segundo, à disciplina e o terceiro ao conjunto de termos de cada área temática. A Terminologia, como disciplina, resulta de um conjunto de interseção com outras matérias e para cumprir seus objetivos utiliza elementos e conceitos da Morfologia, da Lexicologia e da Semântica. Dessas, a que tem maior proximidade é a Lexicologia, como será apresentado.

2.2. Relações entre Lexicologia e Terminologia

A proximidade entre a Lexicologia e a Terminologia ocorre porque ambas possuem característica semelhantes quanto ao objeto de estudo, possuem uma vertente teórica e uma vertente aplicada e o objeto de ambas as disciplinas é a elaboração de dicionários, de acordo

com Cabré (1993:86). A Lexicologia estuda o léxico de uma língua. O léxico, objeto de estudo da Lexicologia, pode ser estudado de acordo com os aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e sintáticos, assim como o termo, objeto de estudo da Terminologia. Todavia, apesar das semelhanças, há divergências que oferecem argumentos para serem consideradas como disciplinas distintas e não como sendo uma parte da outra. As divergências se aplicam “ao **campo de trabalho**, à **unidade de base**, aos **objetivos aplicados** e ao **método de trabalho**”, como afirma Cabré (1993:86).

Referente ao **campo de trabalho**, a Lexicologia se ocupa da análise e descrição de todo o conjunto de palavras que conhece o falante de uma língua, já a Terminologia se ocupa das palavras de uma área de especialidade. Desse modo, por exemplo, a unidade lexical *acesso* é analisada pela Lexicologia em vários níveis da língua, incluindo todas as acepções encontradas, do ponto de vista diacrônico e sincrônico. Em Lexicologia, a unidade *acesso* também é analisada no sentido conotativo e denotativo, por sua vez, a Terminologia restringe a análise, concentrando-se no estudo de um item lexical somente em uma linguagem de especialidade. Para a Terminologia, não interessa averiguar os outros domínios em que o determinado item em análise é usado. No nosso exemplo, *acesso*, no estudo terminológico de uma especialidade como urbanismo, a análise focaliza-se em *acesso* como estrutura urbana. Para Ramos (1996:176) consoante a Cabré (1993), o campo de trabalho da Lexicologia e da Terminologia mantém uma relação de inclusão: “o campo de trabalho da Lexicologia é mais amplo e inclui a Terminologia”.

Quanto à **unidade de base**, a Lexicologia se ocupa com o estudo do léxico e a Terminologia se ocupa com o estudo do termo. Segundo Faulstich (1997), “léxico é uma unidade linguística dotada de características sistemáticas e que têm a propriedade de se referirem a entidades da realidade”. Para Barros (2004:40), “a unidade lexical é um signo linguístico, composto de expressão e de conteúdo, que pertence uma das grandes classes gramaticais”. Sobre o objeto de estudo da Lexicologia, Cabré (1993:87) registra que, “uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada de propriedade de referências a um elemento da realidade”. Quanto aos traços da unidade de base da Lexicologia, há convergência de pensamento entre essas pesquisadoras.

O termo, **unidade de base** da Terminologia, possui traços próximos da unidade de base da Lexicologia, pois ambos “possuem uma forma fônica e gráfica, uma estrutura

morfológica simples ou complexa, uma categorização gramatical e um significado”, segundo Cabré (1993:87). Porém, o termo designa conceitos próprios usados em cada área especializada. Faulstich (1997) afirma que, “as unidades terminológicas assumem um caráter específico, delimitado justamente pelo subcódigo do código maior, fazendo uso dos recursos deste código maior, mas também utilizam seus próprios recursos”.

Na comparação entre termo e léxico, Ramos (1996:176) cita que, “os termos têm de ser palavras especializadas; por conseguinte, todos os termos são palavras, mas nem todas as palavras são termos”. Então, “as unidades lexicais só se tornam termos quando são definidas e empregadas em textos de especialidade” (Kočourek, 1991:105 apud Barros, 2004:41). Nesse caso, há de ser levado em consideração o ponto de vista em que a unidade é analisada, e por quem é analisada.

A unidade de base empregada em linguagem de especialidade, o termo, pode ter perspectivas diferentes que conduzem a análise e a prática distintas, se analisadas dentro uma concepção pragmática e de aspectos funcionais, conforme Cabré (1993:37):

- Para os linguistas, a terminologia é uma parte do léxico especializado por critérios temáticos e pragmáticos.
- Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional.
- Para os usuários, diretos ou indiretos, a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, cujo valor se mede em função de critérios de economia, de precisão e de adequação.
- Para os planejadores linguísticos, a terminologia é um âmbito da linguagem que deve intervir para reafirmar a existência, a utilidade e a sobrevivência da língua, e para garanti-la mediante sua atualização, sua continuidade como meio de expressão.

Os **objetivos aplicados** da Lexicologia e da Terminologia também as fazem disciplinas distintas. A Lexicologia estuda as palavras com o objetivo de averiguar competência lexical dos usuários de uma língua, quer dizer, estuda o léxico dentro de um sistema linguístico, a língua comum. Já a Terminologia, estuda os termos a fim de estabelecer

uma forma de referência para um conceito. Dito de outra forma, a Terminologia estuda os termos com vistas à normalização para melhor comunicação na linguagem de especialidade.

Referente ao **método de trabalho**, a Lexicologia estabelece seu estudo com base em hipóteses, preestabelecidas de acordo com bases teóricas, que as aprovam ou rejeitam, e utiliza amostras de uma língua. A Terminologia, por sua vez, com base em um conjunto de técnicas e de procedimentos adotados, elabora o método de trabalho que conduzirá o estudo, de acordo com os recursos disponíveis dentro de uma linguagem de especialidade. Em Terminologia, podem ocorrer alterações no decorrer do trabalho de acordo com a necessidade. Não faz parte dos métodos dos estudos terminológicos, “explicar nenhum comportamento, na linguagem de especialidade, mas sim, buscar denominações para conceitos previamente estabelecidos” (Cabré, 1993:90). Barros (2004:65) afirma que essas disciplinas “mantêm, assim, relações de alimentação e de realimentação científicas, primando, no entanto, pela autonomia metodológica e assumindo estatutos epistemológicos próprios.”

Como apresentado, Lexicologia e Terminologia são disciplinas distintas, que se ocupam de objetos distintos e que, por sua vez, uma está relacionada a um código e a outra a um subcódigo, quer dizer, língua comum e linguagem de especialidade.

2.3. Aspectos da língua comum diante da linguagem de especialidade

A distinção entre língua comum e linguagem de especialidade é de fundamental importância para o entendimento do objeto de trabalho de que se ocupa a Lexicologia e a Terminologia. Como destaca Ramos (1996:177) “a linguagem de especialidade não é concebível sem a língua comum”. A língua comum se refere ao conjunto geral da língua, incluindo as linguagens de especialidades de acordo com as habilidades e a capacidade humana permite. A língua comum “compreende tanto as variedades não-marcadas como as marcadas” (Cabré 1993:129) e, nesse caso, a linguagem de especialidade corresponde à variedade marcada. Cabe à Lexicologia o estudo da língua comum, referente às variedades não-marcadas e à Terminologia o estudo da linguagem de especialidade, variedades marcadas, conforme afirma Faulstich (1997:82):

Diferentemente da lexicologia que procura dar conta do sistema do léxico da língua geral e da lexicografia que o descreve, a terminologia surge para sistematizar o léxico das linguagens de especialidade. Uma das suas tarefas é o estudo lingüístico

do termo, desde o mais simples até o mais complexo, fato que os estudos de língua geral não deram conta ainda.

Sobre o mesmo assunto, Correia (1998:59) faz a distinção entre língua comum e linguagem de especialidade utilizando a expressão “mais neutro” para definir a língua comum:

Língua corrente (língua comum), isto é, o subsistema linguístico mais neutro no que respeita a traços determinados por fatores científicos, técnicos ou profissionais, e que é utilizado na comunicação informal, quotidianamente, pelos falantes de uma mesma comunidade linguística [...] **Linguagens de especialidade**, entendidas como subsistemas linguísticos que compreendem o conjunto de meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.), visando a não ambiguidade na informação.

Pavel & Nolet (2002:124) fazem a seguinte distinção entre língua comum e linguagem de especialidade: a primeira é um “sistema de comunicação oral e escrita de uso cotidiano e geral em uma comunidade lingüística”, e a segunda é um “sistema de comunicação oral e escrita, usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”. De acordo com as autoras citadas, a diferença entre língua comum e linguagem de especialidade é observada no uso.

Em termos gerais, no que se refere à gramática da língua, há semelhanças entre a língua comum e a linguagem de especialidade, visto que ambas possuem o mesmo sistema gráfico de expressão, mesmo sistema fonológico, mesmo sistema morfológico, mesmas regras combinatórias para sintagmas e orações e apresentam os mesmos tipos de orações, com base em Cabré (1993:152).

Todavia, percebem-se divergências quando comparadas a tipologia lexical, as estruturas, as categorias e o caráter pragmático de uma e de outra. Assim, a seguir, observadas essas diferenças, as organizamos de modo contrastivo, com base em Cabré (1993: 152-156).

Na língua comum, as palavras são mais compreensíveis do que as unidades terminológicas para a maioria dos falantes da língua de referência. O léxico da língua comum apresenta todas as categorias gramaticais, o que não ocorre na linguagem de especialidade, em que há a predominância dos nomes.

As estruturas morfológicas são compostas pelos usuários comuns da língua, porém as estruturas morfológicas da linguagem de especialidade normalmente são compostas por especialistas com um domínio particular de um saber específico. A quantidade de unidades sintagmáticas, assim como a presença de siglas, acrônimos, símbolos ou códigos alternativos são menos frequentes na língua comum do que na linguagem de especialidade. A quantidade de nominalizações a partir de verbo não é de alta frequência na língua comum, mas sim na linguagem de especialidade. No que tange à quantidade de afixos coloquiais, há uma grande ocorrência na língua comum, e menor ocorrência na linguagem de especialidade. Há, ainda, na língua comum, uma grande liberdade de uso de diversos modos verbais.

Quanto ao aspecto pragmático, na língua comum há uma temática variada, ela possui diferentes usuários e diversas situações comunicativas, enquanto, na linguagem de especialidade a temática é específica, os usuários são especialistas de um saber específico, diante de uma situação comunicativa específica, para informar e trocar informações objetivas sobre uma determinada área do conhecimento.

As particularidades entre a Lexicologia e a Terminologia que as fazem disciplinas distintas. Assim, ambas possuem áreas aplicadas, a Lexicografia e a Terminografia respectivamente, com finalidade semelhante, ambas elaboram dicionários. Porém, apesar da semelhança referente ao produto final (dicionários), os objetivos, os métodos e os aspectos pragmáticos não são os mesmos, que será o assunto apresentado a seguir.

2.4. Lexicografia e Terminografia: qual a diferença?

O objetivo da Lexicografia é a descrição do léxico de uma língua, o da Terminografia é a denominação e a normalização dos termos de uma linguagem de especialidade. Segundo Barros (2004:68) a Terminografia:

É uma disciplina científica que analisa seu objeto de estudo (os dicionários terminológicos), propõe novos modelos de tratamento dos dados, reflete cientificamente sobre seu trabalho, além de construir uma metalinguagem própria e de consolidar uma metodologia de elaboração de dicionários terminológicos.

Pavel & Nolet (2002:124) definem as áreas aplicadas da Lexicologia e da Terminologia do seguinte modo:

Lexicografia. Técnica de elaborar dicionários, com base em estudos da forma, do significado e do comportamento das palavras em uma língua particular.

Lexicografia especializada. Lexicografia que estuda a terminologia de uma língua de especialidade.

Barros (2004) e Pavel & Nolet (2002) compartilham opiniões semelhantes quanto à vertente aplicada da Terminologia, mas há diferenças quanto à terminologia usada, pois a primeira autora utiliza Terminografia, já Pavel e Nolet utilizam Lexicografia especializada para denominarem o mesmo conceito que Barros. Apesar dos diferentes termos, não nos deteremos neste ponto. Analisaremos os produtos das vertentes aplicadas e as diferenças metodológicas.

Os dicionários de língua ou dicionários especiais são elaborados pela Lexicografia. Dicionários especiais são “dicionários de língua que registram apenas um tipo de unidade lexical ou fraseológica, como, por exemplo, os dicionários de expressão idiomática, de provérbios, de ditados, de gírias, de sinônimos” (Barros, 2004:64). Os vocabulários especiais, dicionários técnicos ou dicionários especializados são elaborados pela Terminografia. Nas obras lexicográficas, estão registradas as unidades lexicais com variações morfossintáticas e diferentes acepções encontradas na língua. Nas obras terminográficas, estão registrados os termos, as unidades lexicais “definidas e empregadas em textos de especialidade”, especializados. Por exemplo:

Dicionário Eletrônico Houaiss 2001	Dicionário de Urbanismo 2004
ACESSO	ACESSO
<p>substantivo masculino</p> <p>1 ato de ingressar; entrada, ingresso Ex.: o a. ao parque é livre</p> <p>2 possibilidade de chegar a; aproximação, chegada Ex.: local de difícil a.</p> <p>3 circulação, afluência (de pessoas, veículos etc.); trânsito, passagem Ex.: neste túnel, é proibido o a. de caminhões</p> <p>4 possibilidade de alcançar (algo difícil) Ex.: poucos têm a. ao saber</p> <p>5 comportamento, comunicação social; trato Ex.: pessoa de fácil a.</p> <p>6 ataque repentino, manifestação súbita; crise Ex.: <a. de tosse> <a. de ódio></p> <p>7 Rubrica: informática. possibilidade de comunicar-se com um dispositivo, meio de armazenamento, unidade de rede, memória, registro, arquivo etc., visando receber ou fornecer dados</p> <p>8 Rubrica: termo jurídico. Diacronismo: obsoleto. forma de promoção ou elevação a posto superior</p>	<p>1. Trecho de via que leva a determinado local ou área.</p> <p>2. Entrada ou saída de uma via ou intercessão.</p> <p>3. Via que parte de uma rodovia e leva a uma cidade.</p>

(de funcionário público), extinta pela Constituição de 1988 Ex.: a. ao cargo de ministro 9 Rubrica: medicina. manifestação súbita, freq. violenta e de curta duração, de um fenômeno patológico	
---	--

Com o exemplo destes verbetes, expomos que o item lexical *acesso*, registrado em um dicionário de língua comum, apresenta acepções diferentes, em domínios diferentes, contendo o caráter denotativo e o conotativo. Por sua vez, o dicionário especializado apresenta as acepções estritamente relacionadas à área de especialidade a que o termo pertence.

A elaboração de um dicionário é um processo que consta de distintas fases, em cada uma delas o autor segue uma série de critérios que, finalmente, o conduz a tipos de dicionários diferentes, segundo Cabré (1993:91). Quanto ao processo de elaboração, as obras terminográficas se diferenciam das lexicográficas porque durante algumas fases, selecionam-se determinadas possibilidades e descartam-se outras. Esse fenômeno não ocorre nas obras lexicográficas, nas quais, uma vez estabelecidos os critérios, o autor os segue, de modo que os critérios estabelecidos não sejam violados.

Quanto à composição do *corpus*, a Terminografia utiliza documentos especializados, orais ou escritos, como única fonte de material; seleciona as entradas, que são lexemáticas, mesmo as compostas por mais de um palavra, em função da área temática de trabalho; preserva somente as informações consideradas pertinentes em terminologia e as apresentam como terminologia técnico-científica, com base em Cabré (1993), Pavel & Nolet (2002) e Barro (2004). Na Lexicografia, o *corpus* é selecionado com base em documentos de diversas fontes, fundamentalmente escritas, e com as formas mais usuais.

Outro ponto distinto entre a Lexicografia e a Terminografia se refere ao processo do trabalho. Na primeira, o lexicógrafo utiliza um processo semasiológico para descrevê-las, ou seja, com base em uma lista de palavras inventariadas verifica o seu significado. Em Terminologia, o terminólogo parte de uma lista de conceitos de uma área de especialidade e depois busca denominações que substancializem esses conceitos. Esse é um processo onomasiológico e, por isso, muitas vezes faz-se necessária a utilização de mapas conceituais que conduzam o terminólogo a organizar os conceitos e verificar a rede de relação entre um conceito e outro para a elaboração, a denominação e a descrição dos termos.

Sendo assim, Terminografia, nas palavras de Cabré, (1993:263) é:

A Terminografia é, acima de tudo, uma atividade prática derivada da Terminologia, que por sua vez, é uma matéria aplicada de base interdisciplinar. A atividade terminográfica integra operações de recolha, sistematização e apresentação dos termos de uma determinada área do saber ou de uma atividade humana.

Faulstich (1990)³, em seu trabalho *Metodologia para um projeto terminográfico* escreve que “um trabalho terminográfico objetiva descrever a terminologia de um domínio específico, conforme metodologias lexicográficas e terminográficas e fundamentos de lexicologia”. E para isso, o terminólogo não toma todas as decisões isoladamente, e sim, conta com a colaboração de uma série de hipóteses exigidas pela teoria e deve respeitar uma série de recomendações técnicas, formais e de processo de trabalhos determinados internacionalmente, de acordo com Cabré (1993:263).

Neste capítulo procuramos situar, de modo sucinto, os estudos terminológicos no âmbito da Ciência da Linguagem e abordamos a noção de conceito para a Terminologia, as diferenças entre a Lexicologia e a Terminologia, de acordo com alguns estudiosos da área, com a finalidade de contextualizar a terminologia estudada nesta dissertação.

³ Trabalho apresentado no II Simpósio de Brasília, UnB/IBICT, 1990.

O conjunto de palavras especializadas usadas para se referir ao conhecimento de um domínio e descrevê-lo, seja ele científico, técnico, especializado, constitui uma terminologia. A terminologia que compõe a estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília é formada por termos, como: **tesourinha**, **Eixo Monumental**, **Setor Hoteleiro Norte**, **SHCGN**, entre outros. São termos com formas diferentes, analisados segundo o processo de formação e a tipologia. Entretanto, esses termos, quanto ao aspecto formal, não são diferentes das demais palavras do léxico da língua comum. “São unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, que se apresentam de forma natural no discurso especializado, usados na comunicação especializada, para designar os ‘objetos’ de uma realidade preexistente”, de acordo com Cabré (1993:169). O que os fazem termos são o uso particularizado em um domínio específico. Assim, o reconhecimento dos termos da estrutura urbana do PP-B exige o conhecimento linguístico, que envolve as estruturas terminológicas e o contexto em que é empregado.

Os diferentes aspectos do termo, que colaboram para a compreensão do processo de formação, da tipologia e das variantes, são demonstrados por meio de estudos lingüísticos. Então, para verificar a terminologia do PP-B, apresentaremos alguns pontos, de acordo com estudiosos da área, sobre o objeto de estudo da Terminologia e três ângulos com os quais se podem analisá-lo, quanto à forma.

3.1. O objeto de estudo da Terminologia

Os termos, quanto à forma, são semelhantes às demais palavras do léxico da língua comum. Porém, o traço pragmático distingue palavras, usadas em língua comum, e termos, usados em linguagem de especialidade. Para Lérat (1989 *apud* Cabré 1993:170), “uma unidade terminológica ou termo, é um símbolo convencional, representante de um conceito, definido em certo domínio do saber”. Na mesma linha de pensamento, Cabré (1993: 169-170) descreve o termo como “unidade de forma e conteúdo, pertencente a um sistema de uma língua específica” e afirma que os termos são as unidades de base da Terminologia e designam conceitos próprios de cada disciplina. Os termos, como signos, são unidades que

apresentam duas faces: a expressão, explicitada por meio da denominação, e o conteúdo, que representa o conceito ligado a denominação.

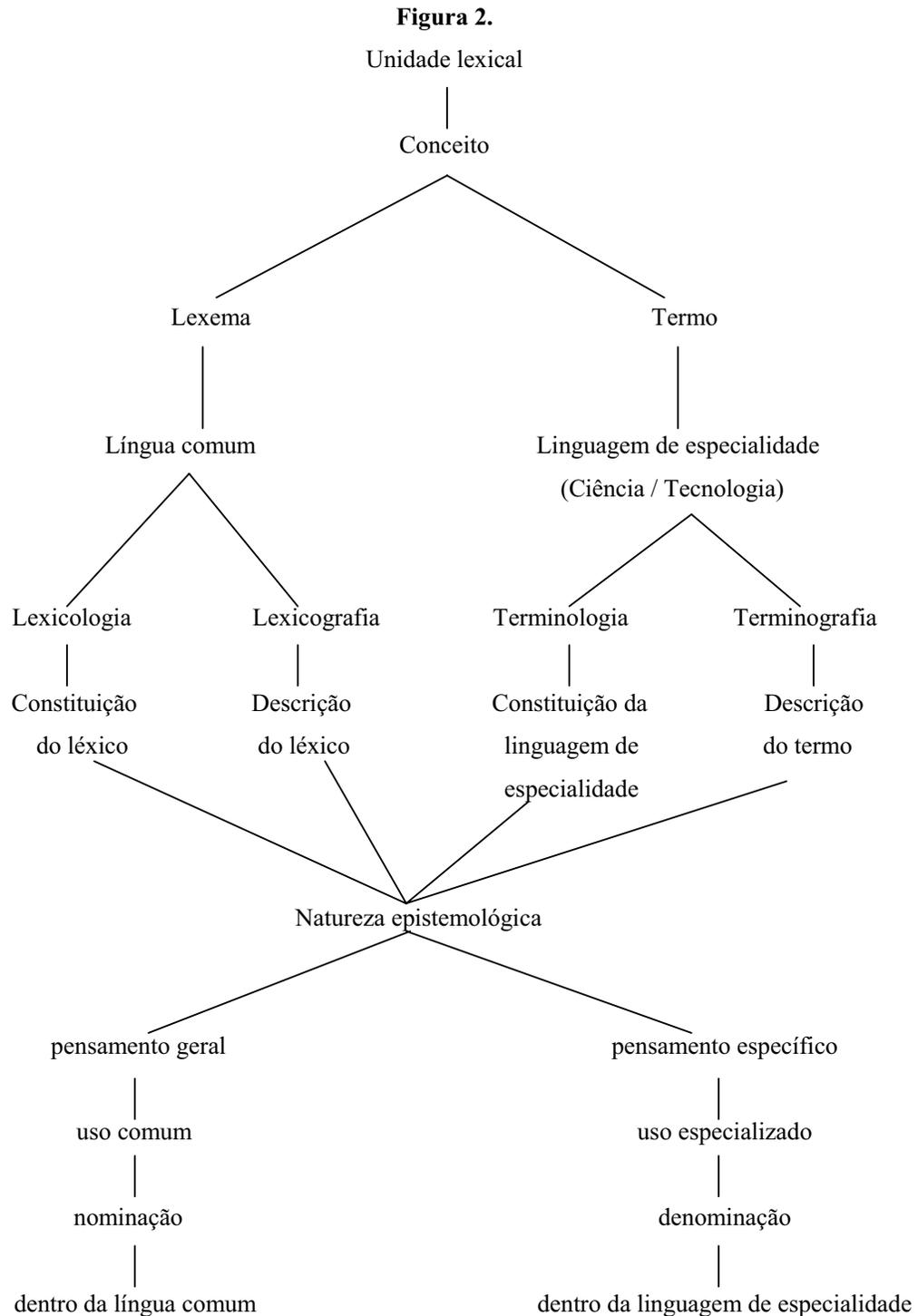
A unidade terminológica possui características semelhantes às das unidades lexicais no que se refere à estrutura do mesmo sistema linguístico, porém há de se destacar que os termos de uma área mantêm uma relação mais estreita com outros termos da mesma área de conhecimento, formando assim uma rede de conceitos interligados.

Para Pavel & Nolet (2002:18-19), “a unidade terminológica é a etiqueta de um conceito em uma árvore conceitual” e, quanto à tipologia, as mesmas autoras registram que um termo pode ser:

- uma *palavra*;
- um *sintagma*;
- um símbolo;
- uma fórmula química ou matemática;
- um nome científico em latim;
- um *acrônimo*;
- uma *sigla*;
- uma *denominação oficial* (*título* de um cargo, organismo ou entidade administrativa, etc).

Um termo se diferencia de um lexema por manter uma relação de univocidade com o conceito de uma área do saber e, por haver estabilidade dessa relação entre a forma e o conteúdo em textos especializados, com uma frequência significativa o termo pode ser reconhecido por indicadores tipográficos como: itálico, negrito ou aspas. Em sua maioria, os termos são nomes, porém também podem ser verbos, adjetivos ou advérbios. Essa distinção se faz necessária para explicitar que o trabalho terminológico não se limita a um inventário de palavras, mas um estudo acurado do termo em seu ambiente usual com uma finalidade específica, com base em Pavel & Nolet (2002:19).

Faulstich (1996:244) em seu trabalho *Natureza epistemológica do lexema e do termo* estrutura suas diferenças do seguinte modo:



Assim, “termo é a unidade virtual que se realiza na forma de unidade terminológica de um domínio da linguagem de especialidade”, conforme Faulstich (1996: 238). O termo é pertencente ao mesmo sistema linguístico que os itens lexicais da língua comum, sujeito às

mesmas regras gramaticais, fonológicas, morfológicas e gráficas da língua, segue o mesmo processo de formação das unidades lexicais, diferenciando-se no que se refere à frequência dos tipos de formação na língua comum e na linguagem de especialidade, como já mencionado anteriormente. Por isso, é necessário compreender o processo de formação dos termos para um estudo da terminologia de uma área de especialidade, de modo que esse conhecimento seja útil para identificá-los. Os termos podem ser analisados linguisticamente de três ângulos, conforme Cabré (1993:171), do seguinte modo:

- 1) Formal (a denominação)
- 2) Semântico (o conceito)
- 3) Funcional (a categoria e a distribuição)

1) Do ponto de vista formal, os termos são conjuntos fonológicos suscetíveis de serem articulados foneticamente e de serem representados graficamente com uma estrutura interna constituída por morfemas.

2) Do ponto de vista semântico, os termos são unidades de referência a uma realidade, e portanto, são dotados de um significado que pode descrever como um conjunto de traços distintivos.

3) Do ponto de vista funcional, os termos são unidades distribucionais que requerem um entorno linguístico determinado e que, no discurso, encontram-se frequentemente combinados com outros termos específicos.

Desses, será destacado o aspecto formal das unidades terminológicas, quer dizer, os conjuntos fonológicos, as representações gráficas e a estrutura interna constituída por morfemas, para verificarmos os recursos disponíveis para a formação dos seus produtos. Ao analisar a forma dos termos, identificam-se os recursos: funcional, semântico e formal; os quais auxiliam as regras que regem o processo de formação de palavras, que são por: derivação, composição, redução.

3.2. Formação de termos no âmbito dos vocabulários especializados

O processo de formação das unidades terminológicas é semelhante ao processo das unidades lexicais, como já mencionado. Na formação das unidades terminológicas, os especialistas, ao denominarem um novo conceito, dispõem dos recursos existentes nas regras de formação de palavras da língua para construí-lo, como apresentaremos.

3.2.1. O recurso funcional

O recurso utilizado na formação de unidades terminológicas que se baseiam na troca de categorias de uma palavra sem alterar sua forma é o denominado processo funcional, o qual se subdivide em **conversão sintática** e **lexicalização**, com base em Cabré (1993:190). Segundo a autora, a conversão sintática consiste no processo funcional que cria um lexema de uma categoria sobre a base da forma de outro lexema pertencente à outra categoria. A lexicalização de uma forma gramatical consiste na fixação de uma das formas flexivas de um lexema como um novo lexema, adquirindo uma categoria gramatical própria, por exemplo: *[o] saber*, *[o] jantar*. Desse modo, temos a reutilização de uma palavra por meio de um intercâmbio na estrutura sintática para a criação de uma nova unidade.

Correia e Lemos (2005:46) registram que lexicalização de formas flexionadas é a “entrada na componente lexical de unidades cujo lema corresponde a uma forma flexionada de outra palavra”, exemplificam com as palavras *[o] olhar* e *[o] comer*. Essas autoras afirmam que a não inclusão desses casos na conversão ocorre pelo fato de se considerar que a forma de infinitivo do verbo é uma forma flexionada do mesmo e não o seu radical derivacional.

3.2.2. O recurso semântico

Outra forma de criar uma nova unidade terminológica é a utilização de material lexical já existente na língua, modificando o seu conteúdo semântico, por exemplo, o termo *vírus* em medicina não é equivalente a *vírus* em informática, ou seja, essa unidade se especializou dentro das distintas áreas de especialidade adquirindo um novo conceito. A Terminologia não aborda esse caso como polissemia, visto que a especialização do termo o torna univalente dentro de uma determinada área de especialidade.

Cabré (1993:190) diferencia os termos oriundos desse processo de acordo com a procedência da forma de base e com o tipo de modificação semântica. Segundo a autora, as formas de base podem provir do léxico geral ou dos termos das áreas de especialidade dentro da mesma língua, o que para alguns autores é identificado como ‘empréstimo interno’. Quanto ao tipo de modificação semântica da forma de base, os processos mais frequentes são: a ampliação, a restrição e a troca do significado.

Em oposição aos ‘empréstimos internos’, surgem os ‘empréstimos externos’, palavras cuja origem não provém da mesma língua e que, muitas vezes, são opacas para os falantes nativos por não as compreenderem, tendo em vista que a estrutura gráfica e fonológica diverge da língua receptora. Como os ‘empréstimos externos’ se enquadram nos mecanismos de formação de termos, serão feitas algumas considerações dentro do recurso semântico sobre esse assunto.

i. *O processo por ‘empréstimo externo’*

Consoante com Cabré (1993:191), os empréstimos são unidades terminológicas, cuja procedência é a incorporação de uma unidade de um código a outro código, a autora inclui os empréstimos no âmbito dos recursos semânticos. Em virtude dos avanços tecnológicos e científicos, esse recurso é utilizado em grande escala nas linguagens de especialidades por manterem um intercâmbio de informação entre os países. Correia e Lemos (2005:53) denominam esse processo de importação de palavras por considerar mais apropriado, visto que o termo empréstimo é polissêmico, como transcrito abaixo:

‘empréstimo’ denota, então:

1. processo de transferência de uma unidade lexical de um registro lingüístico para outro dentro da mesma língua(‘empréstimo interno’), ou de uma língua para outra (‘empréstimo externo’).
2. unidade que resulta do processo de transferência anteriormente descrito.

Sobre os empréstimos linguísticos, Lamberti (2003:91) afirma que seu “uso efetivo em uma língua satisfaz condição de unidade lexical, visto que ocupa uma posição dentro do enunciado específico”. E segundo ela, com base em Corbin (1997:79), os empréstimos atualizam uma ‘lacuna lexical’, ou seja, o ‘léxico não-atual’, o qual é formado por palavras possíveis, mas que não estão registradas nos dicionários nem atestadas em uso.

3.2.3. O recurso formal

Podemos dizer que, dos recursos disponíveis, o recurso formal é o mais produtivo. Entende-se este recurso como a formação de termos mediante a transformação das bases lexicais por meio de combinações de morfemas e palavras por **derivação**, **composição** e '**sintagmação**', e por meio da **redução** de termos já existentes.

3.2.3.1. O processo por derivação

O processo de formação de termos por meio de afixação, ou seja, o acréscimo de prefixos, de sufixos, de sufixo e prefixo, denominado de derivação parassintética, ou ainda a exclusão de afixos, denominado de derivação regressiva, a uma base. Segundo Basílio (2003:29), esse processo “envolve um afixo estável, com função sintática ou semântica predeterminada”. Exemplos: *Eixão, reler, infelizmente e fuga*.

3.2.3.2. O processo por composição

O processo de formação de termos por meio da junção de formas livres é a composição. Com base em Cunha & Cintra (2001:105), quanto à forma, os elementos de uma palavra composta podem dar-se por meio de **justaposição**, na qual a união de formas livres ocorre sem que os elementos integrantes sofram mudanças fonológicas: *beija-flor, passatempo, plano-piloto*; e composta, por meio de **aglutinação**, na qual ocorre uma mudança na estrutura fonológica, subordinação do acento de um dos integrantes ao outro; e gráfica, perda de segmentos no processo de formação em um dos elementos de composição: *aguardente*. Cunha & Cintra (2001:108), ainda destacam os **compostos eruditos**, os quais são constituídos de palavras “formadas pelo modelo da composição greco-latina, comum na nomenclatura científica, técnica e literária”: *oleoduto, uniforme*. Segundo Basílio (2003:29), esse processo, ao contrário da derivação, “envolve a junção de uma base a outra base; não há elementos fixos, não há funções predeterminadas no nível dos elementos”. Cabré (1993:189) não insere a **sintagmação** na composição, segundo a autora, a sintagmação é um processo de combinação sintática hierarquizada de palavras que formam uma unidade terminológica. No entanto, assim como Correia e Lemos (2005), entendemos que a sintagmação também se insere na composição, pois ocorre uma justaposição de palavras de acordo com a posição sintática da língua compondo um novo termo. Correia e Lemos (2005:37-43) distinguem o

processo de composição em **composição morfológica**, equivalente aos compostos eruditos de Cunha & Cintra (2001), e **composição sintagmática**, a qual também é denominada de lexicalização de sintagmas. Quanto à composição morfológica, Correia e Lemos (2005:38) acrescentam:

O recurso a este processo de construção de palavras no âmbito das linguagens de especialidade ocorre dado que, se, por um lado, o recurso a estes radicais envolve um conhecimento da língua que não é comum a todos os seus falantes, por outro, dado estes radicais constituírem um património comum a muitas línguas, as unidades assim construídas são facilmente traduzíveis e adaptáveis, constituindo a maioria delas verdadeiros internacionalismos que muito facilitam a comunicação interlinguística.

A composição sintagmática é o resultado da lexicalização de alguns sintagmas, cuja estrutura é regida pelas regras de sintaxe da língua, que é acompanhada por uma especialização semântica, com base em Correia e Lemos (2005:40). Exemplos: *pista de rolamento*, *Eixo Monumental*.

3.2.3.3. O processo por redução

O uso de palavras na forma reduzida é um mecanismo percebido nas diversas línguas existentes como uma forma de economia linguística, que visa a facilitar a memorização de conceitos com denominações normalmente longas e cujo uso demasiado nos textos torna-se cansativo, entre outros motivos. Vejam alguns exemplos: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation*), FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia*), Sr. (Senhor), Radar (*Radio Detecting and Ranging*).

Como vemos, existem mais de um mecanismo para a redução de palavras. Cardero (2006:1) registra que, com o avanço dos meios eletrônicos de comunicação, as formas reduzidas são utilizadas em larga escala. Araújo e Gomez (2007:3) assinalam a existência de formas reduzidas com frequência em vários artigos na área de cardiologia, como AVE (Acidente Vascular Encefálico), HA (Hipertensão Arterial). Neste estudo sobre as denominações usadas na estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília, observamos, também, uma grande frequência de formas reduzidas, por exemplo: SCS (Setor Comercial Sul), SHCGN (Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte).

Apesar da comprovação da existência de formas reduzida em diferentes domínios e em diversas línguas, os textos sobre o assunto apresentam divergências no que se refere aos termos para discriminá-las. Tendo em vista isso, buscaremos nesta etapa verificar o processo de formação dos termos de acordo com Houaiss (1967), Cabré (1993), Cunha & Cintra (2001), Pavel & Nolet (2002), Correia e Lemos (2005) e Cardero (2006), de modo que sirvam de base para a compreensão e a classificação dos diferentes tipos de reduções das unidades terminológicas.

O processo de formação de termos por meio de redução de algumas das suas partes é denominado redução. Correia e Lemos (2005:43) denominam esses processos de deformacionais, por envolverem “um atentado à integridade fonológica dos radicais envolvidos” na formação dos seus produtos. Neste processo, há a construção de **abreviações**, **abreviaturas**, **acrônimos** e **siglas**. Cabré (1993:189) se refere a esse processo como um recurso formal de truncação que consiste na redução de uma unidade lexemática a algumas de suas partes.

Segundo Antônio Houaiss (1967:122), **abreviações** são reduções braquigráficas, de valor circunstancial, variável de obra para obra, de autor para autor, em função da frequência de certos vocábulos empregado, reduzidos por economia. Correia e Lemos (2005:44) afirmam que a abreviação é o processo pelo qual a forma de uma palavra se reduz, tornando-se uma unidade mais facilmente memorizável e utilizável. Por exemplo: *otorrino* por *otorrinolaringologista*, ou *adj.* por *adjetivo*.

As **abreviaturas** seguem os mesmo princípios que as abreviações com a diferença de serem formas fossilizadas, com base em Houaiss (1967:152). Cardero (2006:8) tem a opinião semelhante a Houaiss, pois as considera como forma geralmente fixa por consenso que reproduzem algum segmento de uma ou várias palavras na escrita e que, oralmente, se pronunciam em sua forma não reduzida. Elas podem estar representadas por letras maiúsculas e minúsculas. Por exemplo: *Il.^{mo}* para *ilustríssimo*, *Sr.* para *senhor*.

Os **acrônimos** são palavras formadas pela combinação de segmentos de um sintagma desenvolvido, com base em Cabré (1993:179). Correia e Lemos (2005:49) afirmam que é uma unidade lexical formada de letras ou grupos de letras, que se pronunciam como uma palavra, isto é, tem estrutura silábica própria da língua na qual se forma. Assim, Correia e Lemos

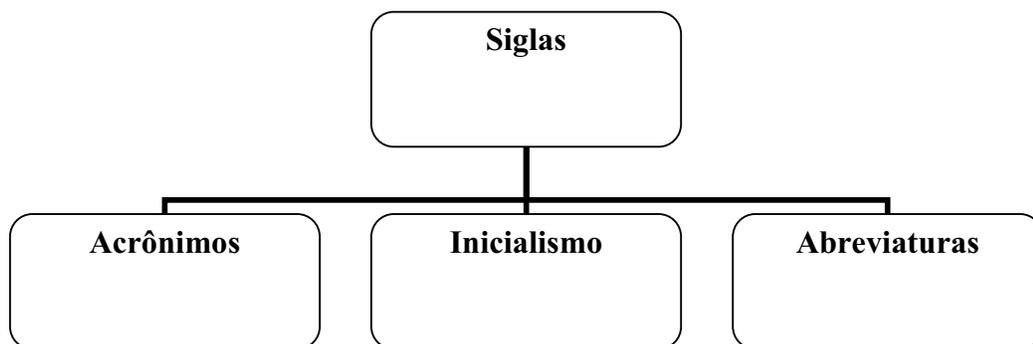
(2005) acrescentam aos acrônimos, não somente as estruturas formadas por segmentos, mas também as estruturas formadas pelas letras iniciais dos termos compostos, desde que sejam pronunciadas com um padrão silábico da língua. Cardero (2006:5) propõe considerar o acrônimo como uma palavra fonológica e ortográfica, integrada pelas letras iniciais de um ou vários sintagmas nominais. Por exemplo: *Lexterm* para *Lexicais e Terminológicos*, *EPIA* para *Estrada Parque Indústria e Abastecimento*, *UNESCO* para *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

As **siglas** são unidades formadas pela combinação das letras iniciais de várias palavras que constituem uma expressão, conforme Cabré (1993:178). Para Correia e Lemos (2005:45), as siglas caracterizam-se pelo fato de serem unidades construídas a partir da junção das iniciais de um sintagma que, por si, constitui uma denominação. Como se percebe, ambas partilham a mesma opinião, e Correia e Lemos (2005:45) destacam que a siglação é, por um lado, “um processo de abreviação vocabular, mas, por outro, um processo de composição”.

Em geral, as siglas correspondem aos nomes intitativos, oficiais, nacionais ou internacionais, normalmente longos, cujo uso repetitivo em textos e nos discursos torna-se enfadonho, cansativo e pouco econômico, com base em Houaiss (1967:168). Por isso, esse processo é muito frequente nas terminologias técnicas e científicas. Houaiss (1997:168-169) afirma que o crescente uso das siglas é incontestável no mundo moderno por duas razões fundamentais: pela necessidade de criar um ‘sinal’ eficaz para os denominativos longos e por isso incômodos para se tornarem populares e para poderem ser localizados no sentido concreto, ou referenciados com facilidade; e pela necessidade de obter um substituto do denominativo que possa funcionar como ‘palavra’, independentemente do idioma. Por isso, esse recurso é muito produtivo em linguagem de especialidade, por facilitar o intercâmbio de conceitos, auxiliando, inclusive, as traduções.

O conceito de sigla para Cardero (2006:8), em sua proposta, é mais genérico, pois a autora afirma que sigla é “qualquer forma abreviada ou escrita em que se suprimam signos ou palavras para sintetizar a escrita”. Assim, siglas englobariam acrônimos, iniciais e abreviaturas, como no esquema elaborado em seu trabalho, conforme a **figura 3**.

Figura 3



Fonte: Cardero (2006:9) disponível em www.ritem.net/revista/n_2/index.htm

Por iniciais ou ‘inicialismo’, defende Cardero (2006:7) que são reduções que se leem letra por letra, equivalentes às formas expandidas, não podendo ser pronunciadas como uma palavra.

O processo de formação da sigla é motivado no início e depois torna-se desmotivado, ou seja, o uso faz com que os usuários a utilizem como uma palavra, como é o caso de *laser* (*light amplification by stimulated emission of radiation*), conforme Correia & Lemos (2005:46). Porém, o uso da sigla, como uma palavra comum, torna opaco o seu conceito para os iniciantes e para os que não são especialistas da área de especialidade, é o que afirma Correia (1998:70-71), como apresentado abaixo:

Conseqüentemente, é também muito freqüente o recurso a processos de siglação, acronimização e abreviação de designações - os resultados destes processos, embora motivados e, portanto, transparentes para o especialista do domínio científico ou técnico, constituem formações perfeitamente opacas para o falante comum, que muitas vezes lhes aplica regras de regularização analógica (a este nível, é significativo o caso de *TAC - Tomografia Axial Computadorizada* - que, sendo um substantivo feminino - *a TAC* -, é quase sempre usado como substantivo masculino, por regularização analógica - *o TAC* - cf. *o ataque*).

Ao analisar siglas e acrônimos, segundo o que foi exposto, verificamos traços muito similares, mas não equivalentes, entre esse tipo de unidade terminológica. Como traço distintivo, podemos destacar o aspecto fonológico, pois, segundo Cardero (2006) e Correia & Lemos (2005), o fato de algumas siglas possuírem padrão silábico da língua em que são usadas, as classificam também como acrônimos. Por exemplo: ONU (Organização das Nações

Unidas), SIG (Setor de Indústrias Gráficas) são considerados acrônimos quanto ao aspecto fonológico, por se adequarem ao padrão silábico do português, mas, se classificados considerando o aspecto gráfico, serão siglas por terem a formação composta pelas letras iniciais de cada elemento do termo composto.

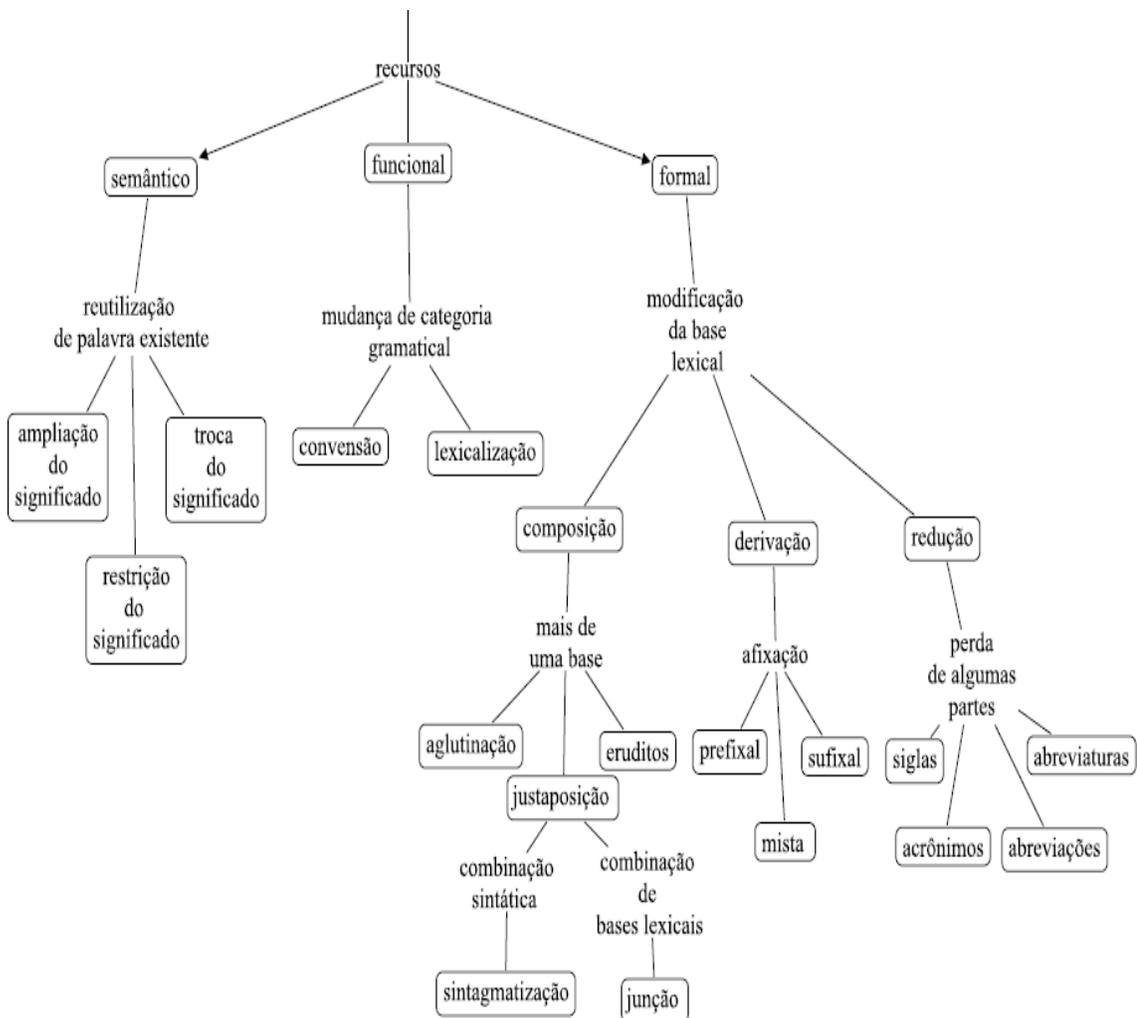
As siglas, assumidas como termo, submetem-se às regras da gramática da língua, possuem o mesmo sistema gráfico de expressão, mesmo sistema fonológico, mesmo sistema morfológico, e mesmas regras combinatórias para sintagmas. Porém, no que concerne à morfologia e à sintaxe, sua classificação ainda é delicada, como afirma Cardera (2006:4), “este é um tema delicado para a morfologia e a sintaxe e inclusive alguns os classificam como processo morfofonológico”.

Assim, quanto ao estudo das siglas, o pesquisador de uma terminologia deve discriminar em seu trabalho o aspecto que será abordado na classificação de seus dados para critério de recolha e estudo de formas reduzidas para seu *corpus*, pois, algumas siglas serão classificadas como acrônimos se levado em consideração o aspecto fonológico. Então, para este trabalho, assumiremos que siglas são as formas reduzidas dos elementos de composição das unidades terminológicas complexas, cuja pronuncia é realizada letra a letra, e que para acrônimos, além das formas reduzidas formadas pelos segmentos dos elementos de composição das unidades terminológica complexas, serão incluídos os casos de siglas com padrão silábico da língua portuguesa.

Com a exposição deste último processo de formação de unidades terminológicas foi elaborado um quadro sistemático como uma síntese dos recursos para a formação das unidades terminológicas apresentados na **figura 4**:

Figura 4

Formação de unidades terminológicas



Fonte: F.O.M.P., UnB, 2008.

3.3. Unidades terminológicas simples (UTS) e unidades terminológicas complexas (UTCs)

A criatividade humana é um fato que impulsiona o desenvolvimento científico e tecnológico. No mundo moderno, o homem se especializa cada vez mais em uma área do conhecimento, desenvolve pesquisas, faz novas descobertas e, assim, surgem novos conceitos que são compartilhados com outros especialistas, normalmente da mesma área de especialidade. E a necessidade de compartilhar o conhecimento de uma nova descoberta, faz

com que o especialista crie denominações, por meio de um processo consciente, que o descreva com a máxima precisão possível. Então, a língua, com os recursos de que dispõe, é um dos meios mais úteis disponíveis para descrever aquilo que se deseja compartilhar. O resultado dessa criação linguística possui denominação de formas simples e complexas, por exemplo, algumas denominações utilizadas em arquitetura: *habitação*, *habitação individual*, *habitação coletiva*.

Então, em linhas gerais, o termo pode ser formado por um lexema, denominado termo simples (unidade terminológica simples) ou formado por mais de um lexema, denominado termo complexo (unidade terminológica complexa). Café (2003:60) descreve as unidades terminológicas complexas, doravante UTCs, como “unidade de uma base seguida de predicções, cujos componentes veiculam funções semântica, sintáticas e pragmáticas definidas segundo relações estabelecidas entre eles”.

Faulstich (2003:11-14), em seu constructo sobre regras de formação de termos, ao considerar que a terminologia é um fato de língua, que acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática, postula que:

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle$$

Em que:

T = terminologia

F = formativo

LT = fundo lexical terminológico

R = regra

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle \text{ em que } LT [A], F = \{R\} \text{ e } R [F \rightarrow A]$$

a	F → Aa
B	F → Aa
C	F → Aa
n	etc

“Quer dizer que o constructo (C) é igual à equação formada por terminologia (T), que se compões de formativo (F). Um formativo terminológico pode ser ou um termo simples ($F \rightarrow A$), ou predicado (AB; AaB; ABC etc)”, (Faulstich, 2003:14). Desse modo, entendemos a unidade terminológica simples como ($F \rightarrow A$) e unidade terminológica complexa como (AB; AaB; ABC etc).

Incluiremos os termos com formas reduzidas no conjunto das unidades terminológicas simples, que para Cabré (1993:177), “são termos aparentemente simples, mas cuja origem é de formação complexa”. Entendemos que é um item lexical porque, graficamente, constitui uma sequência de caracteres que aparecem entre espaços e ou pontuação, com uma estrutura específica, com ordem fixa e porque, semanticamente, remetem a um conceito e, de acordo com Faulstich (1980:18), “já lexicalizadas, geram, como qualquer outra, um processo de derivação”, por exemplo, a sigla *PT* deu origem à palavra *petista*.

3.4. Variação em terminologia aplicada à Terminografia

Os estudos atuais de terminologia, diferentes da Teoria Geral da Terminologia, aceitam a presença de expressões sinonímicas e de variantes de termos, e rejeita a atitude prescritiva, segundo Sager (1993:93). Essa afirmação demonstra os avanços dos estudos terminológicos, pois Wüster, precursor da Teoria Geral da Terminologia, entendia que “a variação lingüística era toda perturbação da unidade lingüística” (Wüster, 1998:150 *apud* Faulstich, 2001:17) e defendia que a variação poderia ser eliminada por meio da normalização dos termos (Faulstich, 2001:18). Como percebemos, Wüster “reconhecia a polissemia dos termos, mas enfatizava que dentro de um domínio específico o termo deveria ser monovalente, mesmo sendo polissêmico”, de acordo com Faulstich (2001:18). Ainda quanto à variação lingüística, Pavel & Nolet (2002:27) asseveram:

A despeito do ideal declarado de monossemia, a língua de especialidade é constituída de um conjunto de convenções sociais e, por isso, está em constante evolução. Em consequência, as línguas de especialidade apresentam variantes lingüísticas, da mesma maneira que a língua geral.

Em sua dedicação aos estudos terminológicos, Faulstich (1999) elabora um constructo sobre o fenômeno da variação em Terminologia. Porém, as primeiras idéias acerca do assunto surgiram em 1989, as quais foram consolidando-se em estudos posteriores até que, no ano de

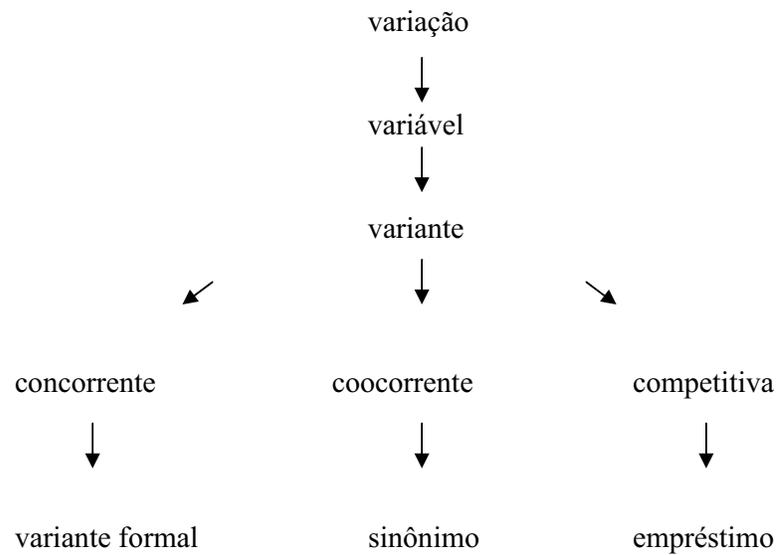
1995, a autora propõe uma *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação*, e outros trabalhos em 1996, 1997 e 1998. A autora justifica a ocorrência da variação pelo fato de “a unidade terminológica poder ter ou assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência” (Faulstich, 1999:13).

Como produto desses estudos, a autora organiza um constructo teórico da variação em terminologia distribuindo as categorias em **concorrentes**, **coocorrentes** e **competitivas**, discriminadas abaixo, de acordo com Faulstich (2001:26-33):

1. As variantes **concorrentes** são aquelas que podem concorrer entre si, e permanecer, como tais, no estrato, ou que podem concorrer para a mudança. Nessa condição uma variante que concorre com outra ao mesmo tempo não ocupa o mesmo espaço, por causa da própria natureza da concorrência. Se uma variante está presente no plano discursivo, outra não aparece. São variantes formais. A variante formal é uma forma lingüística ou forma exclusiva de registro que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado.
2. As variantes **coocorrentes** são aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente. Estas variantes têm por função fazer progredir o discurso e organizam, na mensagem, a coesão lexical. Entre variantes coocorrentes há compatibilidade semântica, uma vez que elas se equivalem no plano do conteúdo. As variantes coocorrentes formalizam a sinonímia terminológica. A sinonímia terminológica relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo.
3. As variantes **competitivas** são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua **B** preenchem lacunas de uma língua **A**. As variantes competitivas sofrem, em seu desempenho, intersecção, devido à própria natureza estrangeira da expressão.

Constructo teórico da variação em Terminologia:

Figura 5



fonte: Faulstich 2001:26

Assim, considerando a linguagem de especialidade um subcódigo de uma língua, ela está sujeita aos mesmos processos do código, subordinada também à variação em terminologia, desempenhando o papel social e cooperativo entre os usuários do sistema linguístico.

Visando ao desenvolvimento do trabalho terminológico, que exige um notável conhecimento do funcionamento linguístico, bem como da sua estrutura, este capítulo teve a finalidade de demonstrar as tipologias dos termos, as regras linguísticas as quais se sujeitam e uma perspectiva variacionista que comprovem este fenômeno nas linguagens de especialidade. De modo que este conhecimento nos auxilie no trabalho com os termos referentes à estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília e na elaboração das fichas terminológicas, as quais possuem fundamental importância para este estudo.

4.1. Procedimento de pesquisa e referencial metodológico

O objeto de estudo desta pesquisa é a terminologia da área de urbanismo do Plano Piloto de Brasília, com vistas a relacionar termos e conceito e elaborar um glossário temático.

Para alcançar os objetivos almejados, adotamos a metodologia de Faulstich (1990) apresentada em *Metodologia para projeto terminográfico*, “cuja finalidade é desenvolver os procedimentos metodológicos que venham a servir de roteiro e de base para a produção de documentos terminográficos, segundo metodologias terminográfica e lexicográfica e fundamentos de terminologia e de lexicologia”. Nesse contexto, os glossários se inserem como documentos terminográficos, pois contêm um repertório de caráter temático. De acordo com Faulstich (1990:3):

Entendemos glossário como inventário terminológico, de caráter seletivo que tem como finalidade registrar e definir termos de domínios científicos, técnicos ou culturais, independentemente do suporte material em que se apresenta.

Assumimos que os termos que denominaram a estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília se inserem em uma área específica do saber, por conter conceitos e técnicas de urbanismo.

Para cumprir o propósito da pesquisa, inicialmente, as primeiras decisões tomadas, quanto ao procedimento metodológico, foram:

- (i) a escolha da área específica para compor a seleção e a organização do *corpus* a ser analisado;
- (ii) a recolha dos dados que comporão o *corpus* de análise; e
- (iii) a análise dos dados.

De fato, aos procedimentos mencionados, juntaram-se os que seguem, para, dessa forma, dar corpo à pesquisa.

4.2. Recolha e fonte de dados

Uma etapa importante na elaboração da pesquisa terminológica é a escolha das fontes que servirão para a coleta dos termos referentes à área do conhecimento a ser estudado. Para esta pesquisa, foram selecionados alguns tipos de fontes, a saber:

Relatório do Plano Piloto de Brasília. Este documento de base do plano-piloto foi elaborado por Lucio Costa, projeto vencedor, por meio do concurso público, para a construção da nova Capital, em 1956, com resultado divulgado em março de 1957. Desse relatório foram recolhidos os dados iniciais referentes aos termos utilizados por especialistas em Arquitetura e Urbanismo.

Revista Brasília da Humanidade. É uma revista em edição especial, publicada pelo Correio Braziliense, em 2007, para a comemoração dos 20 anos da inclusão de Brasília na lista dos sítios protegidos pela UNESCO, como patrimônio cultural da humanidade. Como documento, serviu para a validação dos termos adotados por Lucio Costa, após 50 anos da aprovação do seu projeto, e também para que novos termos fossem coletados.

Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Brasília. Esta revista, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, também em 2007, divulga informações sobre o tombamento de Brasília e as exigências para a preservação da cidade. A revista contém leis, decretos e outras informações sobre o plano urbanístico de Brasília. A cartilha serviu para que muitas definições fossem elaboradas de acordo com o conteúdo técnico apresentado.

Leis, decretos e normas de gabarito. Estes são documentos que regulamentam a setorização, as construções e a administração, com vistas à normatização e ao desenvolvimento da capital, em virtude do caráter histórico, político e administrativo de Brasília. Este repertório foi útil na elaboração de algumas definições por apresentar as especificações das regiões pesquisadas que estão registradas em leis, decretos e normas de gabarito, discriminados a seguir:

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei Orgânica do Distrito Federal promulgada em junho de 1993;

- Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987 / GDF;
- Decreto “N” nº 596 – usos permitidos;
- Portaria nº 314 de 08 de outubro de 1992 / IPHAN;
- Normas de Gabarito de Brasília de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1993, 1996, 1997, 1998, 2000.

Site do Jornal Correio Braziliense. Este jornal foi fundado na capital no mesmo dia em que Brasília foi inaugurada, 21 de abril de 1960, possui grande circulação e contém muitas informações de qualidade sobre a cidade. Alguns contextos deste jornal foram adotados para a complementação de exemplos contextuais, pois houve casos de não encontrarmos, nos materiais citados anteriormente, contextos relevantes para alguns dados, porque estavam registrados em tópicos isolados.

Revista Brasiliatur: Empresa Brasileira de Turismo. Esta revista, publicada pela empresa de turismo, Brasiliatur, órgão do Distrito Federal, foi incluída posteriormente como complementação de dados, por englobar elementos da estrutura urbana da área tombada do PP-B. Este exemplar, também serviu para a validação dos termos adotados por Lucio Costa e para verificar se havia termos que ainda não tinham sido coletados.

Sites do Governo do Distrito Federal. Por último, apresentamos os sites governamentais que foram utilizados nesta pesquisa. Por meio destes sites, pudemos confirmar a ocorrência de alguns termos e utilizar alguns conteúdos na elaboração de algumas definições, bem como a consulta de mapas que facilitaram a compreensão da setorização do PP-B.

Os sites que colaboraram foram:

1. <http://www.brasilia.df.gov.br>
2. <http://www.sudoeste.df.gov.br/>
3. <http://www.cruzeiro.df.gov.br>
4. <http://portal.iphan.gov.br/>
5. <http://www.setur.df.gov.br>
6. <http://www.codeplan.df.gov.br>
7. <http://sileg.sga.df.gov.br>

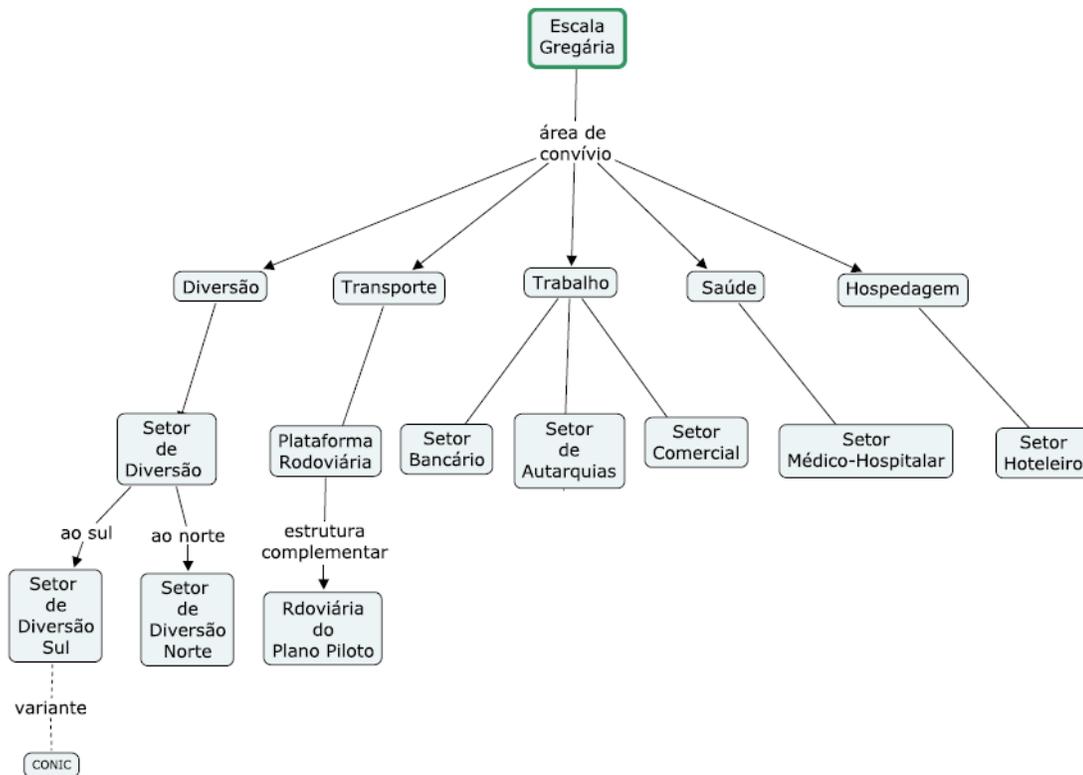
As fontes foram selecionadas por terem como foco a organização da estrutura urbana de Brasília, por serem meio de comunicação de grande circulação na capital, ou por serem textos divulgadores e regulamentadores concernentes à “Nova Capital do País”. Esses materiais foram bastante úteis, não somente para recolha de termos, mas também na recuperação dos conceitos e na utilização como suporte para as definições e constatação das variações das unidades pesquisadas.

Como material técnico de apoio, utilizamos o **Dicionário de urbanismo**, de Celso Ferrari, 1ª edição, de 2004, para consultar os termos técnicos aplicados à área de urbanismo, e o **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, versão 1.0, de dezembro de 2001, para consultar o registro dos termos pesquisados em dicionário de referência de língua comum.

4.3. *Corpus de análise*

O *corpus* foi recolhido manualmente do Relatório do Plano Piloto de Brasília, da Revista Brasília da Humanidade, da cartilha Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Brasília, das Leis, decretos e normas de gabarito, do Jornal Correio Braziliense, da Revista Brasiliatur: Empresa Brasiliense de Turismo e dos Sites do Governo do Distrito Federal, de acordo com os critérios que serão apresentados no próximo tópico. Depois, os dados foram inventariados em uma lista que, em seguida, foi digitada. Esse inventário proporcionou a elaboração de mapas conceituais. Para elaborar os mapas, seguimos, como princípio, as escalas estabelecidas por Lucio Costa para a urbanização de Brasília, conforme a demonstração na **figura 6**:

Figura 6



fonte: F.O.M.P., UnB, 2008.

Para a elaboração dos mapas, utilizamos o *software* **IHMC CmapTools versão 4.18**, que é uma ferramenta para elaborar esquemas conceituais e representá-los graficamente, disponível gratuitamente na internet. A organização dos dados em mapas conceituais permitiu analisar os critérios para a distribuição dos setores do Plano Piloto de Brasília, de acordo com as funções designadas para cada região.

Após a análise dos mapas, os dados foram reorganizados em ordem alfabética e divididos em unidades terminológicas simples (UTS) e em unidades terminológicas complexas (UTCs). Os termos complexos com a forma reduzida, ou seja, as siglas e os acrônimos, foram incluídos nas unidades terminológicas simples. Esse procedimento contabilizou um total de **216** termos, correspondente a **84** unidades terminológicas simples; dessas, **69** correspondem a unidades com forma reduzida, **132** a unidades terminológicas complexas.

4.4. Critérios para recolha e organização dos dados

Para recolha e organização dos dados, foram utilizados dois critérios:

1. Critério extralinguístico, que possibilitou selecionar termos criados por Lucio Costa, referentes às estruturas urbanas de Brasília e outros termos que foram incluídos na estrutura urbana do PP-B, no decorrer dos anos. O conjunto desses termos faz referências à parte da área tombada do Plano Piloto de Brasília, patrimônio cultural brasileiro e da humanidade.
2. Critérios linguísticos, que possibilitaram a recolha de unidades terminológicas simples e unidades terminológicas complexas, bem como, quando houver, as respectivas variantes.

4.5. Organização dos dados em fichas terminológicas

Após a seleção dos dados, o próximo passo foi adotar um modelo de ficha terminológica para registrar as informações de cada unidade terminológica que servirão de base para a elaboração do glossário. O modelo adotado foi elaborado com base na *Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários* de Faulstich (2001), como a seguir:

Ficha de terminologia para o glossário da estrutura urbana de Brasília

1. Entrada
2. Categoria gramatical
3. Gênero
4. *Variante(s)
5. *Sinônimo(s)
6. Área
7. Definição
8. *Fonte da definição
9. *Contexto
10. *Fontes do contexto

11. *Remissivas:
 - a. Hiperônimo
 - b. Hipônimo
 - c. Conceito conexo
12. *Nota(s)
13. Autor
14. Redator
15. Data

Os campos marcados com asterisco (*) podem ou não ser preenchidos e no campo das notas contêm informações de caráter enciclopédico para contribuição do entendimento da unidade terminológica.

Exemplo:

1. Entrada: EIXO MONUMENTAL
2. Categoria gramatical: **n.**
3. Gênero: *m.*
4. *Variante(s): Ø
5. *Sinônimo(s): Ø
6. Área: Urbanismo
7. Definição: Conjunto de duas vias rodoviárias urbanas, que liga a Praça dos Três Poderes à Estrada Parque Indústria e Abastecimento, uma com 6 pistas de rolamento no sentido leste-oeste, e outra com 6 pistas de rolamento, no sentido oeste-leste, divididas por um canteiro central, perpendicular ao Eixo Rodoviário-Residencial
8. *Fonte da definição: (adapt. R. B. da H, p. 21, 2007)
9. *Contexto: *Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap 201*
10. Fontes do contexto: R.P.P. de B, t. 21, 1957
11. *Remissivas:
 - a. Hiperônimo: Ø

- b. Hipônimo: Ø
- c. Conceito conexo: ► Ø

12. *Nota(s): Possui caráter simbólico de Brasília

13. Autor: F.O.M.P

14. Redator: F.O.M.P

15. Data: 15/08/2008

4.6. Modelo adotado para o verbete

a. Elaboração dos verbetes com base nas fichas terminológicas.

i. Após preenchimento das fichas, foram elaborados os verbetes com a seguinte estrutura:

**+entrada + categoria gramatical + gênero + definição + fonte da definição
± contexto ± fonte do contexto ± remissiva ± nota**

ii. Definição: A estrutura da definição foi elaborada, principalmente, com base na proposição seguinte, adaptada de Faulstich & Passegi (1990)⁴:

- Proposição funcional: Servir_{uso/função} (Qual é a função de X?)
- Proposição de conteúdo: Conter_{incl} (O que X contém?)
- Proposição locativa: Localizar_{loc} (Onde está localizado X?)

b. Validação dos dados

Após a etapa (a) fizemos uma releitura das fichas terminológicas e, quando foi o caso, as devidas alterações, com vistas ao aperfeiçoamento do material. Depois, o glossário foi montado e os verbetes foram submetidos ao parecer de um especialista em arquitetura e urbanismo do GDF. Esse profissional nos auxiliou na compreensão de conceitos específicos e de conhecimentos especializados da área pesquisada e validou as definições contidas no trabalho terminográfico, produto deste estudo.

⁴ Trabalho apresentado no II Simpósio Latino-americano de Terminologia, Brasília, IBICT, 1990.

4.7. Análise e interpretação dos dados

Após a extração dos dados e sua confirmação pela metodologia do trabalho terminológico, os dados foram analisados, segundo os critérios de formação linguística, por meio das regras disponíveis da língua portuguesa, como apresentamos no capítulo anterior. A análise também considerou os aspectos semânticos e pragmáticos, nos pilares de uma perspectiva de pesquisa qualitativa.

5.1. Fundamentos para análise dos dados

Nesta pesquisa, estudamos os tipos de termos que compõem a terminologia referente aos elementos da estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília, visando à interpretação conceitual de forma e conteúdo, com foco nos processos de formação das denominações.

O caminho percorrido até o momento foi, em primeiro lugar, localizar a situação histórica que motivou o deslocamento da capital do país e que impulsionou a criação de uma nova cidade. Em segundo, verificar o enquadramento teórico e metodológico dos estudos terminológicos, em terceiro, reconhecer e compreender os recursos disponíveis para a formação das denominações e, por último, chegar a um *corpus* de **216** unidades terminológicas da área temática escolhida, para definir cada um dos termos e elaborar um glossário.

Assim, o presente capítulo apresentará a análise dos dados, organizada do seguinte modo:

1. Análise das 216 unidades terminológicas, recolhidas conforme expusermos no procedimento metodológico.
2. Divisão dos dados em UTS e UTCs, consoante com o que foi exposto no capítulo 3.
3. O procedimento anterior permitirá uma análise particular das regras que regem as formações do conjunto de UTS e do conjunto de UTCs.
4. Por último, verificação da ocorrência de variantes, de acordo com o constructo de Faulstich (2001), sobre variação terminológica.

5.2. Procedimento para análise e classificação dos dados

Transcrevemos, novamente, o constructo de Faulstich (2003) para demonstrar a base do critério escolhido para classificar os termos em unidades terminológicas simples (UTS) e

em unidades terminológicas complexas (UTCs). O constructo (Faulstich, 2003:13-14), para formação de termos, assim se apresenta:

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle$$

Em que:

T = terminologia

F = formativo

LT = fundo lexical terminológico

R = regra

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle \text{ em que } LT [A], F = \{R\} \text{ e } R [F \rightarrow A]$$

a	F → Aa
B	F → Aa
C	F → Aa
n	etc

Desse modelo, depreendemos que um termo complexo é formado com base em um termo simples, o qual é a base para a predicação de uma unidade terminológica complexa, e cuja elaboração se dá pela necessidade da especificidade do conceito, pertinente à linguagem de especialidade. Em nosso entendimento, os elementos compostos apenas por uma base lexical correspondem às UTS e os elementos compostos de “base + predicação” correspondem às UTCs. As formas reduzidas enquadram-se no conjunto das UTS, de acordo com os argumentos citados no capítulo 3. Com base nesse constructo, classificamos **84** UTS e **132** UTCs.

5.3. Análise das unidades terminológicas simples (UTS)

A análise pormenorizada das unidades terminológicas simples demonstrou a existência de traços distintivos entre essas unidades. Identificamos unidades formadas por uma única base lexical, por exemplo, *tesourinha*, e unidades terminológicas simples formadas pela

redução de termos com mais de uma base lexical, por exemplo *SIG* (Setor de Indústrias Gráficas). As unidades terminológicas simples reduzidas equivalem aos “termos aparentemente simples, mas cuja análise revela uma formação de origem complexa” (Cabré 1993:177), assim, são formas reduzidas das unidades terminológicas complexas. Estas se apresentam, nos textos especializados, em uma sequência de caracteres, entre espaços ou pontuação, com uma estrutura específica e com ordem fixa, representando um conceito específico, comportando-se com uma palavra ou lexema. Desse modo, para demonstrar a análise, dividimos as unidades terminológicas simples em dois grupos: Grupo A e Grupo B.

As unidades terminológicas simples do **grupo A**, encontradas nos documentos pesquisados, foram somente as seguintes:

Quadro 1

1. BRASÍLIA ¹ var. Distrito Federal	8. PILOTIS
2. BRASÍLIA ² var. Região Administrativa I - Brasília.	9. QUADRA
3. EIXO	10. SETOR
4. EIXÃO	11. SUDOESTE var. Setor de Habitações Coletivas Sudoeste e SHCSW.
5. EIXINHO	12. SUPERQUADRA
6. ENTREQUADRA	13. TESOURINHA
7. OCTOGONAL var. Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul; Área Octogonal; SHCAOS e AOS.	14. TREVO
	15. VIA

Pela natureza formal e semântica, destacaremos, para breve análise, as UTS 2, 3, 4, 5, 8 e 13.

Esses termos equivalem a palavras que já possuem um significado na língua e que, para constituírem-se em termos, ganham novos significados por um processo de ressemantização, por meio do qual adquirem novo conteúdo semântico. Assim, **Brasília**¹ é homônimo de **Brasília**²; a primeira se refere à capital de fato do Brasil, conforme a carta magna, e a segunda é uma variante da denominada Região Administrativa I - Brasília, que corresponde a uma região da capital. Elas são, por conseguinte, denominações com a mesma forma, mas com conceitos diferentes.

O termo **eixo**, que nas noções de matemática equivale a uma reta comum a um feixe de planos, foi adaptado na terminologia do PP-B. A estrutura viária representada por este termo dividiu, simetricamente, o Plano Piloto de Brasília em duas partes iguais, com base em dois eixos: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário-Residencial. Desse modo, o termo, **eixo**, é equivalente a duas vias, na estrutura do PP-B, que o divide no sentido norte-sul, por meio do Eixo Monumental, e no sentido leste-oeste, por meio do Eixo Rodoviário-Residencial, com um ponto de convergência: a Plataforma Rodoviária.

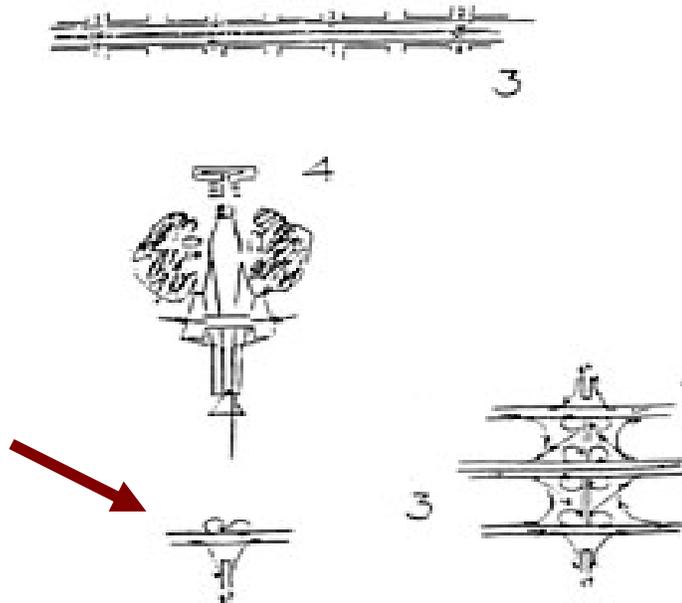
O termo **eixão**, derivado de eixo, corresponde à parte do complexo de vias (Eixo Rodoviário-Residencial) que divide o Plano Piloto no sentido leste-oeste. Essa denominação ressalta as características da via central desse eixo, a qual possui dimensões de grande porte, referentes à extensão e ao número de pistas de rolamento, não comuns a via urbana.

O termo **eixinho**, que também corresponde à parte do complexo de vias (Eixo Rodoviário-Residencial), formou-se por analogia a eixão, visto que a extensão correspondente ao eixinho é semelhante à do eixão. A distinção entre eixão e eixinho é feita com base na quantidade de pistas de rolamento. No caso, o eixão tem seis pistas, e o eixinho tem duas pistas de rolamento.

O termo **pilotis**, na terminologia do PP-B, é um “empréstimo externo” de origem francesa. A justificativa para uso desse termo na arquitetura do PP-B provém da inspiração de Lucio Costa, em vista da moderna arquitetura francesa que vigorava no mundo.

No caso do termo **tesourinha**, o recurso semântico empregado na denominação é de natureza metafórica, porque os traços de conteúdo desse termo aproximam-no do objeto tesoura pequena. Tesourinha é uma pista que dá acesso às superquadras, cortando o Eixo Rodoviário-Residencial, conforme indicado pela seta vermelha na **figura 7**.

Figura 7



Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957:3.

Mais tarde, com a duplicação dos eixinhos, também houve a duplicação das tesourinhas, que ficaram semelhantes ao trevo de quatro folhas como aparece na **figura 8**. A estrutura viária com a forma dessa planta é denominada trevo. Entretanto, a duplicação dos eixinhos não alterou o termo **tesourinha**, equivalente a uma parte do trevo.

Figura 8



Fonte: Google Earth

As unidades terminológicas simples do **grupo B**, formas reduzidas, encontradas nos documentos pesquisados foram somente as seguintes:

Quadro 2

1. AOS – Área Octogonal Sul var. Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul, Octogonal e SHCAOS	32. SDN – Setor de Diversão Norte
2. *CONIC var. Setor de Diversão Sul e SDS	33. SDS – Setor de Diversão Sul
3. EMI – Esplanada dos Ministérios	34. SEN – Setor de Embaixadas Norte
4. EMO – Eixo Monumental	35. SEPN – Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Norte
5. EPIA – Estrada Parque de Indústria e Abastecimento	36. SEPS - Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Sul
6. ERR – Eixo Rodoviário-Residencial	37. SES – Setor de Embaixadas Sul
7. ETO – Esplanada da Torre de Televisão	38. SGAN – Setor de Grandes Áreas Norte
8. PFR – Plataforma Rodoviária	39. SGAS – Setor de Grandes Áreas Sul
9. PMU – Praça Municipal	40. SGO – Setor de Garagens Oficiais
10. PqEN – Parque Ecológico Norte var. Parque Burle Marx	41. SHCAOS – Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul var. Área Octogonal Sul; Octogonal e AOS
11. PTP – Praça dos Três Poderes	42. SHCES – Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul var. Cruzeiro Novo
12. SAFN – Setor de Administração Federal Norte	43. SHCGN – Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte
13. SAFS – Setor de Administração Federal Sul	44. SHCN – Setor de Habitações Coletivas Norte
14. SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte	45. SHCNW – Setor de Habitações Coletivas Noroeste
15. SAIS – Setor de Áreas Isoladas Sul	46. SHCS – Setor de Habitações Coletivas Sul
16. SAM – Setor de Administração Municipal	47. SHCSW – Setor de Habitações Coletivas Sudoeste var. Sudoeste
17. SAUN – Setor de Autarquias Norte	48. SHIGS – Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul
18. SAUS – Setor de Autarquias Sul	49. SHIP – Setor Hípico
19. SBN – Setor Bancário Norte	50. SHLN – Setor Hospitalar Local Norte
20. SBS – Setor Bancário Sul	51. SHLS – Setor Hospitalar Local Sul
21. SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte	52. SHN - Setor Hoteleiro Norte
22. SCES – Setor de Clubes Esportivos Sul	
23. SCLN – Setor Comercial Local Norte	
24. SCLS – Setor Comercial Local Sul	
25. SCN – Setor Comercial Norte	
26. SCRN – Setor Comercial Residencial Norte	
27. SCRS – Setor Comercial Residencial Sul	
28. SCS – Setor Comercial Sul	
29. SCTN - Setor Cultural Norte	
30. SCTS – Setor Cultural Sul	
31. SDC – Setor de Divulgação Cultural	

53. SHS – Setor Hoteleiro Sul	64. SRPN – Setor de Recreação Pública Norte
54. SHTN – Setor de Hotéis e Turismo Norte	65. SRPS – Setor de Recreação Pública Sul var. Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubistchek
55. SHTS – Setor de Hotéis e Turismo Sul	66. SRTVN – Setor de Rádio e Televisão Norte
56. SIG – Setor de Indústrias Gráficas	67. STN – Setor Terminal Norte
57. SMHN – Setor Médico-Hospitalar Norte	68. STRVS – Setor de Rádio e Televisão Sul
58. SMHS – Setor Médico-Hospitalar Sul	69. STS – Setor Terminal Sul
59. SMU – Setor Militar Urbano	
60. SPS - Setor Policial Sul	
61. SQN – Superquadra Norte	
62. SQS – Superquadra Sul	
63. SRES – Setor de Residências Econômicas Sul var. Cruzeiro Velho	

Como já dissemos, as siglas são formas reduzidas de unidades terminológicas complexas, cuja pronúncia é realizada letra a letra. Já os acrônimos, além de serem formas reduzidas, formadas pelos segmentos dos elementos de composição das unidades terminológicas complexas, também incluem os casos de siglas com padrão silábico da língua portuguesa. Quanto ao gênero, as formas reduzidas possuem o mesmo gênero gramatical da forma expandida, na maioria dos casos.

Segundo o critério fonológico, obtivemos a seguinte distribuição para essas formas reduzidas. Há 13 acrônimos, a saber: CONIC, EMI, EMO, ETO, EPIA, SIG, PqEN, SES, SAIN, SAIS, SAM, SAUS, e SAUN. Os termos, EMI, ETO e EMO são formados por iniciais e segmentos dos elementos de composição passíveis de serem pronunciados de acordo com o padrão silábico da língua portuguesa, com exceção de PqEN, que corresponde a um acrônimo do ponto de vista da composição, mas com falha na formação de padrão silábico. Os acrônimos CONIC, EPIA e SIG são os de uso mais frequente como uma palavra da língua. Não incluímos entre os acrônimos a forma reduzida AOS, porque mesmo sendo passível de ser pronunciada como palavra, não há constatação de uso, possivelmente pela analogia com a combinação da preposição **A** com o determinante **O**, no plural: **aos**. A pronúncia de AOS mantém-se, então, como a de uma sigla, quer dizer, pronunciamos letra por letra.

Assim, extraídos os 13 termos classificados como acrônimos, as outras formas reduzidas foram classificadas como siglas, inclusive SEPEN e SEPS, correspondente a Setor de

Edifícios de Utilidades Públicas Norte e Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Sul, respectivamente.

5.3.1. Conclusões da análise das unidades terminológicas simples (UTS)

O percentual equivalente às unidades terminológicas simples é de 38,88% do total do *corpus* analisado (216 termos), sendo de 6,94% o percentual de unidades não-reduzidas. O percentual do total do *corpus* analisado, correspondente aos acrônimos, foi de 6,01% e, às siglas foi de 25,92%. Nesta análise, consideramos apenas duas casas decimais após a vírgula. Isso significa que, em relação ao *corpus*, o número de unidades terminológicas simples, não-reduzidas, é bastante inferior, o que comprova o predomínio de unidades terminológicas complexas nessa linguagem de especialidade. Esse fato corrobora a presença de um percentual maior de siglas e acrônimos, procedimento comum na formação de termos em linguagem de especialidade, utilizadas como mecanismo de praticidade na terminologia do PP-B.

5.4. Análise das unidades terminológicas complexas (UTCs)

A maioria dos termos do *corpus* é constituída pela formação base + predicado, em que a presença de todos os elementos de composição é exigida na estrutura do termo, em vista da descrição conceitual do referente. No quadro 3. seguinte, apresentaremos as UTCs expandidas e, ao mesmo tempo, indicamos, sempre que se fizeram necessárias, a variantes (**var.**) dos termos.

As unidades terminológicas complexas que compõem a terminologia do PP-B são:

Quadro 3

1. ALA NORTE	10. CIDADE PLANEJADA
2. ALA SUL	11. CIDADE-PARQUE
3. ÁREA OCTOGONAL SUL var. Setor de Habitações Coletivas Áreas Octogonais Sul; Octogonal; SHCAOS e AOS	12. CIDADE-SATÉLITE var. Região Administrativa
4. ASA NORTE	13. COMÉRCIO LOCAL
5. ASA SUL	14. CRUZEIRO NOVO var. Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul e SHCES
6. BALÃO VIÁRIO	15. CRUZEIRO VELHO var. Setor de Residências Econômicas Sul e SRES
7. CANTEIRO CENTRAL	16. DISTRITO FEDERAL var. Brasília ¹
8. CASA GEMINADA	17. EIXO MONUMENTAL var. EMO
9. CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA	18. EIXO RODOVIÁRIO-RESIDENCIAL var. ERR

19. ESCALA BUCÓLICA	51. SETOR BANCÁRIO SUL var. SBS
20. ESCALA DE BRASÍLIA	52. SETOR COMERCIAL LOCAL NORTE var. SCLN
21. ESCALA GREGÁRIA	53. SETOR COMERCIAL LOCAL SUL var. SCLS
22. ESCALA MONUMENTAL	54. SETOR COMERCIAL NORTE var. SCN
23. ESCALA RESIDENCIAL	55. SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL NORTE var. SCRN
24. ESPLANADA DA TORRE DE TELEVISÃO var. ETO	56. SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL SUL var. SCRS
25. ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS var. EMI	57. SETOR COMERCIAL SUL var. SCS
26. ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO var. EPIA	58. SETOR CULTURAL NORTE var. SCTN
27. FAIXA DE TRÂNSITO	59. SETOR CULTURAL SUL var. SCTS
28. FAIXA DE PEDESTRE	60. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NORTE var. SAFN
29. HABITAÇÃO COLETIVA var. Habitação Multifamiliar	61. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL SUL var. SAFS
30. HABITAÇÃO INDIVIDUAL var. Habitação Uni- familiar	62. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL var. SAM
31. HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR var. Habitação Coletiva	63. SETOR DE ÁREAS ISOLADAS NORTE var. SAIN
32. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR var. Habitação Individual	64. SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUL var. SAIS
33. LAGO PARANOÁ	65. SETOR DE AUTARQUIAS NORTE var. SAUN
34. MINISTÉRIO FEDERAL	66. SETOR DE AUTARQUIAS SUL var. SAUS
35. PARQUE DA CIDADE DE BRASÍLIA SARAH KUBITSCHKEK var. Parque da Cidade	67. SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS SUL var. SCES
36. PARQUE DA CIDADE var. Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubistchek	68. SETOR DE CLUBES ESPOTIVOS NORTE var. SCEN
37. PARQUE ECOLÓGICO BURLE MARX var. Parque Ecológico Norte e PqEN	69. SETOR DE DIVERSÕES NORTE var. SDN
38. PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D'ÁGUA var. Parque Olhos D'água	70. SETOR DE DIVERSÕES SUL var. SDS e CONIC
39. PARQUE ECOLÓGICO NORTE var. Parque Ecológico Burle Marx e PqEN	71. SETOR DE DIVULGAÇÃO CULTURAL var. SDC
40. PARQUE OLHOS D'ÁGUA var. Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'água	72. SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICA SUL var. SEPS
41. PISTA DE ROLAMENTO	73. SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICAS NORTE var. SEPN
42. PLANO PILOTO ¹	74. SETOR DE EMBAIXADAS NORTE var. SEM
43. PLANO-PILOTO ²	75. SETOR DE EMBAIXADAS SUL var. SES
44. PLATAFORMA RODOVIÁRIA var. PFR	76. SETOR DE GARAGENS OFICIAIS var. SGO
45. PRAÇA DOS TRÊS PODERES var. PTP	77. SETOR DE GRANDES ÁREAS NORTE var. SGAN
46. PRAÇA MUNICIPAL var. PMU	78. SETOR DE GRANDES ÁREAS SUL var. SGAS
47. REGIÃO ADMINISTRATIVA var. Cidade-satélite	79. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ÁREAS OCTOGONAIS SUL var. Área Octogonal Sul; Octogonal; SHCAOS e AOS
48. REGIÃO ADMINISTRATIVA I - BRASÍLIA var. Brasília ²	80. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS E GEMINADAS NORTE var. SHCGN
49. RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	81. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ECONÔMICAS SUL var. Cruzeiro Novo e SHCES
50. SETOR BANCÁRIO NORTE var. SBN	82. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NOROESTE var. SHCNW

83. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NORTE var. SHCN e SQN	105. SETOR TERMINAL SUL var. STS
84. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE var. SHCSW	106. SUPERQUADRA NORTE var. Setor de Habitações Coletivas Norte, SHCN e SQN
85. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUL var. SHCS e SQS	107. SUPERQUADRA SUL var. Setor de Habitações Coletivas Sul, SHCS e SQS
86. SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS GEMINADAS SUL var. SHIGS	108. UNIDADE DE VIZINHANÇA
87. SETOR DE HOTÉIS E TURISMO NORTE var. SHTN	109. VIA DE SERVIÇO
88. SETOR DE HOTÉIS E TURISMO SUL var. SHTS	110. VIA L1 SUL
89. SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS var. SIG	111. VIA L2 NORTE
90. SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE var. SRTVN	112. VIA L2 SUL
91. SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL var. SRTVS	113. VIA L3 NORTE
92. SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA NORTE var. SRPN	114. VIA L3 SUL
93. SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA SUL var. SRPS	115. VIA L4 NORTE
94. SETOR DE RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS SUL var. Cruzeiro Velho e SRES	116. VIA L4 SUL
95. SETOR HÍPICO var. SHIP	117. VIA N1
96. SETOR HOSPITALAR LOCAL NORTE var. SHLN	118. VIA N2
97. SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL var. SHLS	119. VIA N3
98. SETOR HOTELEIRO NORTE var. SHN	120. VIA S1
99. SETOR HOTELEIRO SUL var. SHS	121. VIA S2
100. SETOR MÉDICO-HOSPITALAR NORTE var. SMHN	122. VIA S3
101. SETOR MÉDICO-HOSPITALAR SUL var. SMHS	123. VIA W1 SUL
102. SETOR MILITAR URBANO var. SMU	124. VIA W2 NORTE
103. SETOR POLICIAL SUL var. SPS	125. VIA W2 SUL
104. SETOR TERMINAL NORTE var. STN	126. VIA W3 NORTE
	127. VIA W3 SUL
	128. VIA W4 NORTE
	129. VIA W4 SUL
	130. VIA W5 NORTE
	131. VIA W5 SUL
	132. VIAS LATERAIS

Alguns termos, nessa linguagem de especialidade, possuem a base oriunda da língua comum ou de outras linguagens, por isso, somente por meio da predicação tornam-se unidades terminológicas de uma determinada área temática. Nesse caso, citamos BALÃO VIÁRIO, CIDADE-PARQUE, CIDADE-SATÉLITE, EIXO MONUMENTAL como exemplos, cujo recurso utilizado é o formal, mediante o processo de composição da junção de bases. Conforme Faulstich (2003:14),

A construção de terminologias complexas é um fenômeno que se dá num contínuo conceitual que vai do +geral ao + específico. No lugar de formativo + geral está uma base lexical de caráter genérico que opera um significado abrangente e da língua comum, ou mais próximo desta. A base sustenta um predicado, organizado por meio de argumento, que atribui à base o caráter particularizante de ‘especialidade’, e forma a unidade terminológica complexa (UTC), como neste exemplo da área de hemodinâmica

[[[[[aterectomia] rotacional] coronariana] transluminal percutânea]]

Na formação de **balão viário**, o recurso utilizado foi o processo de composição com uma base da língua, à qual foi acrescentado o predicado “viário”, que permitiu a especificação de balão. Assim, balão viário do sistema viário de uma cidade e, em Brasília, é normalmente ajardinado.

Em **cidade-parque** e em **cidade-satélite**, o processo de composição ocorreu pela inclusão de um aposto. O primeiro, de criação de Lucio Costa, que desejava uma cidade inspirada no urbanista e teórico inglês Ebenezer Howard, que imaginava uma cidade autônoma, com traçados e características socioeconômicas claramente definidos, ocupada por residências e jardins com muitos espaços verdes de uma imaginária cidade-jardim. Assim, Lucio Costa, além das características idealizadas pelo inglês, desejava um espaço de lazer, unido a traços bucólicos, para manter a relação cidade e campo.

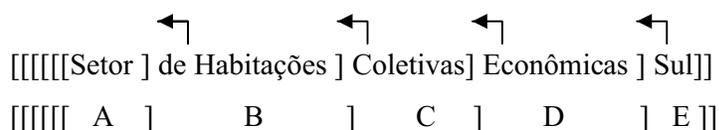
Na formação do termo **cidade-parque**, o predicado “parque” uniu-se à base “cidade”, exercendo a função de aposto. Assim, podemos fazer a seguinte leitura do termo: Cidade *que é* parque. Nesse processo, “a hifenização lexicaliza o item, compõe a unidade e enfeixa o conceito” (Faulstich 2003:21). O mesmo fenômeno linguístico ocorre em **cidade-satélite**. “Cidade” suporta o termo apositivo “satélite”, que pode ser lido como: cidade *que é* satélite, em que a base e o argumento possuem a mesma categoria gramatical, que dizer, ambos são substantivos. Assim, o hífen foi utilizado para demonstrar que ocorreu a lexicalização do termo, análise feita com base em Faulstich (2003:16-21).

A denominação de uma das principais vias do Plano Piloto, o **Eixo Monumental**, é mais um caso de formação por composição, em que o segundo elemento ‘reopera’(Faulstich, 2003:14) no conceito do primeiro elemento, representando um único conceito. Eixo é igual à via, cujo caráter simbólico da soberania do Estado está presente, por meio dos elementos

cívico-administrativos integrantes dessa via, como: Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Ministérios.

Em **plano-piloto**¹, termo da arquitetura usado como equivalente a plano preliminar, resultado intermediário do processo de planejamento, o processo de formação é o mesmo ocorrido em cidade-parque e cidade-satélite. No entanto, na construção de **Plano Piloto**², a retirada do hífen demonstra a alteração do conceito, quer dizer, há uma desconstrução da leitura: *plano que é piloto*. Este fenômeno linguístico possibilitou a criação de um novo termo para um novo conceito. Ocorreu, então, a ressemantização de um termo existente na língua, **plano-piloto**¹, para a designação de uma região de Brasília, delimitada pelas diretrizes de Lucio Costa.

A organização conceitual, mediante as escalas de Brasília, é evidente na formação dos termos, em que cada elemento composicional de uma unidade terminológica complexa descreve o seu caráter onomasiológico. E, nessa composição, o argumento atribuí à base o caráter de um termo especializado. Por exemplo:



Esse exemplo, de acordo com o postulado de Faulstich (2003:14), demonstra que “a construção de terminologias complexas é um fenômeno que se dá num contínuo conceitual que vai do +geral ao +específico”. Assim, a base ‘setor’ (formativo A) opera o conceito +geral; o argumento ‘de habitações’ (formativo B) reopera o conceito +geral de A; o argumento ‘coletivas’ (formativo C) reopera a base AB; por sua vez, o argumento ‘econômicas’ (formativo D) reopera a base ABC e o argumento ‘sul’ (formativo E) reopera a base ABCD, o que completa o conceito designado pelo termo formado. Desse modo, a formação do termo ocorre “em cadeias derivadas, assim sendo cada termo ou conjunto de termos gerará as regras adequadas” (Faustich 2003:16).

A autora destaca, ainda, que pode ocorrer a ausência de um formativo, originando o “encurtamento do termo”, por meio de um processo de derivação, em que um formativo é apagado (formativo *in absênci*a), em virtude de o usuário de uma terminologia aplicar regras

de derivação espontânea. Esse fenômeno de “apagamento” de um formativo do termo dá origem a variantes coocorrentes, “aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente” (Faulstich, 2003:18).

A análise dos dados também revelou duas UTCs que são compostas pelo processo de formação terminológica, porém com uma peculiaridade, a inclusão de nomes próprios, **quais sejam, Centro Poliesportivo Ayrton Senna e Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubitschek**. Os nomes Ayrton Senna e Sarah Kubitschek não possuem a mesma propriedade semântica de um formativo como “*Poliesportivo*”, e “*da Cidade de Brasília*”, porque nomes próprios não funcionam como argumentos caracterizadores de função semântica, mas como designadores de homenagem.

No conjunto dos dados analisados, excetuando-se os dois acima mencionados, encontramos uma grande quantidade de UTCs com mais de dois elementos de composição, quando aplicamos o postulado de Faulstich (2003), para identificação das unidades terminológicas complexas. Assim, as UTCs mais longas foram Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul; Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte; Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Norte e Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Sul.

5.4.1. Conclusões da análise das unidades terminológicas complexas (UTCs)

O percentual total do *corpus* analisado equivalente às unidades terminológicas complexas é de 61,11%, sendo de 16,20% o percentual de unidades compostas por apenas dois elementos. O percentual correspondente às unidades terminológicas complexas com mais de dois elementos foi de 44,90%. Isso quer dizer que a frequência de unidades terminológicas complexas na terminologia do PP-B aparece em maior quantidade, confirmando o predomínio deste tipo de termo em linguagem de especialidade.

5.5. Os termos em uso: casos de variação

A observação direta do uso dos termos que compõem a estrutura urbana do Plano Piloto permitiu a identificação de variantes terminológicas, segundo o postulado de Faulstich (2001), apresentado no Capítulo 3. Os casos encontrados foram de **variantes concorrentes** e

de **variantes cocorrentes**, o que significa que somente não foi identificado nenhum caso de **variantes competitivas**.

Citaremos os casos dos termos:

- Setor de Residências Econômicas Sul = SRES = Cruzeiro Velho;
- Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul = SHCES = Cruzeiro Novo;
- Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul = Área Octogonal Sul = Octogonal = SHCAOS = AOS e
- Setor de Habitações Coletivas Sudoeste = Sudoeste.

As **variantes concorrentes**, “aquelas que podem concorrer entre si, e permanecer, como tais, no estrato, ou que podem concorrer para mudança” (Faustich, 2001:26) identificadas foram:

O termo **Setor de Residências Econômicas Sul** tem como variantes os termos **SRES** e **Cruzeiro Velho**. O termo Cruzeiro Velho foi elaborado em virtude dessa região localizar-se próxima à Praça do Cruzeiro, que possui uma cruz, a qual simboliza o local onde foi rezada a primeira missa de Brasília. Assim, o Setor de Residências Econômicas Sul era identificado como a região próxima ao Cruzeiro. Com o avanço das construções, um setor de habitações coletivas foi construído próximo a essa região, então, para distinguir um setor do outro, incluiu-se o complemento Velho, para diferenciar a região que se formou primeiro.

O termo **Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul** tem como variantes os termos **SHCES** e **Cruzeiro Novo**. A variação, Cruzeiro Novo, decorreu do processo de analogia à Cruzeiro Velho.

Com exceção as siglas, **SRES** e **SHCES**, as variantes, **Cruzeiro Velho** e **Cruzeiro Novo**, que apresentamos neste tópico são concorrentes, porque a ocorrência destes exclui a ocorrência dos seus equivalentes mais formais.

As **variantes cocorrentes**, “aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente com a função de fazer progredir o discurso e organizam, na mensagem, a coesão lexical” (Faustich, 2001:31) encontradas foram:

Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul = Área Octogonal Sul = Octogonal = SHCAOS = AOS. As variantes, **Área Octogonal Sul** e **Octogonal**, derivaram do termo Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul, por meio do processo do apagamento de formativos, conforme demonstramos a seguir:

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS - ÁREAS OCTOGONAIS SUL =
Ø Ø Ø ÁREA OCTOGONAL SUL =
Ø Ø Ø Ø OCTOGONAL Ø ou Ø OCTOGONAL Ø

Nos casos de Área Octogonal Sul e Octogonal, junto ao apagamento dos elementos, há uma mudança de gênero gramatical, transformando o gênero masculino da UTC, **o** Setor de Habitações Coletivas Áreas Octogonais Sul, no gênero feminino, **a** Área Octogonal Sul **a** Octogonal, bem como a alteração de número, que muda para o singular.

A sigla AOS pertence a essa mesma família como forma variante de SHCAOS, que, por sua vez, é o mesmo que Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul. Assim, o processo de apagamento na formação da sigla menor é o seguinte: **SHCAOS = Ø Ø Ø AOS**, que é o mesmo que Área Octogonal Sul, que é o mesmo que Octogonal, mas que não se reduziu a **O**, possivelmente por já existir o **Setor O**, na cidade-satélite Ceilândia, dito por muitos como **O** (moro no **O**).

Processo de variação semelhante ao ocorrido no termo Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul ocorre no termo Setor de Habitações Coletivas Sudoeste. Os formativos, quer dizer, “elemento lexical que compõe uma UTC indissociável, tanto na forma quanto no conteúdo” (Faulstich, 2003:12), [Setor], [de Habitações] e [Coletivas] foram apagados e, como resultado, obteve-se o encurtamento do termo.

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE =
Ø Ø Ø SUDOESTE =
SHCSW

A sigla SHCSW pertence a essa mesma família, como forma variante de Setor de Habitações Coletivas Sudoeste, sem alterar o conceito, pode ocorrer no mesmo texto que sua variante extensiva, o que a caracteriza como **variante coocorrente**. Assim, como todas as formas reduzidas que encontramos em nossa pesquisa. Estas apareceram nos textos técnicos, nas leis e decretos, como sinônimos, ao lado das formas expandidas e no decorrer dos textos.

Neste capítulo, demonstramos a análise do *corpus* com o auxílio das regras de formação dos termos, de algumas questões pragmáticas e semânticas envolvidas na terminologia da área temática escolhida. Esses fundamentos serviram de base para a identificação e compreensão do conjunto de termos recolhidos, os quais fazem parte do trabalho terminográfico, produto deste estudo, como será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 - GLOSSÁRIO DE TERMOS DA ORGANIZAÇÃO URBANA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

6.1. Apresentação do Glossário

Há centros universitários que têm dado prioridade à Terminologia entre as linhas de pesquisa, com ênfase à formação de pessoal e à descrição linguística de termos científicos e técnicos. Nesse contexto, insere-se o Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos, Centro Lexterm, que abriga uma das linhas de pesquisa do curso de Pós-graduação da Universidade de Brasília e que tem se dedicado a pesquisas dessa natureza. Neste trabalho, seguimos os princípios da Socioterminologia como um método para a elaboração de glossários e como postura teórica e prática, adotada no Centro Lexterm.

Para a elaboração do glossário, adotamos a proposta socioterminológica de Faulstich (2001), em seu trabalho denominado: *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. Sendo assim, demonstraremos a seguir alguns passos que foram percorridos.

O primeiro passo foi **identificar o usuário** em potencial do glossário e, no caso em estudo, identificamos os turismólogos, os técnicos em turismo e os profissionais de hotelaria que atuam em Brasília, capital do Brasil e patrimônio da humanidade.

O segundo passo foi **adotar o caráter descritivo dos termos** que compõem a estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília por terem características que lhe são peculiares, pois conceituam uma cidade planejada. A descrição teve como ponto de partida a análise dos termos usados no discurso escrito, consoante à área temática.

O terceiro passo foi **delimitar o corpus** cujos termos designassem a estrutura urbana da área tombada do Plano Piloto de Brasília.

O quarto passo foi **selecionar a documentação bibliográfica** pertinente à estrutura do Plano Piloto, etapa na qual contamos com a colaboração da 15ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que cedeu documentos do acervo de sua biblioteca.

O quinto passo foi registrar os termos e suas variantes, incluindo-se as siglas classificadas como variantes de algumas unidades terminológicas complexas, em fichas de terminologia.

O sexto passo foi **redigir o repertório terminológico** que, após análise dos dados, mostrou-se próprio de um glossário de termos, no caso, um glossário da organização da estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília.

O sétimo passo foi **submeter os verbetes à análise de um especialista da área** que, no nosso entendimento, seria um arquiteto urbanista, especialista no campo do conhecimento da estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília, desde sua origem.

O oitavo passo foi **ajustar alguns verbetes e analisar globalmente** o glossário, conforme a metodologia especificada anteriormente, que originou o trabalho terminográfico abaixo.

6.2. Informações técnicas

A organização interna deste trabalho terminográfico foi sistematizada para disponibilizar ao consultante as informações de modo claro e eficiente dos verbetes, conforme será apresentada a seguir.

O glossário possui **216** verbetes, cuja linguagem e características estão voltadas para o público-alvo, os turismólogos, os técnicos em turismo e os profissionais de hotelaria, porém não exime sua utilização por outros que vierem a se interessar pelos termos da organização da estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília.

Os verbetes do glossário de termos da organização da estrutura urbana do Plano Piloto apresentam uma estrutura padronizada do seguinte modo:

+ entrada + categoria gramatical + gênero + definição + fonte da
definição ± contexto ± fonte do contexto ± remissiva ± nota

A **entrada**, indicativo da *unidade linguística* que possui o conteúdo semântico da expressão terminológica na linguagem de especialidade, aparece sempre em caixa alta, ou seja, todas as letras da entrada são maiúsculas.

A **categoria gramatical**, indicativo da *categoria* na gramática da língua a que pertence o termo, ou da estruturação sintático-semântica do termo, aparece em azul, que pode ser: **n.** = nome, seja unidade terminológica complexa, seja **s.** = substantivo.

O **gênero**, indicativo do *gênero* a que pertence o termo na língua descrita, aparece em azul e em itálico, **f.** = feminino e **m.** = masculino.

A **definição**, indicativo do(s) *conceito(s)* pertinente(s) aos termos.

A **fonte da definição**, *registro* do nome do autor, da obra, data etc. de onde foi compilada a definição; é apresentada após a definição, entre parênteses e, quando for o caso, apresentar-se-á a abreviatura **adapt.**, indicando que a definição foi adaptada em benefício da descrição.

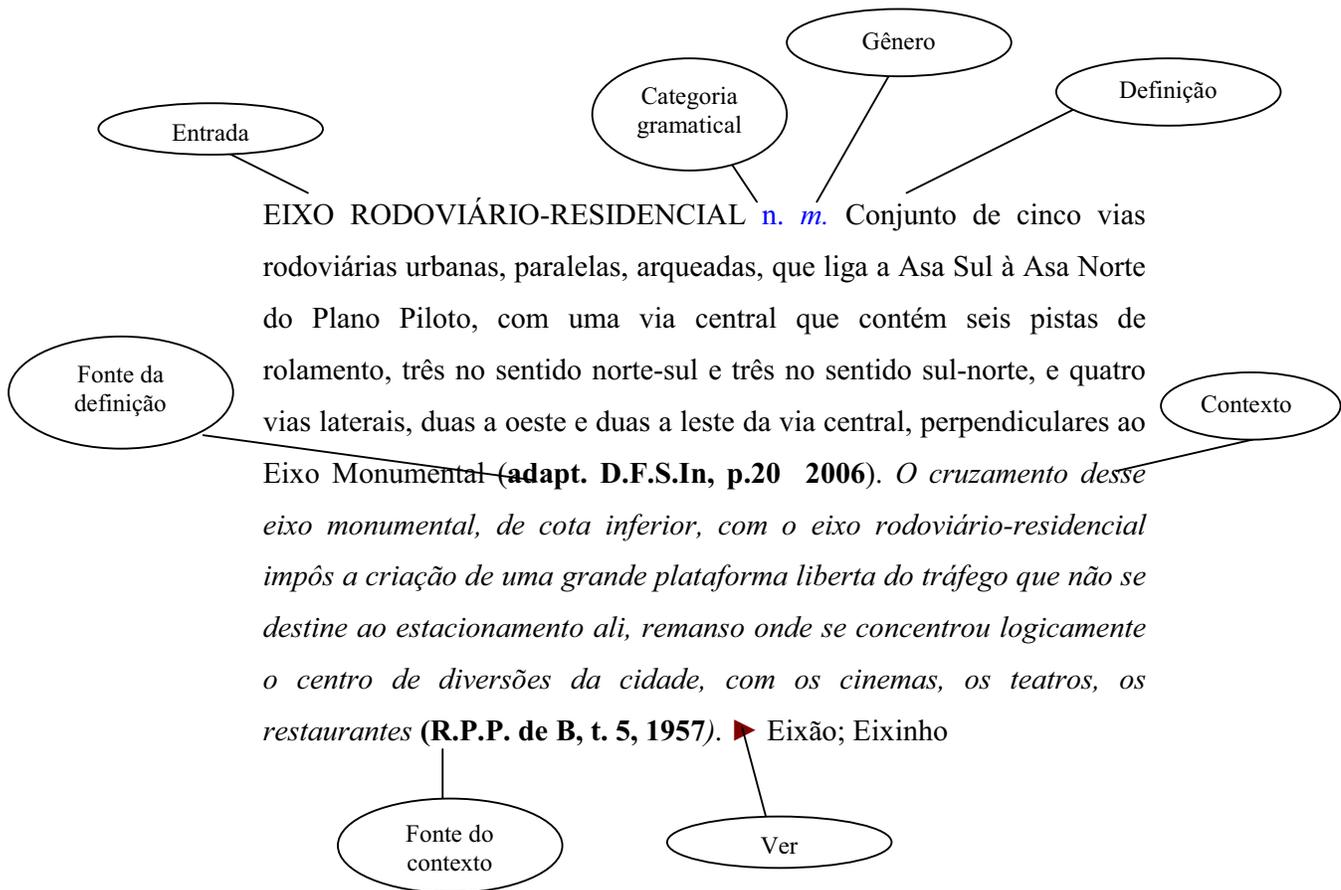
O **contexto**, *registro* da frase em que o termo foi usado no documento original, aparece em itálico, com a fonte. As fontes estão em negrito, algumas foram adaptadas para melhor coesão e coerência.

O **símbolo** ► significa remissão, que é *ver um verbete*, isto é, ver outro termo que mantém uma relação semântica com outro(s). Essa relação pode ser de *variante*, termo que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente. As relações estão representados por **var.**, respectivamente, e apareceram após o símbolo.

O **asterisco** * indica uma nota referente à entrada.

O sistema de abreviações e de símbolos está discriminado e apresentado antes das entradas.

Exemplo de um verbete pronto:



6.3. Glossário de termos urbanísticos do Plano Piloto de Brasília

SÍMBOLOS

* = Nota

▶ = Ver

ABREVIACÕES

adapt. = Adaptado

Art. = Artigo

C. Braz. = Correio Braziliense

D. de Urb. C. F = Dicionário de Urbanismo de Celso Ferrari.
D.E.H.= Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001.
D.O.U. = Diário Oficial da União
decr. = Decreto
DFSIn =Distrito Federal Síntese de Informações 2006.
f. = feminino
F.O.M.P = Flávia de Oliveira Maia Pires
GB = Gabarito de Brasília
L. C. R. de uma V. = Lucio Costa: Registro de uma Vivencia.
L.C. = Lei Complementar
m. = masculino
n.= Nome
NGB = Norma do Gabarito de Brasília
nº = Número
p. = Página
port. = Portaria
PP 50 anos = Plano Piloto 50 anos: Cartilha de preservação de Brasília.
publ. = Publicada
R. B. da H. = Revista Brasília da Humanidade.
R. Brasiliatur = Revista de Brasiliatur: Empresa Brasileira de Turismo
R.P.P. de B. = Relatório do Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa.
s. = substantivo
B. GDF = site Região Administrativa Brasília GDF: <http://www.brasilia.df.gov.br>
SO. GDF = site Região Administrativa Sudoeste GDF: <http://www.sudoeste.df.gov.br>
P.B.N = site Regiões Administrativas do DF:
www.portalbrasil.net/brasil_cidades_brasilia_ras.htm
Cru.GDF = site Região Administrativa do Cruzeiro GDF: <http://www.cruzeiro.df.gov.br>
ST.GDF = site da Secretaria de Transporte do GDF: www.st.df.gov.br
DF.GDF = site do Distrito Federal GDF: www.districtofederal.df.gov.br
sç. = Seção
sgl.= Sigla
SEC. GDF = site da Secretaria de Estado e Cultura GDF: <http://www.sc.df.gov.br>
t. = Tópico
var. = Variante

A

ALA NORTE *n. f.* Região do Plano Piloto de Brasília, localizada ao norte do Eixo Monumental (F.O.M.P., UnB, 2008). *O sistema viário que serve às Superquadras, manterá os acessos existentes e as interrupções nas vias L-1 e W-1, conforme se verifica na ala Sul, devendo-se ao mesmo obedecer na ala Norte (PP 50 anos, p. 61, 2007).*

ALA SUL *n. f.* Região do Plano Piloto de Brasília, localizada ao sul do Eixo Monumental (F.O.M.P., UnB, 2008). *Na ala Sul, os comércios locais correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificadas na situação em que se encontram na data da edição do presente Decreto (PP 50 anos, p. 66, 2007).*

AOS *n. f.* ► Área Octogonal Sul. **var.** Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul, Octogonal, SHCAOS.

ÁREA OCTOGONAL SUL *n. f.* ► **var.** Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul, Octogonal, SHCAOS e AOS.

ASA NORTE *n. f.* Região do Plano Piloto de Brasília, preferencialmente residencial, com estrutura de apoio à população, quadras, superquadras e entrequadras, paralela ao Eixo Rodoviário-Residencial, na ala norte (F.O.M.P., UnB, 2008). *Não fosse a capacidade de ação de Juscelino Kubitschek, possivelmente a Asa Norte teria ficado no papel (R. B. da H., p. 29, 2007).*

ASA SUL *n. f.* Região do Plano Piloto de Brasília, preferencialmente residencial, com estrutura de apoio à população, quadras, superquadras e entrequadras, paralela ao Eixo Rodoviário-Residencial, na ala sul (F.O.M.P., UnB, 2008). *A Asa Sul nasceu primeiro (R. B. da H., p. 28, 2007).*

B

BALÃO VIÁRIO *n. m.* Estrutura viária circular, normalmente ajardinada, que evita cruzamento de vias ou ameniza congestionamento em uma interseção de duas ou mais vias (F.O.M.P, UnB, 2008). *Balões viários disciplinam o trânsito sem esquinas e ornamentam o passeio público* (R. B. da H, p. 85, 2007).

BRASÍLIA¹ *s. f.* ► **var.** Distrito Federal

BRASÍLIA² *s. f.* ► **var.** Região Administrativa I - Brasília



CANTEIRO CENTRAL *n. m.* Estrutura viária longitudinal que separa vias de sentidos opostos, normalmente ajardinada, mais elevada que as pistas de rolamento (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 60, 2004**). *Nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental* (PP 50 anos, p. 59, 2007).

CASA GEMINADA *n. f.* Habitação uni-familiar com estrutura uniforme. (F.O.M.P, UnB, 2008). *As primeiras construções, blocos de dez casas geminadas, começaram a ser edificadas em 1958.* (Cru.GDF).

CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA *n. m.* Complexo esportivo com ginásio, estádio, pistas de atletismo, conjunto aquático, quadras polivalentes, pista de *motocross* e autódromo, localizado no Setor de Recreação Pública Norte, ao norte do Eixo Monumental (**adapt. R. Brasiliatur, p. 82, 2007**). *Centro Poliesportivo Ayrton Senna fica localizado próximo de hotéis e do centro do poder político* (R. Brasiliatur, p. 82, 2007).

CIDADE PLANEJADA *n. f.* Cidade concebida de acordo com um plano-piloto, desde a escolha do sítio geográfico, do dimensionamento, do traçado, das zonas de uso, das densidades, dos equipamentos de infra-estrutura, do precípuo objetivo, a um processo de planejamento regulador de seu desenvolvimento (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 74, 2004**). *Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação, capaz de tornar-se, com o tempo, além*

de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país (R.P.P. de B, p. 1, 1957).

CIDADE-PARQUE *s. f.* Cidade com extensas áreas livres, gramados, passeios, bosques e jardins, que permeiam e envolvem toda a cidade (**adapt. Art. 9º decr. nº 10.829, 14.out.1987**). *“Brasília” é uma cidade-parque, por isso, bucólica (R. B da H. p. 12, 2007).*

CIDADE-SATÉLITE *s. f.* Cidade circunvizinha de uma região metropolitana, separadas fisicamente entre si e com a qual tem estreitas relações de dependência socioeconômica (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 75, 2004**). *As chamadas cidades-satélites são parte de Brasília e foram idealizadas, originalmente, para receber a população que não caberia mais no Plano Piloto. (C. Braz. 16 mar. 2002) ► var. Região Administrativa.*

COMÉRCIO LOCAL *n. m* Comércio de apoio às superquadras, com lojas geminadas de dois pavimentos e subsolo, localizado em uma entrequadra (**F.O.M.P, UnB, 2008**) *As Superquadras residenciais, intercaladas pelas Entrequadras, comércio local, recreio, equipamentos de uso comum se sucedem, regular e linearmente ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado – Eixo Rodoviário – Residencial (PP 50 anos, p. 73, 2007).* ► Entrequadra

CONIC *s. m* ► Setor de Diversões Sul e SDS * O CONIC é a sigla do nome da companhia que fez a construção.

CRUZEIRO NOVO *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul e SHCES.

CRUZEIRO VELHO *n. m.* ► Setor de Residências Econômicas Sul e SRES



DISTRITO FEDERAL *n. m* Território federativo do Brasil, indivisível, sede do Governo Federal, com 29 Regiões Administrativas, localizada no Planalto Central (**adapt. CF**

Art.18 § 1º; DFSIn p. 9, 2006). *O arquiteto responsável irá elaborar e registrar as plantas do projeto de arquitetura na Região Administrativa referente ao local da obra, na área tombada, com vistas à sua aprovação no âmbito do Governo do Distrito Federal (PP 50 anos, p. 38, 2007).* ► **var.** Brasília¹



EIXÃO s. m. Via rodoviária, que liga a Asa Norte à Asa Sul do Plano Piloto de Brasília, com seis pistas de rolamento, três no sentido norte-sul e três no sentido sul-norte, e uma pista central de escape. (adapt. **R. B.da H, p. 19, 2007**). *O arquiteto decidiu arquear um dos traços, o Eixão, para ajustá-lo à topografia. (R. B. da H, p. 16, 2007).* ► Eixo Rodoviário-Residencial. *O eixão tem 15 quilômetros de extensão.

EIXINHO s. m. Via rodoviária que liga a Asa Norte à Asa Sul do Plano Piloto de Brasília, com duas vias laterais, um canteiro central, quatro pistas de rolamento, duas no sentido norte-sul e duas no sentido sul-norte, que compõem o Eixo Rodoviário-Residencial, paralelas ao Eixão (**F.O.M.P., UnB, 2008**). *Da necessidade de melhor escoamento do tráfego, sem cruzamentos, surgem as tesourinhas, que partem dos Eixinhos Leste e Oeste, para dar acesso às superquadras sem prejudicar o fluxo de veículos (R. B.da H, p. 19, 2007).* ► Eixo Rodoviário-Residencial

EIXO s. m Via rodoviária que divide o Plano Piloto em duas dimensões, norte-sul e leste-oeste. (**F.O.M.P, UnB, 2008**). *E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispendo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (adapt. **R.P.P. de B, t. 1, 1957**).* ► Eixo Rodoviário-Residencial e Eixo Monumental.

EIXO MONUMENTAL n. m. Conjunto de duas vias rodoviárias urbanas, que liga a Praça dos Três Poderes à Estrada Parque Indústria e Abastecimento, uma com 6 pistas de rolamento no sentido leste-oeste, e outra com 6 pistas de rolamento, no sentido oeste-leste, divididas por um canteiro central, perpendicular ao Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt.**

R. B. da H., p. 21, 2007). *Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap 201* (**R.P.P. de B, t. 21, 1957**). ► **var. EMO.** * Representa o caráter simbólico de Brasília, por meio dos elementos cívicos.

EIXO RODOVIÁRIO-RESIDENCIAL n. m. Conjunto de cinco vias rodoviárias urbanas, paralelas, arqueadas, que liga a Asa Sul à Asa Norte do Plano Piloto, com uma via central, que contém seis pistas de rolamento, três no sentido norte-sul e três no sentido sul-norte, e quatro vias laterais, duas a oeste e duas a leste da via central, perpendiculares ao Eixo Monumental (**adapt. D.F.S.In, p. 20 2006**). *O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes* (**R.P.P. de B, t. 5, 1957**). ► Eixão e Eixinho **var. ERR**

EMI n. f. ► Esplanada dos Ministérios

EMO n. m. ► Eixo Monumental

ENTREQUADRA s. f. Região urbana destinada ao apoio à população local, com igrejas, templos, escolas e quadras poliesportivas ou comércio local, localizada entre as superquadras (**adapt. NGB nº 052/89**). *As 128 entrequadras comerciais do Plano Piloto são um arremedo do que queria Lucio Costa* (**R. B. da H., p. 35, 7 dez. 2007**). ► Comércio local.

EPIA n. f. ► Estrada Parque Indústria e Abastecimento

ERR n. m. ► Eixo Rodoviário-Residencial

ESCALA BUCÓLICA n. f. Escala urbana de Brasília, destinada ao lazer e à recreação, com espaços livres, ajardinados, vegetação do cerrado nativo predominante (**adapt. Art. 9º-10º do decr. 10829, 14 out. 1987**). *A Escala Bucólica é a das “extensas áreas livres, a*

serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contíguas a áreas edificadas”, escreveu o autor do projeto Plano Piloto (R.B. da H. p. 15, 2007).

ESCALA GREGÁRIA *n. f.* Escala urbana de Brasília, destinada ao serviço terciário, delimitada nos espaços em torno da intersecção do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário-Residencial, engloba a Plataforma Rodoviária e os setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquias e de Rádio e Televisão, Sul e Norte (**adapt. Art. 7º do decr. 10829, 14.out.1987**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor Hoteleiro, sul e norte, todo o conjunto de setores destinados à prestação de serviços e ao lazer da população (R. B. da H, p. 14, 2007).*

ESCALA MONUMENTAL *n. f.* Escala urbana de Brasília, destinada às sedes administrativas federais, com monumentos que marcam a capital do País, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti, no Eixo Monumental (**adapt. Art. 1º do decr. 10829, 14.out.1987**). *A Escala Monumental é o que mais deferência Brasília de uma cidade outra (R. B. da H, p. 12, 2007).*

ESCALA RESIDENCIAL *n. f.* Escala urbana de Brasília, destinada a habitações, à implantação de residências, com quadras, superquadras e entrequadras, paralelas ao Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. Art. 4º do decr. 10829, 14.out.1987**). *A Escala Residencial se traduz na superquadras, um jeito de morar que Lucio Costa aprimorou a partir de outras experiências do urbanismo moderno até então (R. B. da H, p 13, 2007).*

ESCALA URBANA DE BRASÍLIA *n. f.* Ordem de grandeza, destinada a dividir hierarquicamente um sistema social, econômico ou físico-territorial, baseada no tamanho e na função (**adapt. D. de Urb. C. F., p. 145 , 2004**). *A concepção urbana de Brasília se sustenta em quatro escalas distintas: a Monumental, a Residencial, a Gregária e a Bucólica (R. B da H., p. 10, 2007).*

ESPLANADA DA TORRE *n. f.* Região do Plano Piloto de Brasília, ajardinada, com uma torre de estações radioemissora e televisão, feira de artesanato, localizado no Eixo

Monumental (**adapt. R.P.P.de B, t.10, 1957**). (adapt. *Esplanada da Torre - ETO, que compreende: a) Torre de TV e b) emissoras a ela incorporadas; (Art. 57-C decr. nº 19.915, 17.nov.1998)*).

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS *n. f.* Região administrativa do Plano Piloto de Brasília, retangular, sede dos Ministérios Federais, das Autarquias e da Catedral de Brasília, com extenso canteiro central, gramado, localizada na parte leste do Eixo Monumental (**adapt. R.P.P. de B. t. 9, 1957**). *As áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural (Art. 3º VII da port. 314 de 08 out. 1992).* ► **var.** EMI

ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO *n. f.* Rodovia federal que passa no centro do Distrito Federal, no sentido norte-sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**). *A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – EPIA (Art. 1º do decr. 10.829, 14 out. 1987)*

ETO *n. f.* ► Esplanada da Torre



FAIXA DE TRÂNSITO *n. f.* Parte de uma pista de rolamento, de largura uniforme, para canalizar os veículos em trânsito, dispondo-os em fila (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 158, 2004**).

FAIXA DE PEDESTRE *n. f.* Sinalização de trânsito, destinada à travessia dos pedestres, em vias urbanas (**adap. Art. 69. Cód. Trân. Nac.**). *Em Brasília, até os gansos atravessam a faixa de pedestre. (R. B da H., p. 10, 2007)*



HABITAÇÃO COLETIVA *n. f.* Edificação com mais de um pavimento, normalmente, constitui mais de uma unidade de morada, individual ou familiar (F.O.M.P., UnB, 2008). *O pilotis de habitações coletivas em projeções localizadas em superquadras e superquadras duplas atenderá ao seguinte (Art. 57- D do decret. nº 25.856, 18 mai. 2005).*

► Habitação multifamiliar

HABITAÇÃO INDIVIDUAL *n. f.* Edificação com um ou dois pavimentos, normalmente que constitui uma única unidade de morada, individual ou familiar. (F.O.M.P., UnB, 2008). *Nos setores de Habitação Individual Sul e Norte, só serão admitidas edificações para uso residencial uni-familiar, bem como comércio local, nos termos em que se configura a escala residencial neste capítulo (adapt. Art. 4º do decret. 10829, 14 out. 1987).* ► **var.** Habitação uni-familiar.

HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR *n. f.* ► **var.** Habitação coletiva

HABITAÇÃO UNI-FAMILIAR *n. f.* ► **var.** Habitação Individual



LAGO PARANOÁ *n. m* Lago artificial, com 40 Km² de extensão, 30 metros de profundidade, cerca de 80 km de perímetro e algumas praias artificiais que banha o Plano Piloto, a leste (adapt. R.B. da H., p. 51, 2007). *A obra de concreto e vidro aterrissa suavemente sobre o Cerrado, à margem do Lago Paranoá (R.B. da H., p. 53, 2007).*



MINISTÉRIO FEDERAL *n. m.* Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cujas sedes estão localizadas na Esplanada dos Ministérios (adapt. Art. 127 da CF, 1988). *A Esplanada dos Ministérios, ao Sul e ao Norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais (PP 50 anos, p. 65, 2007).*

O

OCTOGONAL *n. f.* ► **var.** Setor de Habitações Coletivas - Áreas Octogonais Sul, Área Octogonal Sul, SHCAOS e AOS.

P

PARQUE DA CIDADE DE BRASÍLIA SARAH KUBITSCHEK *n. m.* Parque de grande dimensão, destinado à recreação e ao lazer, com lagos artificiais, quadras esportivas, pistas de caminhada, de patinação e de ciclismo, parquinhos, localizado na ala sul do Plano Piloto de Brasília, no Setor de Recreação Pública Sul (**F. O. M. P, UnB, 2008**). *O Parque da Cidade é um dos recantos urbanos mais apreciados pelos brasilienses (R. B. da H., p. 89, 2007).* ► **var.** Parque da Cidade *Projeto de Burle Mark.

PARQUE DA CIDADE *n. m.* ► **var.** Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubitschek.

PARQUE ECOLÓGICO BURLE MARX *n. m.* Parque zoobotânico, com área de cerrado preservada, refúgio para pássaros, viveiro de árvores nativas do cerrado, museu sobre o cerrado, trilhas ecológicas e cicloviárias, área de esportes e lazer, localizado na Asa Norte (**adapt. decret. nº 12.249, 7.mar.1990**). *A idéia é criar um cinturão verde em volta do bairro, do tamanho do parque Ecológico Burle Marx, afirma a superintendente substituta do IBAMA, Hanry Alves Coelho (C. Braz. 18 ago. 2008).* ► **var.** Parque Ecológico Norte – Parque Ecológico Burle Marx e PqEN. *Ainda não implantado.

PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D'ÁGUA *n. m.* Parque ecológico, de grande dimensão, destinado à recreação, ao lazer e a atividades culturais, com área de preservação permanente, nascente, olhos d'água, vegetação nativa do cerrado, localizado na Asa Norte (**adapt. decret. nº 15.900, 17 set. 1994**). *Parque Olhos d'Água será modelo de proteção (C. Braz. 25 ago. 2008).* ► **var.** Parque Olhos d'Água.

PARQUE ECOLÓGICO NORTE – PARQUE ECOLÓGICO BURLE MARX *n. m.* ► **var.** Parque Ecológico Burle Marx e PqEN

PARQUE OLHOS D'ÁGUA *n. m.* ► **var.** Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água.

PFR *n. f.* ► Plataforma Rodoviária

PILOTIS *s. m.* Conjunto de colunas ao rés-do-chão dos prédios residenciais para a livre circulação dos pedestres nas quadras e atividades de lazer para os moradores (**adapt. Art. 2º, L nº 3.049, 2 mai. 2007**). *Os pilotis são o quintal coletivo dos blocos das superquadras* (R. B. da H., p. 30, 2007).

PISTA DE ROLAMENTO *n. f.* Parte da via rodoviária para a circulação de veículos, constituída de uma ou mais faixa de trânsito (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 275, 2004**).

PLANO-PILOTO¹ *n. m.* Plano preliminar de um projeto, com objetivos e metas de curto e longo prazo, que assume a forma de mapas, gráficos e relatórios, sujeitos a modificações (**adapt. D. de Urb. C. F , p. 281, 2004**). *O plano-piloto optou por concentrar a população próximo ao centro (Eixo Rodoviário-Residencial), através da criação de áreas de vizinhança que só admitem habitação multifamiliar* (PP 50 anos, p. 74, 2007).

PLANO PILOTO² *n. m.* Região do Distrito Federal, patrimônio histórico-cultural, onde está a sede administrativa do Governo Federal, compreende a área delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal referente ao projeto de Lúcio Costa (**adapt. PP 50 anos, p. 64, 2007**). *O espetáculo multicolorido esparrama-se pelo Plano Piloto no período da seca, de junho a outubro* (R. B. da H., p. 41, 7 dez. 2007).

PLATAFORMA RODOVIÁRIA *n. f.* Conjunto de plataformas, em três níveis, para a interseção dos Eixos Monumental e Rodoviário-Residencial, com estação de ônibus interurbanos e interestaduais, comércio, praça de pedestre (**adapt. Art. 21 do decr. "N" 596**). *As áreas compreendidas entre a esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária, ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais e*

Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural (PP 50 anos, p. 60, 2007).

▶ Rodoviária do Plano Piloto; var. PFR

PMU n.f. ▶ Praça Municipal

PqEN n.m. ▶ Parque Ecológico Norte - Parque Ecológico Burle Marx var. Parque Ecológico Burle Marx

PRAÇA DOS TRÊS PODERES n.m. Praça, na forma de um triângulo equilátero, com os três edifícios dos poderes fundamentais, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal na base, o Congresso Nacional no vértice, localizada na ala leste do Eixo Monumental (**adapt. R.P.P. de B, t. 9 de 1957**). *O prédio principal do Supremo Tribunal Federal tem fachada de vidros com galeria externa e é o mais próximo do público entre os edifícios da Praça dos Três Poderes (R.B. da H., p. 58, 2007).* ▶ var. PTP

PRAÇA MUNICIPAL n.f. Praça, próxima à instalação da sede do governo distrital, dos órgãos do judiciário distrital e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizada no Eixo Monumental (**adapt. Art. 23 do decret. “N” 596**). *A Praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. (R.P.P de B., t. 13, 1957).* ▶ var. PMU

PTP n.f. ▶ Praça dos Três Poderes

Q

QUADRA n.f. Espaço urbano, normalmente quadrado ou retangular, delimitado por vias públicas, para construções de usos variados (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 308, 2004**). *E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizados pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito (R.P.P de B., t. 17, 1957).*

R

REGIÃO ADMINISTRATIVA *n. f.* Região político-administrativa do território do Distrito Federal, organizada para a descentralização de administração do governo local, favorecendo a utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida (**adapt. Art. 10 Lei Org. GDF**). *O arquiteto responsável irá elaborar e registrar as plantas do projeto de arquitetura na Região Administrativa referente ao local da obra, na área tombada, com vistas à sua aprovação no âmbito do Governo do Distrito Federal (PP 50 anos, p. 38, 2007).* ► **var.** Cidade-satélite.

REGIÃO ADMINISTRATIVA I - Brasília *n. f.* Região político-administrativa do território do Distrito Federal, criada para facilitar a administração sócio-político-econômica do DF, que compreende Asa Norte, Asa Sul, Vila Planalto, Estação Rodoviária, Esplanada dos Ministérios, Eixo Monumental, Eixo Rodoviário-Residencial, Parque da Cidade de Brasília Sara Kubitscheck, Setor de Garagens Oficiais, Setor Militar Urbano, Setor de Indústrias Gráficas, Setores de Recreação Pública, de Embaixadas, Bancários, Hoteleiros, Comerciais, Residenciais, de Habitações Coletivas e Individuais, Médico-Hospitalares, de Clubes, de Áreas Isoladas, Sul e Norte (**adapt. S.B.GDF**). ► **var.** Brasília².

RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO *n. f.* Estação para embarque e desembarque de passageiros, de linhas de ônibus do Distrito Federal e de algumas cidades do Goiás e de Minas Gerais, com bilheteria, bares, escada rolante, localizada na parte central da Plataforma Rodoviária (**adapt. R.P.P. de B, tópico 10, 1957**). *Resultado: muita gente atravessa no vermelho, obrigando o condutor que desce pelo Eixo Monumental, rumo a Rodoviária do Plano Piloto, a pisar no freio para evitar a colisão (C. Braz., 14 ago. 2008).* ► Plataforma Rodoviária



SAFN *n. m.* ► Setor de Administração Federal Norte

SAFS *n. m.* ► Setor de Administração Federal Sul

SAIN *n. m.* ► Setor de Áreas Isoladas Norte **var.** Setor de Administração Municipal,
SAM

SAIS *n. m.* ► Setor de Áreas Isoladas Sul

SAM *n. m.* ► Setor de Administração Municipal

SAUN *n. m.* ► Setor de Autarquia Norte

SAUS *n. m.* ► Setor de Autarquia Sul

SBN *n. m.* ► Setor Bancário Norte

SBS *n. m.* ► Setor Bancário Sul

SCEN *n. m.* ► Setor de Clubes Esportivos Norte

SCES *n. m.* ► Setor de Clubes Esportivos Sul

SCLN *n. m.* ► Setor Comercial Local Norte

SCLS *n. m.* ► Setor Comercial Local Sul

SCN *n. m.* ► Setor Comercial Norte

SCRN *n. m.* ► Setor Comercial Residencial Norte

SCRS *n. m.* ► Setor Comercial Residencial Sul

SCS *n. m.* ► Setor Comercial Sul

SCTN *n. m.* ► Setor Cultural Norte

SCTS *n. m.* ► Setor Cultural Sul

SDC *n. m.* ► Setor de Divulgação Cultural

SDN *n. m.* ► Setor de Diversão Norte

SDS *n. m.* ► Setor de Diversão Sul. **var.** CONIC

SEN *n. m.* ► Setor de Embaixadas Norte

SEPN *n. m.* ► Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Norte

SEPS *n. m.* ► Setor de Edifícios de Utilidades Públicas Sul

SES *n. m.* ► Setor de Embaixadas Sul

SETOR *s. m.* Subdivisão de uma região urbana de acordo com escalas urbanas. (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 334, 2004**).

SETOR BANCÁRIO NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente bancária, com sedes ou agências de bancos, estabelecimentos de crédito, casas de câmbio, sedes ou agência componentes do sistema financeiro do país, escritórios e consultórios, agências de órgãos de serviços públicos, cafés, bares e restaurantes, bancas de jornais e revistas e papelarias, barbearias, engraxatarias, na Asa Norte. (**adapt. NGB nº 134, 30 nov. 1988**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor Hoteleiro, sul e norte todo conjunto de setores destinado à prestação de serviços e ao lazer da população* (**R. B da H, p. 14, 2007**). ► **var.** SBN

SETOR BANCÁRIO SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente bancária, com sedes ou agências de bancos, estabelecimentos de crédito, casas de câmbio, sedes ou agência componentes do sistema financeiro do país, escritórios e consultórios, agências de órgãos de serviços públicos, cafés, bares e restaurantes, bancas de jornais e revistas e papelarias, barbearias, engraxatarias, localizada na Asa Sul. (**adapt. NGB nº 134, 30 nov. 1988**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor Hoteleiro, sul e norte todo conjunto*

de setores destinado à prestação de serviços e ao lazer da população (R. B da H, p. 14, 2007). ► **var. SBS**

SETOR COMERCIAL LOCAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a atividades comerciais de apoio à população das superquadras, com lojas geminadas, de dois pavimentos e subsolo, localizada nas entrequadras da Asa Norte (**adapt. GB 0001/1**). ► **var. SCLN**

SETOR COMERCIAL LOCAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a atividades comerciais de apoio à população das superquadras, com lojas geminadas de dois pavimentos e subsolo, localizada nas entrequadras da Asa Sul (**adapt. GB 0001/1**). *A ocupação de área pública no nível do solo para construção de torres de circulação vertical e em espaço aéreo para construção de varandas, expansão de compartimentos e compensação de área não será permitida no Setor de Comércio Local Sul – SCLS, Setor Comercial Residencial Norte e Sul – SCRNS, Setor de Administração Federal Norte e Sul – SAFN/S (Art. 12 § 3º L.C. nº 755, 28 jan. 2008).* ► **var. SCLS**

SETOR COMERCIAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente comercial, com edifícios comerciais, lojas de departamentos, lojas especializadas, escritórios e consultórios, pequenos laboratórios, oficinas de artesanato, curso de aperfeiçoamento e treinamento, relacionados com atividades comerciais, pequenas agências bancárias, agências de órgãos públicos, bancas de revista, barbearias, bares, cafés, clubes urbanos, localizada na ala norte do Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. Art. 25 do decr. “N” nº 596**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor Hoteleiro, sul e norte todo conjunto de setores destinado à prestação de serviços e ao lazer da população (R. B da H, p. 14, 2007).* ► **var. SCN**

SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao uso, predominantemente, comercial e, secundariamente, residencial, com edifícios de dois pavimentos e subsolo, sendo o pavimento superior para a morada, localizada na Asa Norte (**adapt. Art. 42 do decr. “N” nº 596**). *O Setor Comercial Residencial Norte, o Setor Comercial Residencial Sul, o Setor Comercial Local*

Residencial e o Setor de Habitações Coletivas e Geminadas compreendem: I- residências econômicas (Art. 42 do decret. “N” nº 596). ► var. SCR�

SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao uso, predominantemente, comercial e, secundariamente, residencial, com edifícios de dois pavimentos e subsolo, sendo o pavimento superior para a morada, localizada na Asa Sul (**adapt. Art. 42 do Dcr. “N” nº 596**). *O Setor Comercial Residencial Norte, o Setor Comercial Residencial Sul, o Setor Comercial Local Residencial e o Setor de Habitações Coletivas e Geminadas compreendem: I- residências econômicas (Art. 42 do decret. “N” nº 596). ► var. SCRS*

SETOR COMERCIAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente comercial, com edifícios comerciais, lojas de departamentos, lojas especializadas, escritórios e consultórios, pequenos laboratórios, oficinas de artesanato, curso de aperfeiçoamento e treinamento, relacionados com atividades comerciais, pequenas agências bancárias, agências de órgãos públicos, bancas de revista, barbearias, bares, cafés, clubes urbanos, localizada na Asa Sul. (**adapt. Art. 25 do decret. “N” nº 596**). *O Hotel nacional, obra de Nauro Esteves, funciona como um elo entre o Setor de Diversões Sul e o Setor Comercial Sul (R. B. da H., p. 44, 2007). ► var. SCS*

SETOR CULTURAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao desenvolvimento de atividades culturais, com edifícios oficiais ou de utilidade pública, teatro, localizada entre a Plataforma Rodoviária e a Esplanada dos Ministérios, na Asa Norte (**Art. 20 do decret. “N” nº 596**). *Os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural (PP 50 anos, p. 65, 2007). ► var. SCTN*

SETOR CULTURAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao desenvolvimento de atividades culturais, com edifícios oficiais ou de utilidade pública, museu, biblioteca, localizada entre a Plataforma Rodoviária e a Esplanada dos Ministérios na Asa Sul (**Art. 20 do decret. “N” nº 596**). *Depois de esperar mais de 40 anos, Oscar Niemeyer conseguiu construir o Setor Cultural Sul (R. B da H., p. 66, 2007). ► var. SCTS*

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante para atividade de administração pública, defesa e seguridade social, e atividade comercial de bens e de serviços, com atividade exclusiva de serviços de alimentação, bem como de uso complementar, localizada próxima a orla do Lago Paranoá na Asa Norte (**adapt. Art. 1º, I – II, L.C nº 735 de 29.dez.2006**). *A ocupação de área pública no nível do solo para construção de torres de circulação vertical e em espaço aéreo para construção de varandas, expansão de compartimentos e compensação de área não será permitida no Setor de Comércio Local Sul – SCLS, Setor Comercial Residencial Norte e Sul – SCRN/S, Setor de Administração Federal Norte e Sul – SAFN/S (Art. 12 § 3º L.C. nº 755, de 28. jan.2008).* ► **var. SAFN**

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada à atividade de administração pública, defesa e seguridade social, e atividade comercial de bens e de serviços, com atividade exclusiva de serviços de alimentação, bem como de uso complementar, localizada próxima a orla do Lago Paranoá na Asa Sul (**adapt. Art. 1º, I – II, L.C nº 735 de 29.dez.2006**). *Ficam definidos os dispositivos normativos a serem aplicados ao Lote 1 da Quadra 6 do Setor de Administração Federal Sul (SAFS) da Região Administrativa Plano Piloto (RA I), na forma a seguir aduzida: (Art. 1º L.C nº 735 de 29.dez.2006).* ► **var. SAFS**

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a atividades administrativas do Distrito Federal, e atividade comercial de bens e de serviços, com atividade exclusiva de serviços de alimentação, bem como de uso complementar, localizada paralelamente a parte oeste do Eixo Monumental (**adapt. NGB 74/91**). *Fica destinada como bem de uso especial a área de uso comum do povo, contígua à Projeção "I" do Setor de Administração Municipal, antigo Setor de Áreas Isoladas Norte, Região Administrativa de Brasília, localizada em seu lado leste e medindo 50m x 55m (Art. 2º L.C nº 668 de 27 dez. 2002).* ► **var. SAM** *Ex-Setor Áreas Isolada Norte.

SETOR DE ÁREAS ISOLADAS NORTE *n. m.* ► **var.** Setor de Administração Municipal, SAM e SAIN

SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, para as atividades de lazer e recreação, com clubes esportivos, churrasarias, bar, boates, restaurantes ou similares, parque de diversões, *drive-in*, creche e centros de treinamento, localizada na ala sul próxima a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (**adapt. GB60/86**). ► **var.** SAIS

SETOR DE AUTARQUIAS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao serviço administrativo federal e distrital, prestados por autarquias, com sedes ou agências de órgão públicos, distritais, estaduais, e federais, agências de autarquias e organismos auxiliares, sedes ou agências de entidades de economia mista e comércio de características locais, localizado na Asa Norte, paralelo ao Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. NGB 75/86**). *A Escala Gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (PP 50 anos, p. 67, 2007)*. ► **var.** SAUN

SETOR DE AUTARQUIAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao serviço administrativo federal e distrital, prestados por autarquias, com bares, restaurantes e congêneres, serviços financeiros em geral, serviços pessoais e domiciliares, barbearia, instituto de beleza, placas, chaveiro, cutelaria, amolador, engraxataria, estúdio fotográfico, sapateiro, serviços profissionais e de negócios, localizada na Asa Sul, paralela ao Rodoviário-Residencial (**adapt. NGB 123/89**). *A Escala Gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão, Sul e Norte (PP 50 anos, p. 67, 2007)*. ► **var.** SAUS

SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a atividades de lazer e de recreação, com clubes associativos, recreativos, esportivos, centros de treinamento, localizada na ala norte da Orla do Lago Paranoá (**adapt. NGB 23/90**). *O Setor de Clubes Esportivo Norte, o Setor de Clubes Esportivo Sul e o Setor de Clubes Esportivos e Estádios compreendem os lotes destinados a construção*

de sedes sociais e a instalações relacionadas com a prática de esportes e de clubes e sociedades esportivas (Art. 57 do decr. “N” 596). ► var. SCEN

SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a atividades de lazer e recreação, com clubes esportivos, churrascarias, restaurantes, boate, bar, comércio varejista e reparação de objetos pessoais não especializados, agência de viagem, correio, agência bancaria, academia e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, localizada na ala sul da Orla do Lago Paranoá (**adapt. da NGB 137/91**). *O Setor de Clubes Esportivo Norte, o Setor de Clubes Esportivo Sul e o Setor de Clubes Esportivos e Estádios compreendem os lotes destinados a construção de sedes sociais e a instalações relacionadas com a prática de esportes e de clubes e sociedades esportivas (Art. 57 do decr. “N” 596). ► var. SCES*

SETOR DE DIVERSÕES NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao lazer e à diversão, formada por um único prédio, com casa de espetáculo, cafés, bares, restaurantes e lanchonetes, boates, comércio especializado, estabelecimentos para diversões, sede de clubes urbanos, escritórios e consultórios, academias de ginásticas e saunas, localizada na ala norte do Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. Art. 28 do decr. nº 596**). *“Conjunto Nacional” Faz parte do projeto de Lucio Costa para o Setor de Diversões Norte (R. B. da H. p, 39, 2007). ► var. SDN*

SETOR DE DIVERSÕES SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao lazer e à diversão, formada por 13 prédios, com casa de espetáculo, cafés, bares, restaurantes e lanchonetes, boates, comércio especializado, estabelecimentos para diversões, sede de clubes urbanos, escritórios e consultórios, academias de ginásticas e saunas, localizada na Asa Sul do Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. Art. 28 do decr. nº 596**). *Conic é o nome pelo qual é conhecido o Setor de Diversões Sul (R. B. da H, p. 43, 2007). ► var. SDS e CONIC*

SETOR DE DIVULGAÇÃO CULTURAL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada à fundação de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural, localizada na parte oeste do Eixo Monumental (**Art. 1º L nº 844, 29.dez.1994**) *Aprova os projetos urbanístico e arquitetônico para o Lote 03 do Setor de Divulgação Cultural – SDC da RA I (Art. 1º L nº 27.475, 7 dez. 2006) ► var. SDC*

SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICAS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a atividades institucionais, comerciais, ligadas a alimentação e artigos automotores, de prestação de serviços financeiros, de profissionais de negócios, de comunicação, de serviço educacional e sócio-cultural, localizada na Asa Norte (**NGB 56/89**). *Agência Nacional de Vigilância Sanitária, situada na avenida W2 norte, Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte – SEPN...* (**M.P. n.º 2.138-2, de 28 dez. 2000**). ► **var.** SEPN

SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a instalações de escritórios de órgãos e entidades públicas, empresa privada, sociedades de economia mista, fundações, clínicas médicas e dentárias, cursos de aprimoramento profissional e cultural, atividade profissionais liberais, confeitaria e hospital de pequeno porte, localizada na Asa Sul (**GB 0001/1**). *Ficam alterados os usos dos imóveis situados no Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul* (**L.C. n.º 718, DE 27 jan. 2006**) ► **var.** SEPS

SETOR DE EMBAIXADAS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a instalações de embaixadas, serviços auxiliares e residência do embaixador, localizada na Asa Norte, próximo a Orla do Lago Paranoá (**adapt. Art. 62 do decret. “N” n.º 596**). *A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais* (**R.P.P. de B, t. 17, 1957**). ► **var.** SEN

SETOR DE EMBAIXADAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a instalações de embaixadas, serviços auxiliares e residência do embaixador, localizada na Asa Sul, próximo a Orla do Lago Paranoá (**adapt. Art. 62 do decret. “N” n.º 596**). *A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais* (**R.P.P. de B, t. 17, 1957**). ► **var.** SES

SETOR DE GARAGENS OFICIAIS *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a instalações de autarquias e órgão semelhante do Distrito Federal e da União (**adapt. port. 1/5**). *Os setores complementares, com localização e limites indicados no desenho nº10 e Sigla SC,CE 1/1, abrangendo as áreas e edificações que por sua características foram excluídos das zonas anteriores,mas que as complementam, são as seguintes: VIII Setor de Garagens Oficiais. (Art. 60 decr. “N” nº 596). ► var. SGO*

SETOR DE GRANDES ÁREAS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta, e instituições beneficentes, educacionais, culturais, religiosas e associações de classes, empresas de pesquisa científica, de computação, de processamento de dados, centros e postos de saúde, ambulatorios, clínicas e unidades integradas de saúde, localizada na Asa Norte (**adapt. NGB 01/86**). *O Setor de Grandes Áreas Norte e o Setor de Grandes Áreas Sul compreendem os lotes para construção de edificios oficiais ou particulares, que, pela natureza de seus programas exijam grandes áreas, gabaritos e densidades baixos, tais como escolas, centros paroquiais, organizações religiosas e instituições de pesquisas científicas ou culturais (Art. 61 decr. “N” nº 596). ► var. SGAN*

SETOR DE GRANDES ÁREAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta, e instituições beneficentes, educacionais, culturais, religiosas e associações de classes, empresas de pesquisa científica, de computação, de processamento de dados, centros e postos de saúde, ambulatorios, clínicas e unidades integradas de saúde, localizada na Asa Sul (**adapt. Art. 61 decr. “N” nº 596**). *Manter os gabaritos vigentes nos dois eixos e em seu entorno direto (até os Setores de Grandes Áreas, inclusive), permanecendo não edificáveis as áreas livres diretamente não contiguas, e baixos, nas áreas onde já é prevista ocupação ente a cidade e a orla do lago (PP 50 anos, p. 88, 2007). ► var. SGAS*

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS - ÁREAS OCTOGONAIS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, residencial, octogonal, com habitações coletivas, comércio local, escolas, igrejas, posto policial, para apoio a população residente, localizada paralela

a parte oeste do Eixo Monumental (**adapt. Art. 42 do decret. “N” nº 596**). *O Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul teve seu primeiro fato histórico em 12/09/1974, quando o então Governador em exercício editou o Decreto nº 2.705, que tratava da aprovação da planta do mais novo setor destinado a receber a grande quantidade de famílias que vinham se mudando para a Capital (SO.GDF).* ► **var.** Área Octogonal Sul, Octogonal, SHCAOS e AOS.

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ECONÔMICAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, preferencialmente destinada a edificações de habitações coletivas, de caráter econômico, com comércio local, escolas, igrejas, posto policial, para apoio a população residente, localizada paralela a parte oeste do Eixo Monumental (**adapt. Art. 41 do decret. “N” nº 596**). *Na década de 70, foi inaugurado um conjunto de edifícios, que formaram o Cruzeiro Novo – Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul - SHCE/S (Cru.GDF)* ► **var.** Cruzeiro Novo e SHCES

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS E GEMINADAS NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente residencial, com habitações coletivas e geminadas, escolas, parques infantis, comércio local, oficina mecânica, comércio de materiais de construção e madeira, depósito de firmas comerciais, escritórios de firmas comerciais e industriais, localizada entre as vias W3 Norte e W4 Norte, na Asa Norte (**adapt. Art. 42 do decret. “N” nº 596**). *Fica alterada de sua atual destinação a área para jardim de infância situada na Quadra 710 do Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte – SHCGN - da Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, com área de 4.050,75 m² (quatro mil e cinqüenta metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados), passando à categoria de uso residencial, habitação coletiva (Art. 1º L.C. nº 374, de 15 mar. 2001).* ► **var.** SHCGN

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NOROESTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, residencial, com habitações coletivas, comércio local, área de lazer, escolas, igrejas, posto policial, para apoio à população residente, localizada paralela a parte oeste do Eixo Monumental (**adapt. Art. 42 do decret. “N” nº 596**). *Segundo informações do edital, o Setor de Habitações Coletivas do Noroeste (SHCNW), elaborado pela empresa Zimbrus Arquitetos e autorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio*

*Ambiente (Seduma), terá uma área de mais de 198 hectares (C. Braz. 23 set. 2008) ► var. SHCNW *Ainda não construído*

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NORTE *n. m* Superquadras, paralelas ao Eixo Rodoviário-Residencial, localizadas na Asa Norte (F.O.M.P., UnB, 2008). *Setores de Habitações Coletivas Norte e Sul – uso permitido: habitações coletivas (NGB 11/89) ► var.* Superquadra Norte, SHCN, SQN

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE *n. m*. Região do Plano Piloto de Brasília, residencial, com habitações coletivas, comércio local, área de lazer, escolas, igrejas, posto policial, para apoio a população residente, localizada paralela a parte oeste do Eixo Monumental (adapt. Art. 42 do decr. “N” nº 596). *As Áreas Octogonais foram criadas pelo Decreto nº 2.705 de 12 de setembro de 1974. Em 19 de dezembro de 1988, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – CAUMA, na 210ª Reunião Ordinária, aprovou o Projeto de Urbanismo – URB 147/88 com a denominação do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste (SO.GDF). ► var.* SHCSW

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUL *n. m* Superquadras, paralelas ao Eixo Rodoviário-Residencial, localizadas na Asa Sul (F.O.M.P., UnB, 2008). *Setores de Habitações Coletivas Norte e Sul – uso permitido: habitações coletivas (NGB 11/89) ► var.* Superquadra Sul, SHCS e SQS.

SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS GEMINADAS SUL *n. m*. Região do Plano Piloto de Brasília, preferencialmente residencial, com habitações individuais, formada por casas geminadas, escolas e parques infantis, localizada entre as vias W3 Sul e W4 Sul, na Asa Sul. (adapt. Art. 37 do decr. “N” nº 596). *O item 6, referente à altura máxima da edificação, e o item 9, referente ao tratamento das empenas, das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB - 40/87, relativas ao Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul – SHIGS (Art. 1º da L.C. nº 1.903, de 03 mar. 1998). ► var.* SHIGS

SETOR DE HOTÉIS E TURISMO NORTE *n. m*. Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a hospedagem e lazer, com hotel de turismo, apart-hotel, hotel residência, prestação de serviços e de comércio de apoio, localizada no Setor de Clubes Esportivos Norte (adapt. NGB 82/96). *O Setor de Hotéis de Turismo Norte e Setor de Hotéis de*

Turismo Sul compreendem os lotes destinados à construção de hotéis de turismo, que por suas características, utilizam grandes areias livres, e se localizam próximo ao lago artificial (Art. 58. do decr. “N” nº 596). ► var. SHTN

SETOR DE HOTÉIS E TURISMO SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a hospedagem e lazer, com hotel de turismo, apart-hotel, hotel residência, prestação de serviços e de comércio de apoio, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul (**adapt. NGB 82/96**). *O Setor de Hotéis de Turismo Norte e Setor de Hotéis de Turismo Sul compreendem os lotes destinados à construção de hotéis de turismo, que por suas características, utilizam grandes areias livres, e se localizam próximo ao lago artificial (Art. 58. do decr. “N” nº 596). ► var. SHTS* *Ainda não construído

SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominante destinada a depósitos, oficinas e indústrias, relacionadas com jornais, revistas, gráficas, editoras, transmissores e receptadora de rádio e televisão, com comércio local, restaurantes, bar, lanchonetes e agência postal telegráfica, para apoio dessa área (**adapt. NGB 52/88, 54/88, 55 /88 e GB0005/1**). *O museu dispõe de material audiovisual contando toda a evolução tecnológica desde a imprensa régia até os dias de hoje, e de material para estudos e pesquisadores o assunto – Localização Setor de Indústrias Gráficas. (R. Brasilatur, p.81, 2007). ► var. SIG*

SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, preferencialmente, a sede, estúdios e emissoras de rádio e televisão, com depósitos, oficinas, agências e indústrias, relacionadas com jornais, revistas, gráficas e editoras, comércio de apoio aos funcionários e, secundariamente, agências de empresas de economia mista, consultórios e escritórios, localizada na Asa Norte (**adapt. NGB 31/85**). *A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (PP 50 anos, p. 61, 2007). ► var. SRTN*

SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, prioritariamente, a sede, estúdios e emissoras de rádio e televisão, com depósitos, oficinas, agências e indústrias, relacionadas com jornais, revistas, gráficas e

editoras, comércio de apoio aos funcionários e, secundariamente, agências de empresas de economia mista, consultórios e escritórios, localizado na Asa Sul (**adapt. NGB 31/85**). *A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (PP 50 anos, p. 61, 2007).* ► **var. SRTS**

SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a lazer, esporte, ginásio, quadras esportivas, parques e centro poliesportivo, localizada a oeste do Eixo Monumental (**adapt. Art. 51-52 do decret. “N” nº596**). *No SRPN, poderá ser admitido o uso comercial, desde que o respectivo plano urbanístico e Estudo Impacto de Vizinhança sejam aprovados pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Fedederal – Conplan e pelo órgão gestor do planejamento urbano e territorial do Distrito Federal.* (Art. 112 do proj. de L.C. nº 46/2007) ► **var. SRPN**

SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao lazer, ao esporte e à recreação, com lagos artificiais, ciclovias, quadras esportivas, parques, localizada na Asa Sul (**adapt. Art. 51-52 do decret. “N” nº596**) *Ficam aprovadas as Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 120199, relativas à área R2, localizada no Setor de Recreação Pública Sul – SRPS (Art. 1º decret. nº 20.986, 27 jan. 2000)* ► **var. SRPS** *Onde se localiza o Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubistchek

SETOR DE RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, preferencialmente, a edificações de habitações uni-familiares, geminadas, de caráter econômico, com comércio local, escolas, igrejas, posto policial, para apoio a população residente, localizada paralela a ala oeste do Eixo Monumental (**adapt. Art. 41 do decret. “N” nº 596**). *A equipe do urbanista Lúcio Costa foi responsável pelo projeto e pelo nome oficial do bairro - Setor de Residências Econômicas Sul – SRE/S, Cruzeiro Velho; (S.Cru.GDF).* ► **var. Cruzeiro Velho e SRES**

SETOR HÍPICO *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada ao lazer, arborizada, com vila hípica, localizada na ala sul (**adapt. Art. 51/54 do decret. “N” nº 596**). *O Setor Hípico compreende o conjunto de áreas e instalações destinadas a: hipódromos,*

sociedade hípica, vila hípica e instalações complementares (Art. 54 do decr. “N” nº 596). ► var. SHIP

SETOR HOSPITALAR LOCAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a instalações de hospitais, casas de saúde e clínicas de pequeno porte, públicas ou particulares, com farmácias, laboratórios, drogarias e cafés, localizada na parte extrema da Asa Norte (**adapt. Art. 65 do decr. “N” nº 596**). *O Setor Hospitalar Local Norte e o Setor Hospitalar Local Sul compreendem: pequenos hospitais, casas de saúde e clínicas oficiais ou particulares; (Art. 65 do decr. “N” nº 596). ► var. SHLN*

SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a instalações de hospitais, casas de saúde e clínicas de pequeno porte, públicas ou particulares, com farmácias, laboratórios, drogarias e cafés, localizada na parte extrema da Asa Sul (**adapt. Art. 65 do decr. “N” nº 596**). *O Setor Hospitalar Local Norte e o Setor Hospitalar Local Sul compreendem: pequenos hospitais, casas de saúde e clínicas oficiais ou particulares; (Art. 65 do decr. “N” nº 596). ► var. SHLS*

SETOR HOTELEIRO NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, prioritariamente, ao serviço de hotelaria, com hotéis, apart-hotéis, comércio especializado e salas de espetáculos, incorporados aos edifícios de hotéis, cafés, bares e restaurantes, garagens, postos de abastecimentos, boate, lavagem e lubrificação, atividades comerciais e de prestação de serviços, localizada na Asa Norte (**GB 0003/1**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões, Setor Hoteleiro, sul e norte todo conjunto de setores destinado à prestação de serviços e ao lazer da população (R. B da H, p. 14, 2007). ► var. SHN*

SETOR HOTELEIRO SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, prioritariamente destinada ao serviço de hotelaria, com hotéis, apart-hotéis, comércio especializado e salas de espetáculos, incorporados aos edifícios de hotéis, cafés, bares e restaurantes, garagens, postos de abastecimentos, boate, lavagem e lubrificação, atividades comerciais e de prestação de serviços, localizada na Asa Sul (**adapt. GB 0003/1**). *A Escala Gregária se concentra no centro da cidade, no Setor Comercial, Setor Bancário, Setor de Diversões,*

Setor Hoteleiro, sul e norte todo conjunto de setores destinado à prestação de serviços e ao lazer da população (R. B da H, p. 14, 2007). ► var. SHS

SETOR MÉDICO-HOSPITALAR NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a prestação de serviços médicos e atendimento hospitalar, com hospitais distritais e anexos, hospitais e centros de saúde oficiais, especializados, sedes de órgãos administrativos, relacionados com a saúde pública e assistência social, localizada na Asa Norte (**adapt. Art. 31 do decret. “N” nº 596**). *A Escala Gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (PP 50 anos, p. 61, 2007). ► var. SMHN*

SETOR MÉDICO-HOSPITALAR SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada a prestação de serviços médicos e atendimento hospitalar, com hospitais distritais e anexos, hospitais e centros de saúde oficiais, especializados, sedes de órgãos administrativos, relacionados com a saúde pública e assistência social, localizada na Asa Norte (**adapt. Art. 31 do decret. “N” nº 596**). *A Escala Gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (PP 50 anos, p. 61, 2007). ► var. SMHS*

SETOR MILITAR URBANO *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, predominantemente residencial, destinada ao apoio dos militares do exército e seus familiares, com quadras residenciais, hospital, hotel, clube esportivo, igreja e o Quartel-General do Exército, localizada paralelamente ao Eixo Monumental, na parte oeste (**adapt. R. Brasiliatur, p. 77, 2007**). *O Oratório do Soldado, projeto de Milton Ramos no Setor Militar Urbano, valoriza o espaço externo com cobertura apoiada em colunas delegadas (R. B. da H, p. 73, 2007). ► var. SMU*

SETOR POLICIAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, preferencialmente, à instalação de instituições de policiamento e segurança federal e distrital, localizada na Asa Sul (**F.O.M.P., UnB, 2008**). *Bombeiros que trabalham no*

Setor Policial Sul acharam um tamanduá-mirim perto da academia da corporação e aumentaram para três a lista de bichos incomuns que apareceram na área urbana do Distrito Federal nos últimos dez dias. (C. Braz. 06 ago. 2003) ► var. SPS

SETOR TERMINAL NORTE *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, preferencialmente, a serviços anexos e auxiliares de transporte, complementarmente, ao comércio de bens e serviços de alimentação, supermercados, comércio varejista, em loja especializada, e reparação de objetos, pessoais e domésticos, localizada no final da Asa Norte (**adapt. NGB 145/96**). *Fica alterado o uso do lote “J” do Setor Terminal Norte, da Região Administrativa de Brasília/DF – RA I, para atividades de comércio de bens, prestação de serviços, uso institucional ou comunitário, nos termos da Norma de Edificação, Uso e Gabarito nº 145/96. (adapt. Art. 1º da L. nº 3.719, 14 dez. 2005). ► var. STN*

SETOR TERMINAL SUL *n. m.* Região do Plano Piloto de Brasília, destinada, preferencialmente, a serviços anexos e auxiliares de transporte, complementarmente, ao comércio de bens e serviços de alimentação, supermercados, comércio varejista, em loja especializada, reparação de objetos, pessoais e domésticos, jornaleiro, banca de revista e papelaria, localizada no final da Asa Sul (**adapt. NGB 125/98**). *Fica criado o Parque de Modelismo de Brasília, na área situada no Setor Terminal Sul da Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, compreendida na poligonal entre a SQS 416, o Trevo da Via L4 (Art. 1º da L.C. nº 262, 1 dez. 1999) ► var. STS*

SGAN *n. m.* ► Setor de Grandes Áreas Norte

SGAS *n. m.* ► Setor de Grandes Áreas Sul

SGON *n. m.* ► Setor de Garagens Oficiais

SHCAOS *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Áreas Octogonais Sul. **var.** Área Octogonal Sul, Octogonal e AOS.

SHCES *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul. **var.** Cruzeiro Novo

SHCGN *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte

SHCN *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Norte **var.** Superquadra Norte e SQN

SHCNW *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Noroeste

SHCS *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Sul **var.** Superquadra Sul e SQS

SHCSW *n. m.* ► Setor de Habitações Coletivas Sudoeste **var.** Sudoeste

SHIGS *n. m.* ► Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul

SHIP *n. m.* ► Setor Hípico

SHLN *n. m.* ► Setor Hospitalar Local Norte

SHLS *n. m.* ► Setor Hospitalar Local Sul

SHN *n. m.* ► Setor Hoteleiro Norte

SHS *n. m.* ► Setor Hoteleiro Sul

SHTN *n. m.* ► Setor de Hotéis e Turismo Norte

SHTS *n. m.* ► Setor de Hotéis e Turismo Sul

SIG *n. m.* ► Setor de Indústrias Gráficas

SMHN *n. m.* ► Setor Médico-Hospitalar Norte

SMHS *n. m.* ► Setor Médico-Hospitalar Sul

SMU *n. m.* ► Setor Militar Urbano

SPS *n. m.* ► Setor Policial Sul

SQN *n. m.* ► Superquadra Norte **var.** Setor de Habitações Coletivas Norte e SHCN

SQS *n. m.* ► Superquadra Sul **var.** Setor de Habitações Coletivas Sul e SHCS

SRES *n. m.* ► Setor de Residências Econômicas Sul. **var.** Cruzeiro Velho

SRPN *n. m.* ► Setor de Recreação Pública Norte

SRPS *n. m.* ► Setor de Recreação Pública Sul

SRTVN *n. m.* ► Setor de Rádio e Televisão Norte

SRTVS *n. m.* ► Setor de Rádio e Televisão Sul

STN *n. m.* ► Setor Terminal Norte

STS *n. m.* ► Setor Terminal Sul

SUDOESTE *n. m.* ► **var.** Setor de Habitações Coletivas Sudoeste e SHCSW

SUPERQUADRA *s. f.* Quadra de grande dimensão, residencial, densamente arborizada, ajardinada, com blocos residenciais uniformes de seis pavimentos sobre pilotis, comércio local, escola de ensino fundamental, igreja, pracinha, paralela ao Eixo Rodoviário-Residencial (**adapt. R.P.P. de B., t. 16, 1957**). *As superquadras são uma das grandes composições urbanas do século 20 (R. B. da H., p. 29, 2007).*

SUPERQUADRA NORTE *s. f.* ► **var.** Setor de Habitações Coletivas Norte, SQN e SHCN

SUPERQUADRA SUL *s. f.* ► **var.** Setor de Habitações Coletivas Sul, SQS e SHCS

T

TESOURINHA *s. f.* Interconexão entre os eixinhos, com forma de uma tesoura, que dá acesso às superquadras (**adapt. D. de Urb. C. F, ‘trevo’ p. 365**). *Da necessidade de melhor escoamento do tráfego, sem cruzamentos, surgem as tesourinhas, que partem dos Eixinhos (R. B. da H. p. 19, 2007).* ► Trevo

TREVO *s. m.* Interconexão entre duas vias que liga outras duas vias entre si em ambos os sentidos, permitindo todas as conversões à direita, com quatro alças internas, para conversões à esquerda, e com quatro alças externas (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 365, 2004**). ► Tesourinha

U

UNIDADE DE VIZINHANÇA *n. f.* Conjunto de quatro superquadras, interligadas por duas entrequadras, sendo uma comercial, marginal ao Eixo Rodoviário-Residencial (**F.O.M.P, UnB, 2008**). *O novo conceito de morar proposto pelo Plano Piloto se concretiza na unidade de vizinhança (R. B. da H., p. 32, 2007).* ► Superquadra.

V

VIA *n. f.* Estrutura pública, construída para o deslocamento de veículos, pessoas e animais, normalmente, com pistas de rolamento, faixa de trânsito, canteiro central e sinalização (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 381, 2004**).

VIA DE SERVIÇO *n. f.* Via local adjacente e normalmente paralela a uma via principal, para o acesso a lotes, quadras, superquadras e entrequadras (**adapt. D. de Urb. C. F, p. 382, 2004**). *Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc (R.P.P de B., t. 16, 1957)* ► **var.** Via Lateral.

VIA L1 NORTE *n. f* ► **var.** Eixinho

VIA L1 SUL *n. f* ► **var.** Eixinho

VIA L2 NORTE *n. f.* Segunda via, a leste do Eixão, na ala norte, paralela aos setores de Grandes Áreas Norte e Superquadra Norte (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA L2 SUL *n. f.* Segunda via, a leste do Eixão, na ala sul, paralela aos setores de Grandes Áreas Sul e Superquadra Sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA L3 NORTE *n. f.* Terceira via, a leste do Eixão, que dá acesso ao campus da Universidade Federal de Brasília, na ala norte, paralela ao Setor de Grandes Áreas Norte e a via L4 Norte (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA L3 SUL *n. f.* Terceira via, a leste do Eixão, que dá acesso ao Setor de Embaixadas Sul, na ala sul, paralela ao Setor de Grandes Áreas Sul e a via L4 Sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA L4 NORTE *n. f.* Quarta via, a leste do Eixão, na ala norte, paralela a orla do Lago Paranoá (**F.O.M.P., UnB, 2008**).

VIA L4 SUL *n. f.* Quarta via, a leste do Eixão, na ala sul, paralela à orla do Lago Paranoá (**F.O.M.P., UnB, 2008**).

VIA N1 *n. f.* Via que compõe o Eixo Monumental, no sentido leste-oeste, com 6 pistas de rolamento, que liga a Praça dos Três Poderes à Rodoferroviária (**F.O.M.P., UnB, 2008**). *Nesta terça-feira (10), das 7h às 24h, as vias vão ser interditadas na N1 -- do Corpo de Bombeiros, próximo à Vila Planalto até o Palácio do Buriti; acesso ao Blue Tree -- via do Palácio da Alvorada -- ligação do Setor Hoteleiro Norte com o Setor Comercial Sul -- alça de contorno do Shopping Conjunto Nacional e Conic -- e via S1 -- da via L2 Sul até o Congresso Nacional (DF.GDF, 9 mai. 2005).* ► Eixo Monumental

VIA N2 *n. f.* Segunda via, ao norte do Eixo Monumental, que liga o Eixo Monumental à Vila Planalto, que passa pelo Setor Hoteleiro Norte, Setor Comercial Norte, Setor de

Diversão Norte, Setor Bancário Norte, Setor Cultural Norte e Setor de Administração Federal Norte, na Asa Norte (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA N3 *n. f.* Terceira via, ao norte do Eixo Monumental, que liga o Setor de Recreação pública Norte ao Setor de Autarquia Norte, que passa pelo Setor de Rádio e Televisão Norte Setor Médico-Hospitalar Norte, na Asa Norte. (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA S1 *n. f.* Via que compõe o Eixo Monumental, no sentido oeste-leste, com 6 pistas de rolamento, que liga a Rodoferroviária à Praça dos Três Poderes (F.O.M.P., UnB, 2008). *Para amenizar os transtornos, os motoristas deverão evitar circular pelas vias que serão interditadas totalmente, buscando percursos alternativos de acesso à Área Central de Brasília como as vias L4 Norte -- sentidos Norte/Sul/Norte --, L2 Sul e Norte; W3 Sul e Norte, Eixinhos Norte e Sul, Eixo Rodoviário Norte e Sul, além das vias N2 -- utilizando a via de Contorno do Parque Aquático -- e a via S1 (DF.GDF, 9 mai. 2005).*

VIA S2 *n. f.* Segunda via, ao norte do Eixo Monumental, que liga o Eixo Monumental à L4 Sul, que passa pelo Setor Hoteleiro Sul, Setor Comercial Sul, Setor de Diversão Sul, Setor Bancário Sul, Setor Cultural Sul e Setor de Administração Federal Sul, localizada na Asa Sul (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA S3 *n. f.* Terceira via, ao sul do Eixo Monumental, que liga o Setor de Recreação pública Sul ao Setor de Autarquia Sul, que passa pelo Setor de Rádio e Televisão Sul e Setor Médico-Hospitalar Sul, localizada na Asa Norte. (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA W1 NORTE *n. f* ► **var.** Eixinho.

VIA W1 SUL *n. f* ► **var.** Eixinho.

VIA W2 NORTE *n. f.* Segunda via, a oeste do Eixão, na ala norte, paralela às Superquadras Norte e à Via W1 Norte (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA W2 SUL *n. f.* Segunda via, a oeste do Eixão, na ala sul, paralela às Superquadras Sul à Via W1 Sul (F.O.M.P, UnB, 2008).

VIA W3 NORTE *n. f.* Segunda via, a oeste do Eixão, na ala norte, paralela ao Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte e às Superquadras Norte (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA W3 SUL *n. f.* Segunda via, a oeste do Eixão, na ala sul, paralela ao Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul e às Superquadras Sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**)

VIA W4 NORTE *n. f.* Quarta via, a oeste do Eixão, na ala sul, paralela aos setores de Edifícios de Utilidades Públicas Norte e de Habitações Coletiva e Geminadas Norte (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA W4 SUL *n. f.* Quarta via, a oeste do Eixão, na ala sul, paralela aos setores de Edifícios de Utilidades Públicas Sul e de Habitações Individuais Geminadas Sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA W5 NORTE *n. f.* Quinta via, a oeste do Eixão, na ala norte, paralela aos setores de Grandes Áreas Norte e de Edifícios de Utilidades Públicas Norte (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIA W5 SUL *n. f.* Quinta via, a oeste do Eixão, na ala sul, paralela aos setores de Grandes Áreas Sul e de Edifícios de Utilidades Públicas Sul (**F.O.M.P, UnB, 2008**).

VIAS LATERAIS *n. f.* ► Via de serviço

O objetivo que orientou este estudo foi a identificação e a descrição do conjunto de termos que fazem parte da denominação da estrutura urbana do Plano Piloto de Brasília, para a compreensão da relação entre os conceitos e os termos que constituíram a ‘Cidade Planejada’, como uma proposta da arquitetura moderna. Esta cidade possui uma estrutura urbanística e arquitetônica que a tornou Patrimônio Histórico da Humanidade, possuidora de uma terminologia em uso há quase meio século, que reflete o caráter monumental, gregário, residencial e bucólico da capital do Brasil. Entretanto, apesar desse reconhecimento, constatamos a carência de pesquisas, de publicações científicas e de sistematicidade nesta área.

Verificamos que o objeto de estudo se enquadraria no âmbito da Terminologia e que, por seu caráter interdisciplinar, houve a necessidade de um conhecimento da área de urbanismo e arquitetura, acompanhados dos fatos históricos que desencadearam a construção da “Nova Capital”. O auxílio de um especialista da área de urbanismo e arquitetura proporcionou a apreensão de conceitos de urbanismo, os quais foram de utilidade incontestável para o desempenho deste trabalho.

O processo de formação dos termos da linguagem de especialidade perpassa pelos mesmos processos de formação dos itens lexicais da língua comum, diferenciando-se no que concerne à frequência de uma determinada tipologia. Assim, feita a análise, constatamos no *corpus* um número muito reduzido de itens formados apenas por um radical, no caso 15 termos. Encontramos um número de 132 unidades terminológicas complexas, o que parece demonstrar que a estrutura urbana da cidade funcional não é de natureza simples, pois a eliminação de um elemento de composição acarreta prejuízos conceituais e erros de deslocamento na cidade. Em virtude das denominações extensas, o número de formas reduzidas, como as siglas e os acrônimos, destaca-se nos dados, fato este que constitui, também, uma das características do PP-B e que causa estranhamento àqueles que a visitam. O número total de formas reduzidas foi de 69 termos, sendo 56 siglas e 13 acrônimos. Entretanto, apesar dos avanços dos estudos terminológicos, ainda existem poucos trabalhos mais profundos relacionados a siglas e acrônimos como termos. Acreditamos que, como as

formas reduzidas possuem uma alta frequência em linguagem de especialidade, carecem de maior atenção em Terminologia.

Estudos revelam que a palavra se distingue do termo pelo fato de este ser definido e utilizado em um domínio específico. Assim, se língua comum engloba a linguagem de especialidade, contendo as mesmas regras de construção de frases, de elaboração de discurso e de variações linguísticas, a terminologia do PP-B, pertencente a um código maior, também é passível de apresentar variantes terminológicas. Este fato possibilitou-nos reconhecer que as siglas e os acrônimos possuíam um mesmo referente que seus termos expandidos, os quais identificamos como variantes coocorrentes, com base em Faulstich (2001). Também verificamos a ocorrência de casos de termos concorrentes, por exemplo, Cruzeiro Novo que concorre com Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul e com SHCES sem que haja uma padronização do termo, como podemos ver nas placas indicativas de endereçamento.

A análise feita foi de total relevância para a elaboração de um glossário descritivo que sistematizou os 216 termos averiguados, na tentativa de preencher a lacuna de estudos linguísticos que descrevam a terminologia do PP-B.

Assim, além de cumprir com a função social desta pesquisa, pretendemos contribuir para a divulgação do conhecimento adquirido aos profissionais de turismo e despertar o interesse de outros pesquisadores para essa terminologia, pois é um campo ainda vasto de novos estudos em terminologia técnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. *Lexicologia e terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais*. In: OLIVEIRA, A. M. de., ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, Lexicografia, terminologia*. Ed. UFMS. Campo Grande, 1998.

ARAÚJO, M. & GOMEZ, A. F. *A terminologia nos textos científicos sobre a cardiologia: um estudo comparativo sobre as composições acronímicas*. São Paulo, 2007. (disponível em: http://www.riterm.net/revista/n_4/araujo.pdf). Acesso em: 15.09.2008

BARBOSA, M. A. *Campo Conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações*. Revista Brasileira de Lingüística, São Paulo, 1999.

BARBOSA, M. A. *Estruturação do conceptus, dos campos conceptuais e lexicais dos co-hipônimos e dos parassinônimos*. In: IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Rio de Janeiro, 2001. (disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ10_59-83.html). Acesso em: 18.04.2008.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. Eitora USP. São Paulo, 2004.

BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2ª ed. Editora Contexto. São Paulo, 2006.

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. Editora Ática. São Paulo, 2003.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2ed. Editora Martins Pontes. São Paulo, 2001.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. Editora UNESP. São Paulo, 2003.

CABRÉ, M. T. *La terminologia. Teoria, metodogía, aplicaciones*. Editora Antártida/Empúries. Barcelona, 1993.

CABRÉ, M. T. *Importancia de la terminología en la fijación de la lengua: la planificación terminológica* In.: Maria Helena Mateus e Margarita Correia. *Terminologia: Questões teóricas, métodos e projectos*. Europa-América. Lisboa, 1998.

CABRÉ, M. T. *La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones*. *Ciência da Informação*. v. 24, n.3, p.289-298, 1995 (disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-965200000100009&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 15.12. 2008

CAFÉ, L. *Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dik*. In: *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá/ Enilde Faulstich, Sabrina Pereira de Abreu (org.)*. UFRGS, Instituto de Letra, Nec, Porto Alegre, 2003.

CARDERO GARCIA, A. M. *Abreviaturas, acrónimos, iniciais, siglas y símbolos en los vocabularios especializados. Una Propuesta*, Debate Terminológico, 2 07/2006, ISSN 18-1867, 2006 (disponível em: http://www.riterm.net/revista/n_2/index.htm) Acesso em: 10.11. 2008.

CORREIA, M. *Neologia e terminologia*. Em: Maria Helena Mateus e Margarita Correia. *Terminologia: Questões teóricas, métodos e projectos*. Europa-América. Lisboa, 1998.

CORREIA, M. & LEMOS, L. *Inovação lexical em português*. Editora Colibri. Lisboa, 2005.

COSTA, L. *Brasília Revisitada*. 1985/87. Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 - GDF e da Portaria nº 314/1992 – Iphan

COSTA, L. *Lucio Costa: Registro de uma vivência*. Editora Empresa Das Artes. São Paulo, 1995.

COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957. (disponível em www.sucar.df.gov.br/DIRON/Arquivos/DREAEP/Codigo_de_Edificacoes/Relator_Bs_b.doc) Acesso em: 20 jan. 2008

CRUZ, C. L. da S. *Estudo da terminologia das fibras e tecidos na área têxtil*. Dissertação Mestrado - UnB, Brasília, 2005.

CUENCA M. J. y HILFERTY J. *Introducción a la Lingüística Cognitiva*. Editorial Ariel Lingüística. Barcelona, 1999.

CUNHA, C.& CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2001.

CMAP TOOLS: Software *Versão 4.18. Windows · Linux · Mac OS X. Site do IHMC CmapTool* (disponível em: <http://cmap.ihmc.us/conceptmap.html>)

DICK, M. V. de P. do A. *O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência*. In: OLIVEIRA, A. M. de., ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, Lexicografia, terminologia*. Ed. UFMS. Campo Grande, 1998.

EPSTEIN, I. *O signo*. 7ª ed. Editora Ática. São Paulo, 2002.

FAULSTICH, E. L. de J. *Lexicologia: a linguagem do noticiário policial para uma análise estrutural de campos semânticos*. Editora Horizonte. Brasília, 1980.

FAULSTICH, E. L. de J. *Metodologia para projeto terminográfico*. UnB/IBICT. Brasília, 1990.

FAULSTICH, E L de J & Passegi, L. A. *A construção da definição: abordagem semântica* In: II Simpósio Latino-americano de Terminologia. IBICT. Brasília, 1990.

FAULSTICH, E L de J & Passegi, L. A. *A construção da definição: abordagem pragmática*. In: II Simpósio Latino-americano de Terminologia. IBICT. Brasília, 1990.

FAULSTICH, E. L. de J. *Rede de remissivas de um glossário terminológico*. In: Terminologia: Cadernos do I.L. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº10. Porto Alegre, 1993.

FAULSTICH, E L. de J. *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia*. Revista Vozes, 1995.

FAULSTICH, E. L. de J. *Spécificités linguistiques de la lexicologie et de la terminologie. Nature épistémologique*. Meta, vol. 41, n° 2, p. 237-246, 1996.

FAULSTICH, E. L. de J. *Da lingüística histórica à terminologia*. In: Revista Investigações Lingüística e Teoria Literária. Ed. Universitária. V. 7, set., p. 71-101. Recife, 1997.

FAULSTICH, E. L. de J. *Princípios formais e funcionais de variação em terminologia*. Seminário de Terminologia Teórica, Barcelona, 28-29 de janeiro, 1999.

FAULSTICH, E. L. de J. *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. LIV/UnB/ Centro Lexterm. Brasília, 2001.

FAULSTICH, E. L. de J. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. In.: TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, v. 7, p. 11-40. São Paulo, 2002.

FAULSTICH, E. L. de J. *Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas*. In: Lingüística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasília e Canadá/ Enilde Faulstich, Sabrina Pereira de Abreu (org.). UFRGS, Instituto de Letra, Nec. Porto Alegre, 2003.

FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. Editora Disal. São Paulo, 2004.

FINATTO, M. J. & BEVILACQUA, C. R. *Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais*. Revista: Alfa, v.50, n.2, p. 41-52. São Paulo, 2006.

FINATTO, M. J. *A definição terminológica do dicionário TERMISUL: expressão lingüística de relações conceptuais complexas*. In: OLIVEIRA, A. M. de. ISQUERDO, A. N. (Orgs.). As ciências do léxico: lexicologia, Lexicografia, terminologia. Ed. UFMS. Campo Grande, 1998.

HJELMSLEV, L. *Expressão e conteúdo*. In: Prolegômenos a uma teoria da linguagem. Editora Perspectiva. São Paulo, 1975.

HOUAISS, A. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro. Instituto nacional do livro – MEC, 1967.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0, 2001.

IPHAN/ 15ª Superintendência Regional. *A924 Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação*. Brasília, 2007.

KRIEGER, M. G. & FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria & prática*. Contexto. São Paulo, 2004.

KRIEGER, M. G. *A obra e o fazer dicionarísticos*. Cadernos do IL. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 10, p. 9- 16, jun. 1993.

LAGOS, M. F. P. *Formacion del léxico especializado (Médico) en el diccionario*. In. GONZÁLEZ, J. F. y alii (Eds) *Lingüística para El Siglo XXI*. Ediciones Universidad de Salamanca. Vol II, p. 1253-1266, 1999.

LAMBERTI, F. C. *Uma interpretação variacionista*. In.: *Lingüística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá/ Enilde Faulstich, Sabrina Pereira de Abreu (org.)*. UFRGS, Instituto de Letra, Nec. Porto Alegre, 2003.

MOURA NEVES, M. H. *A gramática funcional*. Martins Fontes. São Paulo, 2004.

OGDEN, C. K & RICHARDS, I. A. *O significado de significado: um estudo da linguagem sobre a influência do pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1972.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Terminologie – Vocabulaire*. Genebra, ISO, 1990 (Norma Internacional ISO, 1087, 1990).

PAIS, C. T. *Campos conceituais, campos lexicais, campos semânticos: da cognição a semiose*. In: VI Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Rio de Janeiro, 2003.

PAVEL, S. & NOLET, D. *Manual de Terminologia*. (Adaptação para a língua portuguesa por Enilde Faulstich). Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2002.

PIRES, F. M. de O. *Aquisição do léxico na aprendizagem do Português como segunda língua*. Projeto de Iniciação Científica (PIC), CNPq/UnB. Brasília, 2006.

RAMOS, G. G. *¿Que es y para qué sirve La Terminologia?* In REDONDO, J.A. de Molina y DURÁN, J.D.L (Eds). *Estúdios de Lingüística*. Universidad de Granada, 1996.

- RAMOS, G. G. *¿Tecnoletos, lenguajes (lenguas) específicos, especialies, especializados o de especialidad?* In. GONZÁLEZ, J. F. y alii (Eds) *Lingüística para El Siglo XXI*. Ediciones Universidad de Salamanca, vol II, 1999.
- RIO-TORTO, G. & LOPES, A. C. M. *O essencial sobre semântica*. Editora Caminho. Lisboa, 2007.
- ROCHA, S. L. R. da. *De uma abordagem funcionalista do léxico grego antigo para uma aplicação lexicográfica*. Dissertação Mestrado – UnB, Brasília, 2000.
- RODOLFO, I & GERALDI, J. W. *Semântica*. 11ª ed. Editora Ática. São Paulo, 2006.
- RODOLFO, I. *Introdução ao estudo do léxico – brincando com as palavras*. 2 ed. Editora Contexto. São Paulo, 2003
- SARGE, L. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Trad. del inglés, Laura Chumillas Moyá. Fundación Germán Sanchez Ruipéres, Madri, Pirámide, 1993.
- SAUSSURE, F. *Natureza do signo lingüístico*. In: *Curso de lingüística geral*. 26 ed. Editora Cultrix. São Paulo, 2004.
- SILVA, M. M. A. da. *Dicionário terminológico da gestão pela qualidade total em serviços*. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. São Paulo, 2003 (on-line).
- SIQUEIRA, E. de. *O constructo de Faulstich (2003): um estudo dos formativos no léxico da Análise Sensorial Enológica*. Dissertação Mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- TAMBA-MECZ, I. *A semântica*. Tradução Marcos Marcíonilo. Editora Parábola. São Paulo, 2006.
- UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS. *Carta de Atenas*. Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1964.
- VASCONCELOS, J. A de. *A mudança da capital*. Ed. Independência Ltda. Brasília, 1978.
- WILSON, J. *Pensar com conceitos/ John Wilson; tradução Waldéia Barcellos*. 2ª ed. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.

R. P. P. de B = Relatório do Plano Piloto de Brasília vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em março de 1957.

(introdução) Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

3 – E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística, conferindo-se ao *eixo arqueado*, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos *setores residenciais*

4 – Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o *setor cultural*, o *centro de diversões*, o *centro esportivo*, o *setor administrativo municipal*, os *quartéis*, as *zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais*, e, por fim, a *estação ferroviária*, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do *eixo transversal* que passou assim a ser o eixo monumental do sistema.

4 - Lateralmente à intersecção dos dois *eixos*, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do *eixo monumental*, localizaram-se o *setor bancário e comercial*, o *setor dos escritórios de empresas e profissões liberais*, e ainda os amplos *setores do varejo comercial*.

5 – O cruzamento desse *eixo monumental*, de cota inferior, com o *eixo rodoviário-residencial* impôs a criação de uma grande *plataforma* liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes etc

6 – O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área térrea inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos e onde se localizou a *estação rodoviária interurbana*, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma

7 – Desse modo e com a introdução de três *trevos* completos em cada ramo do *eixo rodoviário* e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos *setores residenciais* sem qualquer cruzamento.

7 – Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados, mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do *setor esportivo*, e que acede aos edifícios do *setor comercial* ao nível

do subsolo, contornando o centro cívico em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno

9 - Em cada ângulo dessa praça – **Praça dos Três Poderes**, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do **Governo** e do **Supremo Tribunal** na Base e a do **Congresso** no vértice, com frente igualmente para uma ampla explanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro.

9 - Ao longo dessa esplanada – o Mall, dos ingleses -, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os **ministérios e autarquias**

9 - Os das **Relações Exteriores** e **Justiça** ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do **Congresso** e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência – todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do **setor cultural**, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório.

10 - A face da plataforma debruçada sobre o **setor cultural** e a **esplanada dos ministérios**, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio **setor de diversões**, como pelo **setor cultural** contíguo, em plano inferior.

10 - O pavimento térreo do **setor central** desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá etc., tenham vista, de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do **eixo monumental** e onde ficaram localizados os **hotéis comerciais** e **de turismo** e, mais acima, para a **torre monumental** das **estações radioemissoras e de televisão**, tratada como elemento plástico integrado na composição geral

11 – Lateralmente a esse **setor central de diversões**, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio – lojas e “**magasins**”, e dois **setores** distintos, o **bancário-comercial**, e o dos **escritórios para profissões liberais**, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos.

11 - No **setor dos bancos**, tal como no **dos escritórios**, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc.

12 – O **setor esportivo**, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a **torre radioemissora**, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos “**studios**” e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura.

14 – Acima do *setor municipal* foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os *quartéis* e numa larga faixa transversal o *setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias* de interesse local, com *setor residencial autônomo*, zona esta rematada pela *estação ferroviária* e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

16 - Dentro destas “*superquadras*” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e *pilotis*, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestre, mormente o acesso à *escola primária* e às comodidades existentes no interior de cada quadra.

16 - Ao fundo das quadras estende-se a *via de serviço* para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc.

17 – A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao *setor das embaixadas*, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais.

17 - E seja como for, as diferenças de padrão de uma *quadra* a outra serão neutralizados pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito.

19 – Os *cemitérios* localizados nos extremos do *eixo rodoviário-residencial* evitam aos cortejos a travessia do centro urbano

21 – Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o *eixo monumental*, distribuindo-se a cidade em metades *Norte* e *Sul*; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap 201.

23 - Brasília, *capital* aérea e rodoviária; *cidade parque*. Sonho arqui-secular do Patriarca

R. B. da H = Revista Brasília da Humanidade publicada pelo Correio Braziliense em 7 de dezembro de 2007.

Faz 20 anos que *Brasília* foi incluída na lista dos 851 sítios protegidos pela UNESCO por sua condição de patrimônio cultural da humanidade. (p. 5)

O projeto do *Plano Piloto* privilegiou a livre circulação de pedestres, o aproveitamento da luz natural, a divisão da cidade em *setores*, a construção de largas *avenidas* e a inserção da natureza no espaço urbano. (p.9)

Os grandes espaços livres entre as construções, os blocos de seis e três andares nas *superquadras* e a harmonia entre os volumes das edificações garantem visão majestosa do firmamento. (p. 10)

A concepção urbana de *Brasília* se sustenta em *quatro escalas* distintas: a *Monumental*, a *Residencial*, a *Gregária* e a *Bucólica*. (p. 12)

Se acolhe os moradores, tem a dimensão das *superquadras*. (p.12)

E é uma *cidade-parque*; por isso, bucólica. (p.12)

A *Escala Monumental* é o que diferencia Brasília de uma cidade outra. (p.12)

A *Escala Residencial* se traduz nas *superquadras*, um jeito de morar que Lucio Costa aprimorou a partir de outras experiências do urbanismo moderno até então. (p. 13)

A *Escala Gregária* se concentra no centro da cidade, o *Setor Comercial*, *Setor Bancário*, *Setor de Diversões*, *Setor Hoteleiro*, *sul e norte*, todo o conjunto de setores destinados à prestação de serviços e ao lazer da população. (p. 14)

A *Escala Bucólica* é a das “extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contíguas a áreas edificadas” escreveu o autor do projeto do *Plano Piloto*. (p. 15)

O arquiteto decidiu arquear um dos traços, o *Eixão*, para ajustá-lo à topografia. (p. 16)

Da necessidade de melhor escoamento do tráfego, sem cruzamentos, surgem as *tesourinhas*, que partem dos *Eixinhos Leste* e *Oeste*, para dar acesso às *superquadras* sem prejudicar o fluxo de veículos. (p. 19)

Avenida mais larga do mundo, com 250 m de um meio-fio a outro, e 12 faixas, seis de cada lado, o *Eixo Monumental* tem 16 km. (p. 21)

Ministérios, *Congresso Nacional*, *Palácio do Planalto*, *Supremo Tribunal Federal* ao Leste. A *Rodoviária* no centro e, a oeste, prédios do governo local, *Memória JK*, *Rodoferroviária*. (p. 21)

É um triângulo equilátero, em cujos vértices estão o *Congresso Nacional*, o *Palácio do Planalto* e o *Supremo Tribunal Federal*. (p.23)

A *Torre de Tevê* é a construção mais alta de *Brasília*, com 224m em aço e concreto. (p. 26)

As *superquadras* são uma das grandes composições urbanas do século 20. (p.28)

Blocos de apartamentos sustentados por *pilotis*, entremeados de jardins e rodeados de equipamentos da vida em comunidade. (p. 28)

A *Asa Sul* nasceu primeiro. (p. 28)

Não fosse a capacidade de ação de Juscelino Kubistchek, possivelmente a *Asa Norte* teria ficado no papel. (p.29)

Os *pilotis* são o quintal coletivo dos blocos das *superquadras*. (p. 30)

O novo conceito de morar proposto pelo *Plano piloto* se concretiza na *unidade de vizinhança*, experimentada somente num conjunto de quatro *superquadras* da *Asa Sul*, as 107/ 108/307/308. (p. 32)

As 128 *entrequadras* comerciais do *Plano Piloto* são um arremedo do que queria Lucio Costa.(p. 35)

Os azulejos, painéis e relevos de Athos estão espalhados em palácios, blocos residenciais, escolas, cinemas, teatro, igrejas, jardins, até nas fachadas dos banheiros do *Parque da Cidade*. (p.36)

Faz parte do projeto de Lucio Costa para o *Setor de Diversões Norte*. (p. 39)

O espetáculo multicolorido esparrama-se pelo *Plano Piloto* no período da seca, de junho a outubro. (p. 41)

Conic é o nome pelo qual é conhecido o *Setor de Diversões Sul*. (p. 43)

O Hotel Nacional, obra de Nauro Esteves, funciona como um elo entre o *Setor de Diversões Sul* e o *Setor Comercial Sul*. (p. 44)

Entre a *Asa Norte* e o *Lago Paranoá*, sobressaem-se estruturas criadas por Lucio Costa, como o Instituto Central de Ciências, o Minhocão. (p.48)

A obras de concreto e vidro aterrissa suavemente sobre o Cerrado, à margem do *Lago Paranoá*. (p.53)

Obra de Oscar Niemeyer, o *Congresso Nacional* conjuga duas torres de 28 pavimentos, uma base horizontal de três e duas cúpulas, a convexa, que abria o plenário da Câmara dos Deputados, e a côncava, o plenário do Senado. (p. 55)

Sede da Presidência da República, o *Palácio do Planalto* não tem a rigidez comum às sedes dos governos. (p.56)

Segue a leveza do *Palácio da Alvorada* e ilude os olhos com a impressão de ser sustentado por *pilotis*, efeito que resulta do recuo da fachada térrea e das sinuosas colunas frontais. (p.56)

O prédio principal do *Supremo Tribunal Federal* em fachada de vidros com galeria externa e é o mais próximo do público entre os edifícios da *Praça dos Três Poderes*. (p. 58)

Sede do Ministério das Relações Exteriores, o *Palácio do Itamaraty* herdou o nome do original, no Rio de Janeiro. (p. 60)

O *Superior Tribunal de Justiça* é composto por seis blocos, sendo os dois frontais em formato piramidal irregular e sem janelas. (p. 62)

O projeto do *Teatro Nacional Cláudio Santoro* é de Oscar Niemeyer. (p. 65)

Depois de esperar mais de 40 anos, Oscar Niemeyer conseguir construir o *Setor Cultural Sul*. (p. 66)

A *Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola* e o *Museu Nacional Honestino Guimarães* compõem o *Complexo Cultural da República João Herculiano*. (p. 62)

Singela e preciosa obra de Oscar Niemeyer, a *Igreja Nossa Senhora de Fátima* foi a primeira edificação em concreto a ficar pronta no *Plano Piloto*. (p. 73)

O *Oratório do Soldado*, projeto de Milton Ramos no *Setor Militar Urbano*, valoriza o espaço externo com cobertura apoiada em colunas delegadas. (p. 73)

(*Clube do Choro de Brasília*) Dois anos depois, eles fundaram o clube que em 1997 se fixou no gramado do *Eixo monumental* e é uma das referências nacionais de espaços dignos da música brasileira. (p. 81)

Balões viários disciplinam o trânsito sem esquinas e ornamentam o passeio público. (p.85)

Obras vivas assinadas por Burle Marx que embelezam o *Palácio Itamaraty* (à esquerda, com escultura *As Três jovens*, de Lassa Segall) e o *Teatro Nacional*. (p. 87)

O *Parque da Cidade* é um dos recantos urbanos mais apreciados pelos brasilienses. (p. 89)

O espetáculo está na lista dos que deverão ser considerados patrimônio imaterial do *Distrito Federal*.(p. 95)

Gastronomia popular, alimentou gerações de brasiliense na *Rodoviária*, *Asa Sul* e na *Asa Norte*. (p. 97)

PP 50 anos = Plano Piloto 50 anos: Cartilha de preservação de Brasília.

O lançamento desta cartilha ocorre exatamente no ano em que o *Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa* cumpre 50 anos, Oscar Niemeyer completa 100 anos e *Brasília* 20 anos de inscrição na lista do *Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO*. (p.9)

Brasília, um dos marcos do urbanismo do século XX, é a principal impulsionadora da arquitetura brasileira. (p. 12)

No *Eixo Monumental*, espinha dorsal da cidade, Costa definiu a implantação dos edifícios principais, desenhados por Niemeyer. (p. 12)

Nas asas – o outro vetor- estão as *superquadras*, compostas por 11 prédios de seis andares e uma escola primária. (p. 12)

No cruzamento entre a *estação rodoviária* e a *Torre de Televisão*. (1959).

A **escala monumental**, reservada para os prédios públicos mais importantes da República: os *Ministérios*, o *Congresso Nacional*, o *Poder judiciário* e a *Sede do Governo*. (p. 13)

A **escala residencial** na qual os blocos de moradia se assentam sobre **pilotis** e amplos espaços gramados e cujo objetivo dessa disposição é dar ao morado àqueles que ali transitam, uma sensação de liberdade de movimento entremeada pela visão de áreas ajardinadas cheias de árvores e de folhagens de menor porte para ameniza o clima seco do cerrado. (p. 13)

A **escala gregária**, onde se situam os **setores comerciais, bancários, hoteleiros** e a própria **Rodoviária**, a qual congrega grande quantidade de pessoas para trabalho e lazer. (p. 13)

A **escala bucólica** que se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado. (p. 13)

Cite-se as áreas hoteleiras à beira do lago, já projetadas para se transformarem em moradias permanentes, a não construção das **unidades de vizinhança**, principalmente de clubes e bibliotecas, a ocupação indiscriminada dos pilotis e áreas pública, assim como a alteração de uso e do aumento de potencial construtivos dos lotes. (p. 13)

Por isso o **Plano Piloto de Brasília** é hoje uma área tombada e , definitivamente, não pode constituir-se como um cidade comum, cujo crescimento e ocupação se dá freqüentemente de forma aleatória. (p. 14)

Tinha ele plena consciência de que o planejamento econômico e regional do **Distrito Federal** era indispensável para manter a concepção de **Brasília** intacta. (p. 15)

Não no sentido da imutabilidade, mas no sentido de sua concepção: uma **cidade-jardim** destinada a cumprir o destino de **Capital Federal**. (p. 15)

Brasília foi para eles como um Versailles moderno dentro d qual se moviam com olhar condescendente, derramando aqui e ali alguma benesse setorial, não planejada, sobre as **idades-satélites**. (p. 15)

Enquanto isso, **W3** fenece diante da ausência de políticas de planejamento econômicas em seu favor. (p. 17)

Permitir a livre circulação de pessoas, luz e do próprio ar, erguendo-se o pavimento térreo dos edifícios- daí os nossos **pilotis**; (p. 24)

Reduzir o número de cruzamentos e vias largas para deslocamento de automóveis – daí nossos **eixos** e “**tesourinhas**”; (p. 25)

Definir as áreas residenciais com equipamentos para nos atender localmente, daí nossas **Unidades de Vizinhança** e nossos **Comércios Locais**. (p. 27)

Outra característica marcante de **Brasília** é o conjunto arquitetônico de edifícios projetados por Oscar Niemeyer, na **Esplanada dos Ministérios**; por Lucio costa, a **Rodoviária** e a **Torre**

de TV, e por outros arquitetos que deixaram em Brasília um grande legado arquitetônico. (p. 28)

Vista do *Congresso Nacional* a partir do prédio do *Supremo Tribunal Federal*. (p. 29)

Vista do jardim do *Palácio do Itamaraty* a partir de seu interior. (p. 29)

A presença da *escala monumental* – não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa – conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva *Capital do País*. (p. 33)

A *escala residencial*, com a proposta inovadora da *Superquadra*, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos *pilotis* e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de *Brasília* e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras. (p. 33)

A *escala gregária*, prevista para o centro da cidade – até hoje ainda em grande parte desocupado – teve a intenção de criar um espaço urbanos mais densamente utilizado e propício ao encontro. (p. 34)

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a área edificadas, marcam a presença da *escala bucólica*. (p. 34)

Portanto, o plantio de árvores e a manutenção dessas áreas são vitais para a preservação do *Plano Piloto*. (p. 38)

O arquiteto responsável irá elaborar e registrar as plantas do projeto de arquitetura na *Região Administrativa* referente ao local da obra, na área tombada, com vistas à sua aprovação no âmbito do Governo do *Distrito Federal*. (p. 38)

Monumentos tombados isoladamente: *Igrejinha Nossa Senhora de Fátima; Catedral Metropolitana; Escola-Parque EQS 307/308; Escola Classe SQS 308; Igreja São José Operário e Memorial JK*. (p. 40-41)

Monumentos protegidos individualmente pela portaria nº 314/92: *Congresso Nacional; Praça dos Três Poderes; Palácio do Planalto; Palácio do Supremo Tribunal Federal; Palácio da Justiça; Esplanada dos Ministérios; Palácio do Itamaraty e Plataforma da Rodoviária*. (p. 42-43)

§2º A área abrangida pelo Tombamento é delimitada, a leste pela orla do *lago Paranoá*, a oeste pela *Estrada Parque Indústria e Abastecimento* – EPIA, ao sul pelo *córrego Vicente Pires* e ao norte pelo *córrego Bananal*. (p. 58)

Art. 2º A manutenção do *Plano Piloto de Brasília* será assegurada pela preservação das características em que se traduz a concepção urbana da cidade: a *monumental*, a *residencial*, a *gregária* e a *bucólica*. (p. 59)

Art. 3º A *escala monumental*, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva *capital do País*, está configurada no *Eixo Monumental*, desde a *Praça dos Três Poderes* até a *Praça do Buriti* e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições: (p. 59)

I. a *Praça dos Três Poderes* fica preservada como se encontra nesta data, no que diz respeito aos *Palácios do Planalto* e do *Supremo Tribunal Federal*, ao *Congresso Federal*, bem como aos elementos escultóricos que a complementam, inclusive o *Panteão*, a *Pira*, o *Monumento ao Fogo Simbólico*, construídos fora da praça, mas que se constituem parte integrante dela; (p.59)

II. também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas do Palácios Itamaraty e da Justiça, referência integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na *Praça dos Três Poderes*; (p. 59)

V. nos terrenos do *canteiro central* verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental; (p. 59)

VI. a *Esplanada dos Ministérios* ao sul e ao norte do *canteiro central*, à exceção da *Catedral de Brasília*, será de uso exclusivo dos *Ministérios Federais*, sendo entretanto admitidas, tal como constam do *Plano Piloto*, edificações de acréscimo com um pavimento em nível, de mezanino e sobre *pilotis*, para instalação de pequeno comércio e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escala externa posterior. (p. 60)

VII. as áreas compreendidas entre a *Esplanada dos Ministérios* e a *Plataforma Rodoviária* ao sul e ao norte do *canteiro central*, e que constituem os *Setores Culturais Sul e Norte*, destinam-se a construções públicas de caráter cultural. (p. 60)

Art. 4º A *escala residencial*, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de *Brasília*, está configurada ao longo das *alas Sul e Norte* do *Eixo Rodoviário Residencial* e para sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições: (p. 60)

I. cada *Superquadra*, nas *alas sul e norte*, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa verde de vinte metros de largura com densa arborização; (p. 60)

II. nas *alas, sul e norte*, nas seqüências de *Superquadras* numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as *unidades de habitações conjuntas* terão seis pavimentos, sendo edificadas sobre solo térreo em *pilotis*, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias; (p. 60)

VII. as áreas entre as *Superquadras*, nas alas sul e norte, denominadas *entrequadras*, destinam-se a edificações para atividades de uso comum e de âmbito adequado às áreas de vizinhança próximas, com ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas. (p. 61)

O sistema viário que serve às *Superquadras* manterá os acessos existentes e as interrupções nas *vias L1 e W1*, conforme se verifica na *ala sul*, devendo ser o mesmo obedecido na *ala norte*. (p. 61)

Art. 6 A *escala gregária* com que foi concebido o centro de *Brasília* em torno da intersecção dos *Eixos Monumental e Rodoviário*, fica configurada na *Plataforma Rodoviária* e nos *Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares*, de *Autarquia* e de *Rádio e Televisão Sul e Norte*. (p. 61)

I. a *Plataforma Rodoviária* será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos *Setores de Diversões Sul e Norte*. (p. 61)

Art. 8 A *escala bucólica*, que confere a *Brasília* o caráter de *cidade parque* configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subseqüentes. (p.62)

Art. 4º VII - Na *ala Sul*, os comércios locais correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificados na situação em que se encontram na data da edição do presente Decreto;

Art. 15º As proposições contidas em Brasília Revisitada deverão ser objeto de lei especial, em particular no que diz respeito à implantação de *Quadras Econômicas*, ao longo das vias de ligação entre Brasília e as *idades satélites*. (p. 69)

A *escala gregária* surge, logicamente, em torno da intersecção dos dois eixos, a *Plataforma Rodoviária*, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais, o ponto de ligação de *Brasília* com as *idades satélites*. (p. 74)

O *plano-piloto* optou por concentrar a população próximo ao centro (*Eixo Rodoviário-Residencial*), através da criação de áreas de vizinhança que só admitem *habitação multifamiliar*; (p. 74)

Manter os gabaritos vigentes nos dois eixos e em seu entorno direto (até os *Setores de Grandes Áreas*, inclusive), permanecendo não edificáveis as áreas livres diretamente não contíguas, e baixos, nas áreas onde já é prevista ocupação ente a cidade e a orla do lago. (p. 88)

R. Brasiliatur = Revista Brasiliatur: Empresa Brasiliense de Turismo

Praça dos Três Poderes idealizada por Lucio Costa e projetada por Oscar Niemeyer, é um amplo espaço cívico que integra os três poderes da República: do lado sul, o *Supremo Tribunal Federal*, sede do Poder Judiciário; ao centro o *Congresso Nacional*, sede do Poder Legislativo; e do lado norte, o *Palácio do Planalto*, sede do poder Executivo. (p. 11)

Batizado informalmente de **Conic**, nome da construtora pernambucana que o edificou em 1967, o lugar é um misto de shopping e galeria disposto em um conjunto de 13 prédios, constituindo-se um dos trechos mais movimentados e de maior interesse urbanístico do centro de Brasília. (p. 41)

(**Torre de TV**) Construída em duas etapas, a torre é uma referência de Lucio Costa à Torre Eiffel, em Paris. (p.49)

(**Lago Paranoá**) Durante a construção da capital, foi criado um lago artificial formado pelas águas represadas do rio Paranoá para aumentar a umidade em suas proximidades, e para exercer função paisagística, pois foi proposto como elemento urbano da cidade. (p. 53)

(**Parque da Cidade**) Nome pelo qual é conhecido o **Parque Sarah Kubitschek**, maior parque urbano da América Latina, com 4,2 milhões de metros quadrados. (p. 66)

Concluída em 2006, completa o projeto arquitetônico do **Eixo Monumental** e fica localizada entre a **rodoviária** e a **catedral**. (p. 73)

(**Setor Militar Urbano**) Construído no período dos governos militares, reúne igreja, setor de moradia para os servidores e também clubes diferenciados conforme a patente de associados, além de hotel, hospital e até uma quadra residencial só para oficiais gerais. (p. 77)

(**Centro Poliesportivo Ayrton Senna**) Fica localizado próximo de hotéis e do centro do poder político. (p. 83)

A **Superquadra** 308 Sul, por sua vez, tem sido considerada uma das mais perfeitas realizações da proposta de Lucio Costa para as áreas residências do **Plano Piloto**. (p. 89)

Contextos extraídos das Normas e Gabaritos de Brasília – NGB, disponíveis no site <http://www.brasilia.df.gov.br>

O **Setor Comercial Residencial Norte**, o **Setor Comercial Residencial Sul**, o **Setor Comercial Local Residencial** e o **Setor de Habitações Coletivas e Geminadas** compreendem: I- residências econômicas (**Art. 42 do decr. “N” nº 596**)

O **Setor de Clubes Esportivo Norte**, o **Setor de Clubes Esportivo Sul** e o **Setor de Clubes Esportivos e Estádios** compreendem os lotes destinados a construção de sedes sociais e a instalações relacionadas com a prática de esportes e de clubes e sociedades esportivas (**Art. 57 do decr. “N” 596**).

Os setores complementares, com localização e limites indicados no desenho nº10 e Sigla SC,CE 1/1, abrangendo as áreas e edificações que por sua características foram excluídos das zonas anteriores,mas que as complementam, são as seguintes: VIII **Setor de Garagens Oficiais**. (**Art. 60 decr. “N” nº 596**).

O **Setor de Grandes Áreas Norte** e o **Setor de Grandes Áreas Sul** compreendem os lotes para construção de edifícios oficiais ou particulares, que, pela natureza de seus programas exijam grandes áreas, gabaritos e densidades baixos, tais como escolas, centros paroquiais,

organizações religiosas e instituições de pesquisas científicas ou culturais (**Art. 61** **decr. “N” nº 596**).

Setores de Habitações Coletivas Norte e Sul – uso permitido: habitações coletivas (**NGB 11/89**)

O **Setor de Hotéis de Turismo Norte** e **Setor de Hotéis de Turismo Sul** compreendem os lotes destinados à construção de hotéis de turismo, que por suas características, utilizam grandes áreas livres, e se localizam próximo ao lago artificial (**Art. 58. do decr. “N” nº 596**).

O **Setor Hípico** compreende o conjunto de áreas e instalações destinadas a: hipódromos, sociedade hípica, vila hípica e instalações complementares (**Art. 54 do decr. “N” nº 596**)

O **Setor Hospitalar Local Norte** e o **Setor Hospitalar Local Sul** compreendem: pequenos hospitais, casas de saúde e clínicas oficiais ou particulares; (**Art. 65 do decr. “N” nº 596**)

Contextos extraídos do Jornal Correio Braziliense – disponíveis no site www.correioweb.com.br

As chamadas *idades-satélites* são parte de **Brasília** e foram idealizadas, originalmente, para receber a população que não caberia mais no **Plano Piloto**. (**C. Braz. 16.mar.2002**)

A idéia é criar um cinturão verde em volta do bairro, do tamanho do parque **Ecológico Burle Marx**, afirma a superintendente substituta do IBAMA, Hanry Alves Coelho (**C. Braz.18.ago.2008**).

Parque Olhos d'Água será modelo de proteção (**C. Braz. 25.ago.2008**)

Resultado: muita gente atravessa no vermelho, obrigando o condutor que desce pelo **Eixo Monumental**, rumo a **Rodoviária do Plano Piloto**, a pisar no freio para evitar a colisão (**C. Braz., 14.ago.2008**)

Segundo informações do edital, o **Setor de Habitações Coletivas do Noroeste (SHCNW)**, elaborado pela empresa Zimbrus Arquitetos e autorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), terá uma área de mais de 198 hectares (**C. Braz. 23.set.2008**)

Bombeiros que trabalham no **Setor Policial Sul** acharam um tamanduá-mirim perto da academia da corporação e aumentaram para três a lista de bichos incomuns que apareceram na área urbana do **Distrito Federal** nos últimos dez dias. (**C. Braz. 06.ago.2003**)

Contextos extraídos do site oficial da Região Administrativa do Cruzeiro – disponíveis no site <http://www.cruzeiro.df.gov.br>

As primeiras construções, blocos de dez *casas geminadas*, começaram a ser edificadas em 1958. (S.Cru.GDF).

Na década de 70, foi inaugurado um conjunto de edifícios, que formaram o *Cruzeiro Novo – Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul - SHCE/S*; (S.Cru.GDF)

A equipe do urbanista Lúcio Costa foi responsável pelo projeto e pelo nome oficial do bairro - *Setor de Residências Econômicas Sul – SRE/S, Cruzeiro Velho*; (S.Cru.GDF).

Contextos extraídos do site oficial da Região Administrativa do Sudoeste – disponíveis no site <http://www.sudoeste.df.gov.br/>

O *Setor de Habitações Coletivas – Áreas Octogonais Sul* teve seu primeiro fato histórico em 12/09/1974, quando o então Governador em exercício editou o Decreto nº 2.705, que tratava da aprovação da planta do mais novo setor destinado a receber a grande quantidade de famílias que vinham se mudando para a Capital (S.S.O.GDF).

As *Áreas Octogonais* foram criadas pelo Decreto nº 2.705 de 12 de setembro de 1974. Em 19 de dezembro de 1988, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – CAUMA, na 210ª Reunião Ordinária, aprovou o Projeto de Urbanismo – URB 147/88 com a denominação do *Setor de Habitações Coletivas Sudoeste* (S.S.O.GDF).

Contextos extraídos LEIS, DECRETOS e MEDIDAS PROVISÓRIAS, encontrados site oficial da Região Administrativa de Brasília e da Secretaria do Governo do Distrito Federal e Companhia de Planejamento do Distrito Federal – disponíveis no site <<http://www.brasilia.df.gov.br>>;<<http://www.setur.df.gov.br>>;<<http://www.codeplan.df.gov.br>> e <<http://sileg.sga.df.gov.br>>

Esplanada da Torre - ETO, que compreende: a) Torre de TV e b)emissoras a ela incorporadas; (adapt. Art. 57-C decr. nº 19.915, 17.nov.1998).

As áreas compreendidas entre a *Esplanada dos Ministérios* e a *Plataforma Rodoviária* ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os *Setores Culturais Sul e Norte*, destinam-se a construções públicas de caráter cultural (Art. 3º VII da port. 314 de 08.out.1992).

A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do *Lago Paranoá*, a Oeste pela *Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – EPIA*; (Art. 1º do decr. 10.829, 14.out.1987)

O *pilotis de habitações coletivas* em projeções localizadas em *superquadras* e *superquadras* duplas atenderá ao seguinte (Art. 57- D do decr. nº 25.856, 18.mai.2005).

Nos *Setores de Habitação Individual Sul e Norte*, só serão admitidas edificações para uso residencial *uni-familiar*, bem como *comércio local*, nos termos em que se configura a *escala residencial* neste capítulo (**adapt. Art. 4º do decr. 10829, 14.out.1987**).

A ocupação de área pública no nível do solo para construção de torres de circulação vertical e em espaço aéreo para construção de varandas, expansão de compartimentos e compensação de área não será permitida no *Setor de Comércio Local Sul – SCLS, Setor Comercial Residencial Norte e Sul – SCRNS, Setor de Administração Federal Norte e Sul – SAFNS* (**Art. 12 § 3º L.C. nº 755, 28. jan.2008**)

Ficam definidos os dispositivos normativos a serem aplicados ao Lote 1 da Quadra 6 do *Setor de Administração Federal Sul (SAFS)* da Região Administrativa Plano Piloto (RA I), na forma a seguir aduzida: (**Art. 1º L.C nº 735 de 29.dez.2006**)

Fica destinada como bem de uso especial a área de uso comum do povo, contígua à Projeção "I" do *Setor de Administração Municipal*, antigo *Setor de Áreas Isoladas Norte, Região Administrativa de Brasília*, localizada em seu lado leste e medindo 50m x 55m (**Art. 2º L.C nº 668 de 27 de dez. de 2002**).

Aprova os projetos urbanístico e arquitetônico para o Lote 03 do *Setor de Divulgação Cultural – SDC* da RA I (**Art. 1º L nº 27.475, 7.dez.2006**)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, situada na avenida *W2 norte, Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte – SEPNS*... (**M.P. nº 2.138-2, de 28.dez.2000**).

Ficam alterados os usos dos imóveis situados no *Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul* (**L.C. nº 718, DE 27.jan.2006**)

Fica alterada de sua atual destinação a área para jardim de infância situada na Quadra 710 do *Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte – SHCGN* - da Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, com área de 4.050,75 m² (quatro mil e cinqüenta metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados), passando à categoria de uso residencial, *habitação coletiva* (**Art. 1º L.C. nº 374, de 15.mar.2001**)

O item 6, referente à altura máxima da edificação, e o item 9, referente ao tratamento das empenas, das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB - 40/87, relativas ao *Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul – SHIGS* (**Art. 1º da L.C. nº 1.903, de 03.mar.1998**).

No *SRPN*, poderá ser admitido o uso comercial, desde que o respectivo plano urbanístico e Estudo Impacto de Vizinhança sejam aprovados pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan e pelo órgão gestor do planejamento urbano e territorial do *Distrito Federal*. (**Art. 112 do proj. de L.C. nº 46/2007**)

Ficam aprovadas as Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 120199, relativas à área R2, localizada no *Setor de Recreação Pública Sul – SRPS* (**Art. 1º decr. nº 20.986, 27.jan.2000**)

Fica alterado o uso do lote “J” do **Setor Terminal Norte**, da **Região Administrativa de Brasília/DF – RA I**, para atividades de comércio de bens, prestação de serviços, uso institucional ou comunitário, nos termos da Norma de Edificação, Uso e Gabarito nº 145/96. (**adapt. Art. 1º da L. nº 3.719, 14.dez.2005**).

Fica criado o Parque de Modelismo de Brasília, na área situada no **Setor Terminal Sul** da Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, compreendida na poligonal entre a **SQS 416**, o Trevo da **Via L4** (**Art. 1º da L.C. nº 262, 1.dez.1999**)

Nesta terça-feira (10), das 7h às 24h, as vias vão ser interditadas na **NI** -- do Corpo de Bombeiros, próximo à Vila Planalto até o Palácio do Buriti; acesso ao Blue Tree -- via do Palácio da Alvorada -- ligação do **Setor Hoteleiro Norte** com o **Setor Comercial Sul** -- alça de contorno do Shopping Conjunto Nacional e **Conic** -- e **via S1** -- da **via L2 Sul** até o **Congresso Nacional** (**S.DF.GDF, 9.mai.2005**).

Para amenizar os transtornos, os motoristas deverão evitar circular pelas vias que serão interditadas totalmente, buscando percursos alternativos de acesso à Área Central de Brasília como as **vias L4 Norte** -- sentidos Norte/Sul/Norte --, **L2 Sul** e **Norte**; **W3 Sul** e **Norte**, **Eixinhos Norte** e **Sul**, **Eixo Rodoviário Norte** e **Sul**, além das **vias N2** -- utilizando a via de Contorno do Parque Aquático -- e a **via S1** (**S.DF.GDF, 9.mai.2005**).

ANEXO 2 – UNIDADES TERMINOLÓGICAS SIMPLES (UTS) EXTRAÍDAS DO
CORPUS

- | | | |
|--------------------------|------------|-----------------|
| 1. AOS | 30. SCEN | 59. SHIP |
| 2. BRASÍLIA ¹ | 31. SCES | 60. SHLN |
| 3. BRASÍLIA ² | 32. SCLN | 61. SHLS |
| 4. CONIC | 33. SCLS | 62. SHN |
| 5. EIXÃO | 34. SCN | 63. SHS |
| 6. EIXINHO | 35. SCRN | 64. SHTN |
| 7. EIXO | 36. SCRS | 65. SHTS |
| 8. EMI | 37. SCS | 66. SIG |
| 9. EMO | 38. SCTN | 67. SMHN |
| 10. ENTREQUADRA | 39. SCTS | 68. SMHS |
| 11. EPIA | 40. SDC | 69. SMU |
| 12. ERR | 41. SDN | 70. SPS |
| 13. ETO | 42. SDS | 71. SQN |
| 14. OCTOGONAL | 43. SEN | 72. SQS |
| 15. PFR | 44. SEPN | 73. SRES |
| 16. PITOLIS | 45. SEPS | 74. SRPN |
| 17. PMU | 46. SES | 75. SRPS |
| 18. PqEN | 47. SETOR | 76. SRTVN |
| 19. PTP | 48. SGAN | 77. SRTVS |
| 20. QUADRA | 49. SGAS | 78. STN |
| 21. SAFN | 50. SGO | 79. STS |
| 22. SAFS | 51. SHCAOS | 80. SUDOESTE |
| 23. SAIN | 52. SHCES | 81. SUPERQUADRA |
| 24. SAIS | 53. SHCGN | 82. TESOURINHA |
| 25. SAM | 54. SHCN | 83. TREVO |
| 26. SAUN | 55. SHCNW | 84. VIA |
| 27. SAUS | 56. SHCS | |
| 28. SBN | 57. SHCSW | |
| 29. SBS | 58. SHIGS | |

ANEXO 3 – UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS (UTC) EXTRAÍDAS
COMPLEXAS

1. ALA NORTE
2. ALA SUL
3. ÁREA OCTOGONAL SUL
4. ASA NORTE
5. ASA SUL
6. BALÃO VIÁRIO
7. CANTEIRO CENTRAL
8. CASA GEMINADA
9. CENTRO POLIESPORTIVO
AYRTON SENNA
10. CIDADE PLANEJADA
11. CIDADE-PARQUE
12. CIDADE-SATÉLITE
13. COMÉRCIO LOCAL
14. CRUZEIRO NOVO
15. CRUZEIRO VELHO
16. DISTRITO FEDERAL
17. EIXO MONUMENTAL
18. EIXO RODOVIÁRIO-
RESIDENCIAL
19. ESCALA BUCÓLICA
20. ESCALA GRAGÁRIA
21. ESCALA MONUMENTAL
22. ESCALA RESIDENCIAL
23. ESCALA URBANA DE BRASÍLIA
24. ESPLANADA DA TORRE DE
TELEVISÃO
25. ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
26. ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E
ABASTECIMENTO
27. FAIXA DE PEDESTRE
28. FAIXA DE TRÂNSITO
29. HABITAÇÃO COLETIVA
30. HABITAÇÃO INDIVIDUAL
31. HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR
32. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
33. LAGO PARANOÁ
34. MINISTÉRIO FEDERAL
35. PARQUE DA CIDADE
36. PARQUE DA CIDADE DE
BRASÍLIA SARAH KUBITSCHK
37. PARQUE ECOLÓGICO BURLE
MARX
38. PARQUE ECOLÓGICO E DE USO
MÚLTIPLO OLHOS D'ÁGUA
39. PARQUE ECOLÓGICO NORTE
40. PARQUE OLHOS D'ÁGUA
41. PISTA DE ROLAMENTO
42. PLANO PILOTO¹
43. PLANO PILOTO²
44. PLATAFORMA RODOVIÁRIA
45. PRAÇA DOS TRÊS PODERES
46. PRAÇA MUNICIPAL
47. REGIÃO ADMINISTRATIVA
48. REGIÃO ADMINISTRATIVA-I
BRASÍLIA
49. RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO
50. SETOR BANCÁRIO NORTE
51. SETOR BANCÁRIO SUL
52. SETOR COMERCIAL LOCAL
NORTE
53. SETOR COMERCIAL LOCAL SUL
54. SETOR COMERCIAL NORTE
55. SETOR COMERCIAL
RESIDENCIAL NORTE
56. SETOR COMERCIAL
RESIDENCIAL SUL
57. SETOR COMERCIAL SUL
58. SETOR CULTURAL NORTE
59. SETOR CULTURAL SUL
60. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FEDERAL NORTE
61. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FEDERAL SUL
62. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL
63. SETOR DE ÁREAS ISOLADAS
NORTE
64. SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUL
65. SETOR DE AUTARQUIA NORTE
66. SETOR DE AUTARQUIAS SUL
67. SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS
SUL
68. SETOR DE CLUBES ESPOTIVOS
NORTE
69. SETOR DE DIVERSÕES NORTE
70. SETOR DE DIVERSÕES SUL

- | | |
|--|------------------------------------|
| 71. SETOR DE DIVULGAÇÃO CULTURAL | 97. SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL |
| 72. SETOR DE EDÍFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICAS NORTE | 98. SETOR HOTELEIRO NORTE |
| 73. SETOR DE EDÍFÍCIOS DE UTILIDADES PÚBLICAS SUL | 99. SETOR HOTELEIRO SUL |
| 74. SETOR DE EMBAIXADA NORTE | 100. SETOR MÉDICO-HOSPITALAR NORTE |
| 75. SETOR DE EMBAIXADAS SUL | 101. SETOR MÉDICO-HOSPITALAR SUL |
| 76. SETOR DE GARAGENS OFICIAIS | 102. SETOR MILITAR URBANO |
| 77. SETOR DE GRANDES ÁREAS NORTE | 103. SETOR POLICIAL SUL |
| 78. SETOR DE GRANDES ÁREAS SUL | 104. SETOR TERMINAL NORTE |
| 79. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ÁREAS OCTOGONAIS SUL | 105. SETOR TERMINAL SUL |
| 80. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS E GEMINADAS NORTE | 106. SUPERQUADRA NORTE |
| 81. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ESCONOMINCAS SUL | 107. SUPERQUADRA SUL |
| 82. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NOROESTE | 108. UNIDADE DE VIZINHANÇA |
| 83. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NORTE | 109. VIA DE SERVIÇO |
| 84. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE | 110. VIA L1 SUL |
| 85. SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUL | 111. VIA L2 NORTE |
| 86. SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS GEMINADAS SUL | 112. VIA L2 SUL |
| 87. SETOR DE HOTÉIS E TURISMO SUL | 113. VIA L3 NORTE |
| 88. SETOR DE HOTÉIS E TURISMO NORTE | 114. VIA L3 SUL |
| 89. SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS | 115. VIA L4 NORTE |
| 90. SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE | 116. VIA L4 SUL |
| 91. SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL | 117. VIA N1 |
| 92. SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA NORTE | 118. VIA N2 |
| 93. SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA SUL | 119. VIA N3 |
| 94. SETOR DE RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS SUL | 120. VIA S1 |
| 95. SETOR HÍPICO | 121. VIA S2 |
| 96. SETOR HOSPITALAR LOCAL NORTE | 122. VIA S3 |
| | 123. VIA W1 SUL |
| | 124. VIA W2 NORTE |
| | 125. VIA W2 SUL |
| | 126. VIA W3 NORTE |
| | 127. VIA W3 SUL |
| | 128. VIA W4 NORTE |
| | 129. VIA W4 SUL |
| | 130. VIA W5 NORTE |
| | 131. VIA W5 SUL |
| | 132. VIAS LATERAIS |

